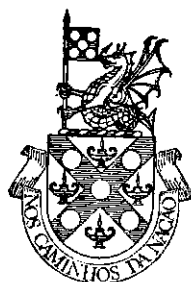

NAÇÃO E DEFESA



ANO XV — N.º 54 — ABRIL - JUNHO DE 1990
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General ABEL CABRAL COUTO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Erico M. B. Capela (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA <i>Manuel Pereira</i>	9
OS JOVENS PORTUGUESES FACE À UNIFICAÇÃO DA EUROPA — UMA ABORDAGEM PSICOCULTURAL <i>José António Sequeira Carvalho</i>	33
A LESTE TUDO DE NOVO <i>José Lello</i>	43
AS FAMÍLIAS E A DEFESA NACIONAL <i>Rui Falcão de Campos</i>	59
OS TRANSPORTES INTERNOS EM PORTUGAL E A SEGURANÇA NACIONAL <i>Santa Clara</i>	71
LA DÉFENSE ET L'OPINION PUBLIQUE <i>Louis Quinio</i>	91
PACIFISMO <i>João José Brandão Ferreira</i>	117
A DEFESA NO MUNDO	155

EDITORIAL

1. *A vitória do Ocidente na «guerra fria» está associada a um enfraquecimento da influência da URSS no mundo e da capacidade de atracção do seu tradicional modelo político-sócio-económico. Tais factos terão significativos reflexos no chamado Terceiro Mundo, sendo de salientar, entre outros, os seguintes domínios:*

- o da conflitualidade;*
- o da capacidade negocial;*
- o da formação de quadros.*

2. *No campo da conflitualidade, poderão advir consequências de sentidos opostos. Por um lado, alguns dos conflitos regionais no Terceiro Mundo ou eram a expressão da luta indirecta entre as duas Superpotências (as quais, na realidade, os geravam, induziam e alimentavam) ou, no mínimo, eram explorados pelas mesmas Superpotências, em benefício das suas estratégias específicas. O recuo estratégico da URSS na frente externa conduzirá, progressivamente, à resolução de muitos desses conflitos e, dum modo geral, duma forma favorável à recuperação, consecução ou preservação dos principais interesses ocidentais e, em especial, dos EUA. Tal perspectiva interessa sobremaneira a Portugal, na parte em que respeitar a países de língua oficial portuguesa.*

Mas, por outro lado, as Superpotências exerciam um papel ordenador e disciplinador na cena internacional. Passada a fase dos grandes temas aglutinadores (descolonização, etc.) e não se verificando aquela acção moderadora de superpotências ou de outras potências com interesses na área, tenderão a vir ao de cima, em regiões de independências relativamente recentes, as

razões clássicas de conflitualidade entre países vizinhos (reivindicações territoriais, unificações étnicas, acessos a recursos ou ao mar, etc., etc.). A Guiné-Bissau, por exemplo, poderá ver-se envolvida em conflitos militares com países vizinhos.

3. A bipolaridade vigente até há pouco tempo proporcionou aos países do Terceiro Mundo em geral, e em especial àqueles situados em áreas de interesse estratégico, não só graus de liberdade de acção política sem correspondência com o potencial desses países, mas também elevada capacidade negocial que, frequentemente, e num processo como que de chantagem, lhes permitiu obter apreciáveis vantagens de uma ou outra ou de ambas as Superpotências. Com o enfraquecimento e o recuo estratégico da URSS e com uma definição mais selectiva, por parte dos EUA, das suas áreas de interesse, a capacidade negocial de muitos desses países vai diminuir substancialmente, reduzindo as suas possibilidades de obtenção de contrapartidas ou ajudas externas. Os problemas do «Sul» adquirirão, sem dúvida, outro cariz e dimensão. Também nesta óptica se poderão verificar «janelas de oportunidade» para Portugal, pela criação de vazios em espaços ora ocupados por razões ideológicas e estratégicas.

4. Finalmente, os fenómenos inicialmente invocados conduzirão em muitos países do Terceiro Mundo, e inclusive em Angola e Moçambique, à subida ao poder de correntes favoráveis aos valores políticos do Ocidente. Ora é sabido que os quadros desses países, além de insuficientes para as necessidades, foram, na sua esmagadora maioria, formados em Moscovo, Praga, Cuba ou noutras instâncias marxistas-leninistas. Muitos desses quadros terão de ser «reciclados», se a vida política e económica desses países se tiver de orientar por outros valores. Também, nesta óptica, se podem abrir excelentes perspectivas a Portugal, tendo o IDN vocação para poder desempenhar um papel de relevo num eventual processo de cooperação na formação de quadros.

POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA

Manuel Pereira

POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA (*)

I — INTRODUÇÃO

A «segurança interna», é tradicionalmente considerada, a par de segurança externa e da protecção civil, como uma das funções essenciais do Estado.

Directamente relacionadas com a sua própria existência e sobrevivência, constituem, também, condições indispensáveis à protecção, bem estar e desenvolvimento da comunidade nacional, assumindo, no contexto global do artigo 272.º da Constituição, um sentido marcadamente ligado à ideia de garantia do cumprimento das leis em geral e do respeito pelos direitos dos cidadãos, em tudo o que concerne à vida interna da colectividade.

Conjugando o citado artigo 272.º, que encerra o conceito constitucional de «segurança interna», com o artigo 273.º da Lei Fundamental, que fornece o entendimento constitucional de «segurança externa», apreende-se facilmente a vontade inequívoca do legislador constitucional de separar as duas funções clássicas do Estado, ao definir princípios e objectivos prioritários para cada uma das correspondentes actividades e ao determinar que a primeira compete exclusivamente às forças e serviços de segurança, enquanto a segunda cabe predominantemente às forças armadas, umas e outras integradas em sistemas orgânicos próprios, autónomos e reportados a centros de decisão diferentes.

Os princípios e orientações constitucionais sobre esta matéria, clarificados e consolidados em resultado da revisão da Constituição operada em 1982, foram desenvolvidos ao longo destes últimos dez anos, e encontraram

(*) Comunicação proferida aos Cursos de Defesa Nacional de Lisboa e do Porto em 19 de Maio de 1990.

expressão concreta em diplomas legais que podem considerar-se como pilares essenciais da organização da defesa do Estado e da comunidade nacional:

Cumpra destacar, em primeiro lugar, a Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro — «Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas».

Fundamentada nos artigos 273.º a 276.º da Constituição, que explicitou o conceito de defesa nacional e os objectivos permanentes a prosseguir neste domínio, estabeleceu o sistema específico que lhe serve de suporte, definiu a missão institucional das Forças Armadas, a sua composição, organização e enquadramento no aparelho do Estado, e esclareceu o seu papel insubstituível na defesa militar da República que consubstancia a execução da componente militar da defesa nacional.

Em segundo lugar, importa referir a Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro — «Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa» —, que instituiu os órgãos e serviços especialmente incumbidos da produção das informações necessárias à «segurança externa», à «segurança militar» e à «segurança interna», autonomizando e especializando as três áreas de actuação, em conformidade com os princípios constitucionais anteriormente referidos, sem prejuízo, naturalmente, da unidade na definição, ao mais alto nível, da política governamental no sector e da coordenação, ao nível técnico adequado, da actuação operacional das diversas estruturas incumbidas da sua execução.

Em terceiro lugar, não poderá deixar de mencionar-se a Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro, que definiu o «Regime Jurídico do Estado de Sítio e do Estado de Emergência».

Aplicável em situações de agressão efectiva ou eminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional e de catástrofe ou calamidade pública, esclareceu, de harmonia com os princípios constitucionais consagrados no artigo 19.º, o papel específico que caberá desempenhar às forças armadas e às forças de segurança, no caso de ser declarado qualquer daqueles estados de excepção. De notar que outro estado de excepção, o estado de guerra, está previsto nos artigos 61.º a 66.º da Lei de Defesa Nacional.

Em quarto lugar, cabe destacar a Lei n.º 20/87, de 12 de Junho — «Lei de Segurança Interna».

Para além de defenir o âmbito e os objectivos permanentes desta função essencial do Estado, correspondeu à preocupação fundamental de insti-

tuir um verdadeiro «sistema de segurança interna», integrado por órgãos especialmente incumbidos de dirigir, conduzir e coordenar o exercício de tal actividade e por estruturas operacionais que, embora dotadas de atribuições próprias, de autonomia orgânica e de especificidade estatutária, devem subordinar a sua actuação a princípios e orientações claramente definidos, por forma a contribuirem para se alcançar uma finalidade comum — a segurança interna do Estado e da comunidade nacional que lhe serve de suporte.

Por último, é oportuno revelar que, para completar o enquadramento jurídico do exercício das funções essenciais do Estado, já joi elaborada, no Ministério da Administração Interna, e encontra-se na fase de apreciação pelo Governo, a «Proposta de Lei de Bases de Protecção Civil», que definirá os princípios fundamentais orientadores da actvidade, os objectivos permanentes a prosseguir e o sistema que servirá de suporte à actuação dos organismos especializados.

Tem por objectivos essenciais prevenir a ocorrência de riscos colectivos resultantes de acidentes graves, catástrofes ou calamidades e minimizar os efeitos devastadores de tais acontecimentos, quando ocorrerem, socorrendo e assistindo as pessoas em perigo, recuperando os equipamentos danificados e reabilitando as zonas atingidas.

II — ENQUADRAMENTO JURIDICO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

A justificação jurídico-política da Lei de Segurança Interna decorre directamente de princípios e preceitos consagrados na Constituição da República, nomeadamente no seu artigo 3.º, que estabelece que o Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática, do artigo 9.º, que inclui no âmbito das tarefas prioritárias do Estado a obrigação de garantir o normal exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos, e do artigo 272.º, que consagra como função essencial do Estado, que a exerce através das forças e serviços de segurança, a defesa da legalidade democrática, a garantia da segurança interna e o respeito pelos direitos dos cidadãos.

Com base nos princípios constitucionais atrás referidos, o artigo 1.º da Lei n.º 20/87 definiu a «segurança interna» como a actividade desenvolvida pelo Estado com os seguintes objectivos permanentes:

- garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas;
- proteger as pessoas e os bens públicos e privados;
- prevenir todas as formas de criminalidade;
- assegurar o normal funcionamento das instituições;
- salvaguardar o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- garantir o cumprimento das leis em geral.

Em suma, a actividade de segurança interna visa proteger a vida e a integridade física das pessoas, assegurar a paz pública e defender a ordem democrática, que são condições indispensáveis à própria vida da comunidade, ao seu desenvolvimento, à normal convivência dos cidadãos e ao progresso da sociedade.

Tratando-se, como se trata, de uma actividade que pode contender com a vida pessoal dos cidadãos, já que a mesma se consubstancia, muitas vezes, no estabelecimento de condicionamentos, restrições ou limitações à liberdade de actuação de cada um, em nome e por causa da convivência colectiva e da coexistência pacífica de todos, a lei de segurança interna estabelece princípios, fixa limites e tipifica as medidas que constituem balizas a respeitar, com todo o rigor, pelos agentes das forças e serviços de segurança.

Para além disso, que seria lógico esperar de qualquer lei de enquadramento da actividade de segurança interna em qualquer Estado de direito democrático, é importante reconhecer que a Lei n.º 20/87, surgiu para fazer face, com eficácia, à gravidade dos perigos e ameaças representados por novas formas de expressão da criminalidade e, sobretudo, para responder à particularidade de o nosso País não dispor de uma doutrina actualizada sobre a matéria nem de órgãos institucionalizados, especialmente encarregados de estabelecer e implementar mecanismos adequados de cooperação entre as diversas forças e serviços que exercem funções de segurança interna.

Convém, por isso, realçar alguns aspectos, extremamente importantes, que constituem a filosofia subjacente do diploma, ou seja, as grandes linhas de orientação que o informaram:

Autonomização das matérias respeitantes à «segurança interna», face às matérias respeitantes à «protecção civil» propriamente dita, por um lado, e às matérias especificamente concernentes à «segurança externa» e à «segurança militar», por outro (artigos 1.º a 3.º);

Consagração dos princípios da coordenação técnica, e da cooperação operacional das forças e serviços de segurança, bem como da articulação do seu funcionamento no terreno, face à possibilidade de fusão institucional de alguns daqueles ou da sua colocação sob a mesma dependência orgânica (artigo 6.º);

Prevalência dos princípios e das normas da Lei de Segurança Interna sobre os princípios e as normas das leis estatutárias das forças e serviços de segurança que, no entanto, mantêm o respectivo enquadramento orgânico, a especificidade institucional e a especialização funcional (artigos 6.º, n.º 2, e 14.º).

A autonomia, unidade e funcionalidade do «sistema de segurança interna», instituído pela Lei n.º 20/87, é assegurada em todos os domínios e em todos os níveis do enquadramento, definição, condução, direcção e execução da política de segurança interna que abrange os princípios, as orientações e as medidas tendentes à prossecução das finalidades e interesses assinalados por lei a esta actividade do Estado.

Assim:

A «Assembleia da República» contribui, pelo exercício da sua competência política, legislativa e financeira para enquadrar a política de segurança interna e para fiscalizar a sua execução (artigo 7.º);

A condução da política de segurança interna é da exclusiva competência do «Governo», que a exerce pelo «Conselho de Ministros», nomeadamente, definindo as linhas gerais da sua execução, programando e assegurando os meios necessários e aprovando os planos de coordenação e cooperação das forças e serviços de segurança (artigo 8.º);

A direcção da política de segurança interna é da responsabilidade do «Primeiro-Ministro», que coordena, orienta e dirige a acção dos membros do Governo em assuntos relacionados com a segurança interna.

Dispõe, para esse efeito, de um órgão de auscultação e consulta — o «Conselho Superior de Segurança Interna» — no qual têm assento todos os membros do Governo que tenham na sua dependência forças e serviços de segurança, bem como os seus dirigentes máximos. Dispõe ainda de um órgão especializado de assessoria para a coordenação técnica e operacional daquelas estruturas — o «Gabinete Coordenador de Segurança (artigo 9.º);

A direcção da política de segurança compete, também, ao «Ministro da Administração Interna», por ser a única entidade em quem o Primeiro-Ministro pode delegar as suas competências, nomeadamente, quanto ao Conselho Superior de Segurança e ao Gabinete Coordenador de Segurança, e quanto à direcção da actividade interministerial tendente à adopção de providências adequadas no caso de grave ameaça à segurança interna (artigos 9.º e 12.º);

A execução da política de segurança interna cabe às forças e serviços de segurança de acordo com a suas competências específicas e as suas especializações funcionais, mas sem prejuízo da cooperação recíproca, do auxílio mútuo, do empenhamento concertado e mesmo da actuação conjunta, sempre que necessário, na prossecução dos objectivos e interesses comuns (artigos 6.º, 12.º, 13.º e 14.º).

De realçar, em especial, a criação de uma «autoridade nacional para a coordenação» das acções, medidas e iniciativas a adoptar no âmbito da actividade de segurança interna, que é o Primeiro-Ministro ou, por delegação deste, o Ministro da Administração Interna (artigos 9.º, n.º 1, alíneas *a*) e *d*), 2 e 3, e 13.º).

De destacar, também, a criação do «Gabinete Coordenador de Segurança», como órgão de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional das forças e serviços de segurança que funciona na directa dependência da autoridade nacional anteriormente referida e integra todos os dirigentes máximos dos organismos e serviços que compõem o sistema (GNR, GF, PSP, PJ, SEF, PAM e SIS).

III — ACTIVIDADE DE SEGURANÇA INTERNA

A interdisciplinaridade material dos fins prosseguidos pela actividade de segurança interna e a diversidade institucional dos organismos e serviços

que a protagonizam revelam, à evidência, que a eficácia máxima no funcionamento do sistema e a optimização no emprego dos meios disponíveis só poderiam ser alcançadas por duas vias: ou através da concentração e eventual fusão das forças e serviços de segurança, submetendo-as a um comando ou direcção única; ou através da subordinação daqueles organismos a princípios de actuação claramente baseados na cooperação recíproca e a mecanismos institucionalizados de coordenação, mantendo-se a especificidade estatutária, orgânica e institucional de cada um, bem como a respectiva especialização funcional.

A opção política por esta segunda via foi claramente assumida quer pela Assembleia da República, ao aprovar a Lei de Segurança Interna, quer pelo Governo que desencadeou a iniciativa legislativa que deu origem àquele diploma. Trata-se, por conseguinte, de matéria consensual, ao mais alto nível da decisão política.

Perante a diversidade institucional, o enquadramento orgânico próprio e a natureza complementar das funções atribuídas às forças e serviços de segurança que integram o sistema assume carácter essencial à prossecução dos objectivos comuns a desempenhar pela autoridade nacional responsável pela direcção e coordenação do funcionamento daqueles organismos.

Neste contexto, importa realçar as relevantes funções atribuídas ao «Gabinete Coordenador de Segurança», criado, como órgão de assessoria especializado em matéria de coordenação técnica e operacional da actividade das forças e serviços de segurança, para funcionar na directa dependência do Primeiro-Ministro ou, por delegação deste, sempre concretizada nos sucessivos Governos, do Ministro da Administração Interna, e do qual fazem parte os dirigentes máximos daqueles organismos.

O «Gabinete Coordenador de Segurança» assiste, de modo regular e permanente, às entidades governamentais responsáveis pela direcção da política de segurança interna.

Funciona, assim, como órgão dinamizador e polarizador do sistema, especialmente vocacionado para estudar e aperfeiçoar esquemas de cooperação recíproca entre as forças e serviços de segurança; para prevenir conflitos positivos ou negativos de competência; para desenvolver e tipificar situações de empenhamento combinado e actuação conjunta de efectivos dos diferentes organismos; em suma, para constituir e difundir uma nova mentalidade no relacionamento das instituições de segurança do Estado cada

vez mais condizente com a filosofia subjacente à Lei n.º 20/87 e mais adequada à prossecução das finalidades essenciais da segurança interna.

A actividade de segurança interna, que é exercida pelas forças e serviços de segurança nos termos da Constituição da República, da Lei n.º 20/87, da legislação penal e processual penal e das respectivas leis estatutárias, desenvolve-se nos seguintes domínios fundamentais:

- Informações;
- Prevenção de todas as formas de criminalidade;
- Manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade pública;
- Investigação criminal.

A actividade das «informações de segurança interna» compreende o conjunto de acções a desenvolver com o objectivo específico de proceder, de forma sistemática, à pesquisa, centralização, análise, exploração e processamento de dados, notícias e demais elementos com vista à produção e difusão, pelas entidades competentes, das informações destinadas a garantir a segurança interna e a prevenir a criminalidade violenta ou organizada, designadamente a sabotagem, a espionagem, a subversão, o terrorismo ou quaisquer actos susceptíveis de destruir ou alterar o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido.

O organismo legalmente incumbido e especialmente vocacionado para actuar no domínio específico das informações é o «Serviço de Informações de Segurança — SIS», que exerce a sua actividade institucional em estreita cooperação com as forças e serviços policiais.

Por isso, é dever destes transmitir-lhe, com oportunidade, notícias, comunicações e outros elementos de informação com interesse para a análise globalizante das informações de segurança.

De igual modo deve comunicar àqueles serviços, de forma adequada, os factos configuráveis como ilícitos criminais e os elementos com interesse para a prevenção ou repressão da criminalidade e para a manutenção ou reposição da ordem pública (artigos 1.º, n.º 1, 5.º, n.º 1 e 7.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 225/85 e artigos 1.º e 21.º, da Lei n.º 30/84).

É óbvio que o figurino institucional e as características organizacionais atribuídas por lei ao SIS assentaram no pressuposto de que era possível e

indispensável estabelecer uma estreita cooperação entre este serviço e as forças e serviços policiais, por forma a que estes canalizem para aquele o manancial quase inesgotável de notícias que, depois de analisadas e correctamente interpretadas, poderão ajudar a esclarecer factos, acontecimentos e fenómenos importantes na vida da comunidade (cfr. artigos 7.º, n.º 2, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 225/85).

A actividade policial de «prevenção da criminalidade» compreende o conjunto de acções a desenvolver pelas forças e serviços de segurança com vista a evitar a ocorrência de factos atentórios contra a vida e a integridade física das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, mediante a utilização de meios dissuasores adequados a inibir ou a intimidar os potenciais delinquentes, meios esses que se traduzem, no essencial, na presença física dos agentes policiais no terreno, na vigilância de certos locais considerados mais sensíveis, no controlo de indivíduos tidos como delinquentes habituais e no acompanhamento de certos tipos de actividade.

Todas as forças e serviços de segurança com funções policiais actuam no domínio da prevenção da criminalidade, podendo mesmo afirmar-se, sem qualquer exagero, que esta é a missão, por excelência, das polícias, pois continua perfeitamente actual a máxima de que «mais vale prevenir do que reprimir».

Isto não significa que a lei, tendo em conta a vocação institucional e a especialização funcional das forças e serviços policiais, não preveja áreas específicas de actuação para alguns daqueles organismos. É o que acontece, por exemplo, com a Guarda Fiscal, em relação a infracções aduaneiras, com a Polícia Judiciária, em relação a formas de criminalidade organizada e/ou violenta, com a Polícia de Segurança Pública, em relação à criminalidade ligada à detenção e uso de armas, munições e explosivos, com a Guarda Nacional Republicana, em relação a infracções rodoviárias, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em relação a infracções à legislação de estrangeiros, ou com a polícia marítima em relação a infracções à legislação sobre navegação marítima.

Justamente por isso, a actividade policial de prevenção geral da criminalidade é o domínio em que, de forma mais flagrante, se revela a necessidade imperiosa de planificação, de coordenação e de cooperação entre todos os

organismos e serviços intervenientes, a concretizar através de estudos, planos, propostas e iniciativas a desenvolver no âmbito do Gabinete Coordenador de Segurança (artigo 13.º da Lei n.º 20/87).

A actividade de «manutenção ou reposição da ordem e tranquilidade públicas» compreende, em geral, as acções preventivas e repressivas a desenvolver pelas forças de segurança armadas e uniformizadas com vista a criar ou restabelecer as condições externas indispensáveis à observância das leis e regulamentos da Administração, ao normal funcionamento das instituições e ao regular exercício dos direitos, liberdades e garantias dos indivíduos.

Esta actividade, que foi o primeiro objectivo da polícia uniformizada, exprime-se, fundamentalmente, pela presença, na via pública, do guardião da paz, do representante vivo da lei, sempre pronto a ajudar, a informar e a mediar conflitos, mas também a agir como braço secular da mesma lei.

Exprime-se, também, pela sua intervenção na circulação do tráfego, pelo controlo das reuniões, manifestações, comícios e desfiles, pela especial protecção concedida a altas entidades ou a simples cidadãos sujeitos a situações de ameaça relevante, pela defesa de certos locais e instalações particularmente sensíveis e, ainda, pela prestação de socorro de emergência e pelo auxílio em situações de acidente, catástrofe ou calamidade.

É o domínio de actuação privilegiado da GNR e da PSP que, de acordo com a repartição legal de competências territoriais — cabendo à primeira actuar nas zonas rurais e à segunda nas zonas urbanas — o têm quase exclusivamente a seu cargo.

A coordenação e cooperação destas duas forças de segurança torna-se mais fácil, devido ao número dos intervenientes directos, mas poderá ser intensificada e melhorada através do Gabinete Coordenador de Segurança e não dispensa a colaboração das demais forças e serviços em aspectos pontuais.

A actividade de «investigação criminal» compreende o conjunto de acções tendentes a descobrir, recolher, examinar, interpretar, conservar e formalizar no inquérito que constitui a primeira fase do processo criminal, as provas de factos concretos penalmente relevantes.

Compreende ainda a análise das circunstâncias envolventes e as diligências destinadas a identificar, localizar e deter, nos casos legalmente per-

mitidos, os responsáveis por tais factos, bem como a determinar o respectivo grau de responsabilidade, tudo com vista à organização do processo criminal que há-de ser submetido à apreciação das autoridades judiciais (Ministério Público e Juiz).

Neste campo actuam os designados órgãos de polícia criminal, sendo considerados como tal, no caso concreto, todas as forças e serviços de segurança mencionados no artigo 14.º da Lei n.º 20/87, com excepção do SIS que, como se sabe, não é um organismo policial nem pode exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito ou competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais (artigo 4.º da Lei n.º 30/84).

A lei atribui, neste domínio específico, papel fundamental à Polícia Judiciária, presumindo deferida a este órgão de polícia criminal competências exclusivas, para a investigação e para a coadjuvação das autoridades judiciais, relativamente às formas mais graves de expressão da criminalidade, nomeadamente da criminalidade organizada e/ou violenta.

Porém, outros organismos detêm competências investigatórias exclusivas em certas matérias: é o caso, por exemplo, da GF, em relação às infracções fiscais aduaneiras, ou do SEF, em relação às infracções à legislação sobre a entrada, permanência e residência de estrangeiros em território nacional.

A actividade investigatória é, no essencial, regulada pela legislação processual penal e deve ser desenvolvida de harmonia com as normas de competência previstas nos estatutos próprios das forças e serviços de segurança.

A entidade que tiver competência para assumir a realização do inquérito tem direito à cooperação das demais, devendo ter-se em consideração que mais importante do que tomar conta das ocorrências e, eventualmente, deter os delinquentes, é carrear para o processo todas as provas relevantes para a sujeição daqueles à administração da justiça penal.

A cooperação das forças e serviços de segurança em matéria de investigação criminal, que é indispensável à eficácia da luta contra todas as formas de expressão da criminalidade, exige dos agentes policiais uma especial sensibilidade e rigor nos processos de actuação e coloca aquelas entidades em contacto permanente com as autoridades judiciais, às quais devem coadjuvar nos termos da Constituição e da lei, assim se materializando a interacção entre duas das mais relevantes funções do Estado — a de segurança interna e a de administração da justiça.

O exposto demonstra, claramente, que a actividade de segurança interna é, por natureza, interdisciplinar e plurisectorial e que o sistema que a protagoniza é integrado por organismos e serviços caracterizados pela diversidade institucional, especialização funcional e enquadramento orgânico próprio no aparelho do Estado.

Donde decorre, com toda a evidência, a natureza complementar da actividade desempenhada por cada uma das forças e serviços de segurança e a manifesta interdependência funcional de todas as instituições de segurança do Estado.

O que, obviamente, justifica a importância conferida pela Lei n.º 20/87 aos princípios da coordenação e cooperação institucional das forças e serviços de segurança, bem como aos mecanismos de articulação operacional do funcionamento destes organismos, cuja efectiva concretização compete ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Administração Interna, assistidos pelo Conselho Superior de Segurança Interna e pelo Gabinete Coordenador de Segurança.

IV — FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

Para prosseguir os fins e interesses inerentes à função de segurança interna, o Estado dispõe, nos termos da Lei n.º 20/87, de forças de segurança — Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Polícia de Autoridade Marítima — e serviços de segurança — Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviço de Informações de Segurança — que integram o sistema previsto naquele diploma.

As forças de segurança são organismos policiais armados e uniformizados, integrados por pessoal com estatuto militar (GF e GNR) ou militarizado (PSP e PAM), com estrutura organizativa caracterizada pela obediência à hierarquia de comando em todos os níveis.

Os serviços de segurança são organismos públicos, integrados por agentes com estatuto análogo ao de pessoal da Administração Pública, hierarquicamente estruturados e institucionalmente vocacionados para o desempenho de atribuições específicas de natureza policial (PJ e SEF) ou no domínio das informações (SIS).

A «Guarda Fiscal», cuja criação remonta a 1885, é uma força de segurança constituída por militares, estruturada como corpo especial de tropas, organicamente dependente do Ministro das Finanças (cfr. o Decreto-Lei n.º 373/85, de 20 de Setembro).

Possui um efectivo de cerca de 8000 elementos, distribuídos por Comando-Geral, 4 batalhões, 21 companhias, 4 companhias independentes, 80 secções e mais de 400 postos, cobrindo o respectivo dispositivo todo o território do continente e das regiões autónomas.

Tem como atribuições policiais específicas a prevenção e repressão das infracções fiscais aduaneiras e o controlo da passagem de pessoas e bens nas fronteiras, para além da cooperação inerente à sua integração no sistema de segurança interna e da coadjuvação das autoridades judiciais, decorrente da sua qualificação como órgão de polícia criminal.

A «Guarda Nacional Republicana», criada em 1911, é uma força de segurança constituída por militares, estruturada como corpo especial de tropas, organicamente dependente do Ministro da Administração Interna (cfr. Decreto-Lei n.º 333/83, de 14 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/90, de 3 de Fevereiro).

Possui um efectivo de cerca de 15 000 elementos, distribuídos por Comando-Geral, 1 Regimento de Cavalaria, 5 Batalhões, 21 companhias, 71 secções e perto de 500 postos, cobrindo o respectivo dispositivo todo o território continental, com predominância nas zonas rurais.

Tem atribuições policiais de carácter geral nos domínios da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, da prevenção da criminalidade, da defesa da legalidade e da protecção e socorro das pessoas, cabendo-lhe, cumulativamente, importantes funções no domínio da coadjuvação das autoridades judiciais, decorrente da sua qualificação como órgão de polícia criminal, e no âmbito da prestação de honras do Estado.

A «Polícia de Segurança Pública», criada em 1927, é uma força de segurança armada e uniformizada, constituída essencialmente por pessoal com estatuto militarizado, obedecendo à hierarquia de comando em todos os níveis da estrutura, organicamente dependente do Ministro da Administração Interna (cfr. Decreto-Lei n.º 151/85, de 9 de Maio).

Possui um efectivo de cerca de 18 000 elementos distribuídos por Comando-Geral, 2 comandos regionais, 22 comandos distritais, 16 divisões,

12 secções, 133 esquadras e 102 postos, cobrindo o respectivo dispositivo as zonas urbanas do território do continente e das regiões autónomas.

Dispõe, ainda, de duas unidades especiais, de reserva — o Corpo de Intervenção e o Grupo de Operações Especiais — preparadas e destinadas a fazer face a situações de grave ameaça à ordem pública e a actos de alta violência desencadeados por grupos organizados e/ou armados.

Tem atribuições policiais de carácter geral nos domínios da manutenção da ordem e tranquilidade públicas, da prevenção da criminalidade, da defesa da legalidade e da protecção e socorro das pessoas, cabendo-lhe, cumulativamente, importantes funções no domínio da coadjuvação das autoridades judiciais, decorrente da sua qualificação como órgão de polícia criminal, e no âmbito da especial protecção devida a altas entidades nacionais, ou estrangeiras por ocasião de visitas de Estado.

A «Polícia Marítima», cuja criação remonta a 1892, é uma força de segurança armada e uniformizada, constituída por pessoal com estatuto militarizado, organizada na dependência das capitánias dos portos que, por sua vez, dependem do Estado-Maior da Armada (cfr. Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de Julho e o Decreto-Lei n.º 191/84, de 8 de Junho).

Possui um efectivo relativamente pequeno, que não ultrapassa o meio milhar de elementos, distribuídos pelas capitánias dos portos.

Tem atribuições policiais específicas, restritas à vigilância e socorro nas áreas de jurisdição marítima, à prevenção de infracções à legislação sobre as actividades portuárias e à segurança dos estabelecimentos da Marinha, cabendo-lhe, cumulativamente, funções de cooperação e colaboração com as demais forças e serviços de segurança, decorrentes da sua integração no sistema de segurança interna.

A «Polícia Judiciária», criada em 1945, é um organismo de polícia criminal e um serviço de segurança constituído por pessoal especializado na prevenção e na investigação da criminalidade, organizado na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado pelo Ministério Público (cfr. o Decreto-Lei n.º 458/82, de 24 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 387-H/87, de 30 de Dezembro).

Possui um efectivo de cerca de 2000 elementos, incluindo pessoal auxiliar de investigação criminal e de apoio administrativo, distribuídos por

Directoria-Geral, 4 direcções centrais, 3 directorias regionais, 9 inspecções e 3 subinspecções, cobrindo o respectivo dispositivo todo o território do continente e das regiões autónomas.

Tem vastas atribuições policiais, em alguns casos exclusivas, nos domínios da prevenção especial da criminalidade, da investigação criminal e da coadjuvação das autoridades judiciárias, cabendo-lhe, cumulativamente, importantes funções de cooperação e colaboração com as demais forças e serviços de segurança, decorrentes da sua integração no sistema de segurança interna.

O «Serviço de Estrangeiros e Fronteiras», criado em 1976, é um organismo de polícia de imigração, constituído por pessoal especializado no controlo da entrada, permanência, residência e actividades de estrangeiros em território nacional, organizado na dependência do Ministro da Administração Interna (cfr. Decreto-Lei n.º 440/86, de 31 de Dezembro).

Possui um efectivo da ordem dos 600 elementos, distribuídos pelos Serviços Centrais e Serviços Regionais, integrados por 5 gabinetes, 14 delegações e 7 subdelegações, cobrindo o respectivo dispositivo todo o território do continente e das regiões autónomas.

Tem atribuições policiais específicas e exclusivas nos domínios da vigilância e controlo da entrada, permanência, residência e actividades dos estrangeiros em território nacional.

Compete-lhe ainda a organização dos processos de expulsão e a execução das decisões judiciais que decretem essa medida, bem como a instrução de processos de pedido de asilo político, cabendo-lhe, cumulativamente, responsabilidades no âmbito da cooperação com as demais forças e serviços de segurança, em virtude da sua integração no sistema de segurança interna.

O «Serviço de Informações de Segurança», criado em 1985, é um organismo especializado na pesquisa, análise e produção de informações com interesse para a segurança interna, organizado na dependência do Ministro da Administração Interna (cfr. Decreto-Lei n.º 225/85, de 4 de Julho).

Possui um pequeno efectivo de cerca de duas centenas de elementos, distribuídos pelos serviços centrais e por três delegações regionais.

Ao contrário das demais forças e serviços de segurança não pode exercer poderes, praticar actos ou desenvolver actividades do âmbito ou da competência dos organismos policiais, sendo-lhe expressamente vedado instruir processos penais ou proceder à detenção de pessoas.

Exerce as suas atribuições específicas em todo o território nacional, sendo-lhe devida colaboração por parte das forças e serviços policiais anteriormente mencionados, que estão legalmente obrigados a comunicar-lhe, pontualmente, as notícias, dados e demais elementos de que tenham conhecimento, directa ou indirectamente relacionados com actividades de subversão, sabotagem, terrorismo, espionagem ou quaisquer actos que possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

As breves referências feitas à diversidade das instituições que integram o sistema de segurança interna do Estado, no que concerne à estrutura organizativa, ao enquadramento orgânico e à especialização funcional, revelam, com suficiente clareza, a natureza complementar da actuação de cada uma e a interdependência de todas, no contexto global da actividade que protagonizam.

Donde decorre que a funcionalidade do sistema em que tais instituições se integram, exigida pela adequada prossecução dos objectivos permanentes da segurança interna, depende inevitavelmente da cooperação funcional e da colaboração recíproca entre todas as forças e serviços de segurança.

A articulação do funcionamento operacional das forças e serviços de segurança constitui a razão de ser do Gabinete Coordenador de Segurança e a preocupação prioritária da autoridade nacional responsável pela condução da política de segurança interna e pelo controlo da sua execução.

V — SITUAÇÃO ACTUAL

Tendo em consideração o enquadramento jurídico da actividade de segurança interna e as peculiaridades estruturais e de funcionamento do sistema que lhe serve de suporte, o Governo reconheceu expressamente, no seu Programa, que a segurança interna constitui factor essencial ao fortalecimento da democracia, à criação de riqueza, à consolidação do progresso e à promoção do bem estar social.

Para a prossecução eficaz das finalidades e objectivos permanentes da política de segurança interna, foram definidas no referido programa as seguintes grandes linhas de orientação:

- Promoção e reforço da cooperação técnica e operacional entre as forças e serviços de segurança, em ordem a obter uma actuação coordenada, a optimização no emprego dos meios disponíveis e a melhoria dos resultados;
- Incremento e melhoria das acções de recrutamento, formação, especialização e actualização do pessoal das instituições de segurança, com vista a criar condições indispensáveis ao cumprimento mais eficiente, digno e correcto das funções;
- Desenvolvimento de iniciativas concretas e de campanhas de esclarecimento público tendentes a melhorar o relacionamento dos agentes de segurança com a comunidade que servem e em que estão inseridos, com vista a consolidar sentimentos de confiança, colaboração e compreensão recíprocas;
- Reforço da capacidade operacional das forças e serviços de segurança, através da melhoria da situação sócio-profissional do pessoal e da modernização de equipamentos e instalações;
- Intensificação de acções de prevenção dirigidas aos factores determinantes do aparecimento e alastramento da criminalidade, privilegiando a actuação dissuasora orientada para potenciais delinquentes e dedicando particular atenção à situação dos jovens;
- Valorização das componentes cívicas da formação, informação e educação, com vista a conseguir uma mais perfeita consciencialização dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e uma adequada sensibilização em matéria de autoprotecção, segurança e convivência comunitária;
- Desenvolvimento de múltiplas formas de cooperação entre as instituições de segurança interna nacionais e as organizações congéneres dos demais países comunitários, no âmbito da troca de informações, novas tecnologias e experiências, tendo em vista a prossecução dos objectivos comuns de uma política integrada de segurança interna adequada à concretização da livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, à supressão das fronteiras intracomunitárias e à valorização das fronteiras externas do espaço comum europeu.

Em execução desta política de segurança interna foram adoptadas importantes medidas de natureza legislativa, de reforço de meios e de reestruturação das forças e serviços de segurança, desenvolvendo-se, simultaneamente, múltiplas formas de cooperação bilateral, comunitária e internacional.

Pela sua importância e pela repercussão directa no funcionamento do sistema, considerado na sua globalidade, ou em algumas das instituições que o integram, merecem referência especial as seguintes:

- Aprovação, pelo Conselho de Ministros, do «Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança»;
- Aprovação, por iniciativa conjunta dos Ministros competentes, do «Plano de Segurança Marítima do Porto de Lisboa», cuja implementação há-de servir de modelo à concretização dos planos de segurança dos demais portos nacionais que o justifiquem;
- Concretização de um vasto programa de reequipamento e de construção, adaptação e modernização das instalações das forças e serviços de segurança;
- Revisão e actualização das leis orgânicas da Guarda Nacional Republicana e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Redefinição do regime estatutário do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública.

No que concerne especificamente à prevenção geral, à segurança e protecção das pessoas e à luta contra a criminalidade procurou-se reforçar a cooperação interministerial e desenvolver acções orientadas para a sensibilização dos cidadãos e para a dissuasão de potenciais delinquentes.

Merecem especial destaque as seguintes medidas:

- Criação da «Comissão Governamental para a Segurança Rodoviária», com o duplo objectivo de propor anualmente as acções prioritárias de combate à sinistralidade nas estradas e de articular a actuação dos ministérios intervenientes;
- Criação da «Comissão Interministerial para a Prevenção da Delinquência», com o objectivo de apresentar propostas visando a concretização de um projecto integrado de prevenção geral da criminalidade;
- Reformulação do funcionamento do sistema integrado de acesso e resposta aos pedidos de socorro, para funcionar em situações de

grave risco de vidas e bens, no qual cooperam diversos organismos (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Instituto Nacional de Emergência Médica, Serviço Nacional de Bombeiros, Serviço Nacional de Protecção Civil, Correios e Telecomunicações de Portugal), cobrindo o respectivo dispositivo todo o território do continente;

- Estabelecimento de medidas preventivas e punitivas contra formas de violência associada ao desporto, em conformidade com a Convenção Europeia sobre a matéria;
- Realização, através dos meios da comunicação social, de campanhas de informação e de esclarecimento sobre os tipos de criminalidade mais frequente, contra as pessoas e os bens, bem como sobre formas de autoprotecção e de colaboração com as autoridades;
- Intensificação das acções de patrulhamento em certas zonas mais sensíveis, nomeadamente nas áreas mais concorridas da orla marítima e nas zonas florestais, durante os períodos de tempo quente.

No domínio da cooperação internacional, a execução da política de segurança interna foi determinada por três factores fundamentais: a integração de Portugal, como membro de pleno direito, nas Comunidades Europeias; a tradicional manutenção de especiais relações de amizade e cooperação com os povos histórica e geograficamente mais próximos; e a necessidade de colaborar na luta contra certas formas de expressão internacional da criminalidade, como são o terrorismo, o tráfico de drogas e a grande criminalidade económica.

No âmbito da CEE, Portugal participa activamente em todos os grupos de trabalho que têm por objectivo matérias relacionadas com a segurança interna, merecendo destaque os seguintes:

- «Grupo de Coordenadores para a Livre Circulação das Pessoas», instituído para coordenar e acelerar a preparação das medidas indispensáveis à concretização de livre circulação das pessoas e à supressão das fronteiras intracomunitárias;
- «Comité Europeu de Luta Contra a Droga», constituído no passado mês de Dezembro com o objectivo de contribuir para a definição de uma política global de luta contra a droga, ao nível dos Doze;
- «Grupo Trevi», que tem constituído a estrutura especialmente des-

- tinada a desenvolver a cooperação policial em matéria de segurança interna, visando nomeadamente o intercâmbio de informações, tecnologias e experiências;
- «Grupo Ad Hoc Imigração», instituído com o objectivo específico de estudar a harmonização das políticas nacionais dos Doze, em matéria de vistos, concessão de asilos e controlos de pessoas nas fronteiras externas das Comunidades;
- «Grupo de Trabalho sobre Cooperação na Luta Contra o Terrorismo Internacional», destinado a estudar as reacções concertadas dos Doze a actos de terrorismo internacional, a examinar as causas deste fenómeno e a recomendar as medidas adequadas a combatê-lo.

No quadro do Conselho da Europa, Portugal tem participado activamente em todas as iniciativas desencadeadas com o objectivo de definir ou consolidar a doutrina do justo equilíbrio que deve existir na escolha das medidas preventivas e repressivas a adoptar pelos Estados, através das respectivas instituições de segurança, para prevenir e reprimir a criminalidade, sem postergar os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

No quadro mais amplo da cooperação internacional, Portugal tem participado activamente nas iniciativas desencadeadas no âmbito da Organização das Nações Unidas e das agências especializadas, nomeadamente da «Organização da Aviação Civil — ICAO» e da «Organização Marítima Internacional — IMO», no sentido de aprovar instrumentos jurídicos internacionais que prevejam medidas preventivas e repressivas dos actos ilícitos contra os meios de transporte aéreos e marítimos.

Referência especial merece ainda, a cooperação que Portugal presta e recebe em matéria de luta contra a criminalidade internacional organizada, na sua qualidade de membro da «Organização Internacional de Polícia Criminal — OIPC-INTERPOL», à qual pertencem quase todos os países do Mundo.

Em resultado da execução da política de segurança interna, cujas grandes linhas foram anteriormente esquematizadas, a situação actual poderá caracterizar-se do seguinte modo:

- No que toca à evolução dos índices da criminalidade, constata-se que o moderado crescimento verificado em algumas áreas não representa

- uma alteração quantitativa ou qualitativa com consequências directas nos domínios da normal convivência das pessoas, do regular exercício dos direitos pelos cidadãos e da ordem e tranquilidade públicas;
- Relativamente às três formas de criminalidade que actualmente constituem as preocupações prioritárias dos países europeus — o terrorismo, a grande criminalidade económica e o tráfico de drogas — verifica-se uma tendência para a estabilização, continuando Portugal a manter uma situação invejável em comparação com a dos demais parceiros europeus;
 - Em relação à actividade das forças e serviços de segurança interna, é justo reconhecer grandes melhorias, em especial nos domínios das condições de funcionamento operacional, da correcção dos processos de actuação, da imagem de eficiência junto da comunidade e da criação de uma nova mentalidade de cooperação e colaboração institucional;
 - As maiores preocupações continuam, naturalmente, a incidir sobre a prevenção da delinquência juvenil e a prevenção e repressão do consumo e tráfico de drogas, bem como sobre o controlo e a neutralização de todas as formas de violência de indivíduos ou de grupos, sejam quais forem as respectivas motivações.

Relembrando que os objectivos permanentes da política de segurança interna, nos termos da Constituição e da Lei n.º 20/87, se consubstanciam na defesa da vida e integridade das pessoas, na manutenção da paz pública, e na preservação da ordem democrática, conclui-se que tais objectivos têm sido assegurados satisfatoriamente e que a autoridade democrática do Estado tem sido exercida de forma permanente, eficaz e equilibrada, proporcionando um clima de tranquilidade propício à convivência pacífica dos cidadãos e ao normal funcionamento das instituições.

Manuel Pereira

Ministro da Administração Interna

OS JOVENS PORTUGUESES FACE A UNIFICAÇÃO
DA EUROPA

— UMA ABORDAGEM PSICO CULTURAL —

José António Sequeira Carvalho

OS JOVENS PORTUGUESES FACE À UNIFICAÇÃO DA EUROPA (*)

— UMA ABORDAGEM PSICOCULTURAL —

SUMÁRIO

DESENVOLVER PORTUGAL NA COMUNIDADE: UMA MISSÃO PARA OS JOVENS PORTUGUESES

- I) *A necessária consciência do desafio do desenvolvimento*
- II) *Criar em Portugal pólos de desenvolvimento cultural e económico*
- III) *A falência competitiva do nosso turismo: um exemplo significativo*
- IV) *Uma linha de rumo que passa por um reencontro da dimensão universal da nossa História*

INTRODUÇÃO

O Tratado de Roma não contém nenhuma referência explícita quer à Educação, quer aos jovens.

O Acto Único também não insere nenhuma referência assinalável aos problemas da Educação e dos jovens.

Todavia, a realização do Mercado Interno tem implicações profundas para os cidadãos comunitários, nomeadamente para os jovens.

A realização do Mercado Interno através das suas múltiplas dimensões está já a suscitar e irá certamente suscitar ainda mais no futuro inúmeros problemas de formação escolar e profissional determinados pela reestruturação das economias nacionais e dos sectores económicos.

A consciência da importância deste fenómeno levou a Comunidade a aprovar uma série de programas orientados para a resolução de problemas de formação dos jovens europeus no contexto da construção da Europa.

Citemos alguns que serão apresentados no decurso destas jornadas: ERASMUS, COMETT, EUROTECNET, EURYDICE, LÍNGUA, YES PARA A EUROPA, etc.

(*) Comunicação apresentada no Colóquio organizado pelo Centro de Estudos e Documentação Europeia do Instituto Superior de Economia sobre: *Os Jovens na Construção da Europa*, Lisboa, 14 e 15 de Junho de 1989 — Fórum Picoas.

A importância e as potencialidades destes programas para os jovens portugueses é bastante grande, transcendendo mesmo as que estes mesmos programas facultam aos jovens dos outros países da Comunidade, pois não nos podemos esquecer que somos um País subdesenvolvido e periférico no contexto europeu.

A nossa participação nos programas de formação e de circulação de jovens no espaço comunitário poderá constituir um poderoso factor de ultrapassagem do nosso subdesenvolvimento cultural e dos efeitos psicológicos negativos da nossa situação de periferia territorial.

Quando eu ainda era jovem, viajar e estudar na Europa constituía um sonho quase irrealizável, uma aventura quase intransponível.

Hoje, graças aos programas comunitários, viajar e estudar na Europa é já mais facilmente realizável para os jovens da geração actual.

As viagens e a possibilidade de estudar na Europa oferecem possibilidades de formação profissional e cultural de grande alcance para os jovens portugueses, o que constitui, no contexto actual, um importante factor de competitividade e de reforço económico, social, cultural e mesmo político para um país como Portugal.

Face a estas oportunidades o que é que nós todos, professores, alunos e funcionários portugueses temos de fazer! Aproveitar as oportunidades que os programas comunitários nos oferecem e participar dum modo inteligente e organizado nos referidos programas.

Os efeitos psicológicos e culturais dessa participação serão certamente bastante favoráveis para todos; todavia a nossa participação no amplo movimento da construção da Europa coloca-nos um conjunto de problemas fundamentais, cujos efeitos transcendem o âmbito restrito da referida participação nos programas para os jovens da Comunidade Europeia e sobre os quais há que reflectir duma maneira séria e aprofundada.

Vou tentar aproveitar a oportunidade da minha intervenção para partilhar algumas opiniões, necessariamente pessoais e parciais e expressas dum modo unicamente qualitativo, sobre uma problemática que considero da maior importância: *a participação dos jovens no desenvolvimento do nosso país no seio da Comunidade*. Assim, intitulei a minha intervenção:

DESENVOLVER PORTUGAL NA COMUNIDADE: UMA MISSÃO PARA OS JOVENS PORTUGUESES

I) A necessária consciência do desafio do desenvolvimento

Como os precedentes oradores puseram em evidência, a nossa integração na CEE veio oferecer novas oportunidades para os jovens portugueses em termos de realização pessoal e profissional, de possibilidades de circulação no espaço comunitário, formação e de melhoria da qualidade de vida.

Contudo, como tem sido igualmente referido, a nossa integração na CEE coloca aos jovens portugueses, enquanto cidadãos responsáveis, um imenso desafio: o desafio do desenvolvimento para um País que está na cauda da Europa em termos de nível de vida e de oportunidades culturais.

Sobre esta matéria o discurso económico é regularmente repetido com o rigor dos diagnósticos e a evidência dos números.

Mostrando-nos, em suma, que temos de melhorar os nossos níveis de desenvolvimento e de ser competitivos numa Europa sem fronteiras e aberta aos ventos da concorrência mundial.

Todavia, como nos evidencia a realidade prática da vida económica concreta, e da dinâmica dos negócios, no mundo actual, o paradigma economicista, apesar de necessário para a realização das análises e a tomada das decisões, não é suficiente para explicar a realidade profunda das estruturas socioeconómicas e a dinâmica dos complexos sistemas sociotécnicos das sociedades actuais.

E vocês jovens, com o vosso entusiasmo ainda puro e sincrético, com a vossa generosidade criativa e impaciente e o vosso espontâneo sentido crítico podem compreender facilmente que para construir o Portugal do futuro, que para melhorarmos a nossa posição competitiva na Europa de hoje e no mundo actual, precisamos alargar o campo de visão e de intelecção dos nossos esquemas mentais e dos nossos paradigmas intelectuais.

O que corresponde, em suma, à exigência de um desenvolvimento cultural e à necessária mutação dos sistemas de valores e atitudes actuais de um povo desde sempre criativo, aberto, e universalista, mas ao qual a inquisição, enquanto fenómeno histórico de efeitos avassaladoramente negativos para o País e a mesquinhez dos autoritarismos e oportunismos provin-

cianos que, enquanto figuras psicoculturais, infelizmente caracterizaram os comportamentos e as mentalidades das nossas elites nos últimos séculos, cercearam e apagaram as principais dimensões psíquicas do próprio génio nacional: a abertura, a criatividade, e o espírito universalista e a capacidade de adaptação.

Autoritarismos provincianos e oportunismos de vistas curtas que, enquanto modos de acção social, num contexto envolvente de subdesenvolvimento cultural, contribuíram para tornar Portugal, um povo que foi de descobridores, de aventureiros corajosos e criativos, numa sociedade fechada, automarginalizada, insegura e pobre.

Face aos desafios do mundo actual e, mais especificamente, face aos desafios que a realização do Grande Mercado Interno colocam à sociedade portuguesa é necessário que a sua juventude reassuma e aplique as grandes qualidades do génio português: espírito de abertura, universalismo, coragem, criatividade, tenacidade, força anímica e sentido crítico.

É necessário que o povo português se torne de novo um povo de descobridores e de estrategos ao nível planetário.

Caso contrário, face à dinâmica concorrencial do mercado interno e da concorrência mundial arriscamo-nos a tornar-mo-nos a médio prazo uma quase província de Espanha e, ainda para mais, a mais distanciada dos Centros decisoriais e dos pólos de riqueza europeus.

II) *Criar em Portugal pólos de desenvolvimento cultural e económico*

Para sobrevivermos na Europa de hoje com um peso e uma substância económicos, políticos e culturais próprios, temos de *criar*, em Portugal, e serei tentado a dizer recriar, face às lições da nossa história, *pólos económicos e culturais de nível e competitividade mundial*.

Em meu entender a criação destes pólos económico-culturais passa mais por alterações psicoculturais no comportamento dos nossos decisores e agentes económicos e culturais do que pela exploração de vistas curtas de pseudo e ultrapassadas vantagens comparativas estruturais fundadas na miséria económica e no baixo nível de vida.

Como nos mostram os exemplos dos êxitos, quer dos grandes pólos culturais tradicionais da Europa, quer mesmo dos modernos «Tecnopólos» que actualmente estão a proliferar por toda a Europa, América ou Japão, o

factor fundamental de êxito reside no desenvolvimento intelectual e cultural das sociedades. Reside sobretudo na qualidade intelectual dos homens e não nos seus baixos salários ou na existência de matérias-primas.

Temos pois de *saber criar em Portugal pólos de qualidade e de excelência tecnológica* e, em íntima e activa interacção com estes últimos, pólos de desenvolvimento cultural.

III) *A falência competitiva do nosso turismo: um exemplo significativo*

Este apelo à qualidade cultural e à excelência tecnológica parece-me de primordial importância num país como Portugal onde frequentemente se julga estar a fazer desenvolvimento e se está na realidade a marcar passo, ou mesmo (e os exemplos abundam) a destruir os patrimónios, as riquezas, os recursos de competitividade e de desenvolvimento existentes no País.

Atente-se só, para exemplificar esta minha tese, sem falar no caso de Sines ou no 25 de Abril, no que tem acontecido no sector de turismo nacional, onde a mesquinhez especulativa e a falta de cultura em termos de autênticos critérios de qualidade têm levado a destruir irremediavelmente aquilo que constituía o próprio produto turístico, a própria substância da competitividade nacional no sector em termos de *marketing*: a beleza das paisagens, as características diferenças culturais e patrimoniais, as especificidades do meio ambiente, o bom gosto e a qualidade de vida.

É tão evidente que a *competitividade turística não se constrói destruindo o património*, a beleza das paisagens, e construindo *bunkers* e barracões de cimento mal pintado num estilo de modernismo pindérico e suburbano, que acho estranho, que alguns dos nossos grandes técnicos escrevem artigos de pretensão científica procurando saber por que é que o nosso turismo não se tornou na fonte de divisas que a qualidade do nosso clima, das nossas paisagens, das nossas cidades, antes de destruídas, facilmente poderia ter proporcionado.

O caso da falência do nosso turismo em termos de competitividade internacional parece-me um exemplo evidente de como a *identificação dos factores de competitividade e de desenvolvimento exige qualidade e categoria cultural* da parte dos responsáveis e dos decisores.

Um dos perigos do apelo simplista à modernização e ao desenvolvimento está na simplicidade e na alienação, e mesmo no oportunismo, com que estes fenómenos são encarados.

Deve ser dito que um comportamento de cópia superficial ou de imitação passiva dos comportamentos e práticas estrangeiras não conduz ao desenvolvimento, mas sim a uma dependência cultural e económica ainda maior.

Os pólos de desenvolvimento cultural e tecnológico de Portugal não poderão ser formados e geridos por meros consumidores de *gadgets* e subprodutos produzidos por sociedades consideradas mais desenvolvidas, mas deverão pelo contrário ser constituídos e dinamizados por autênticos criadores culturais e empreendedores económicos.

IV) *Uma linha de rumo que passa por um reencontro da dimensão universal da nossa História*

Dados os nossos circunstancialismos geográficos e as nossas condições estruturais económicas actuais, um dos veios estratégicos da nossa afirmação no contexto cultural, político, e nos mercados europeus, temos de o ir buscar à nossa História: às nossas relações com os países de expressão portuguesa, ao nosso *relacionamento histórico, cultural e de identidade linguística com uma massa humana que vai da Galiza a Timor*, passando pelo Brasil e pela nossa vocação africana.

É necessário, e digo-vos enquanto jovens, perdermos os complexos psíquicos, os complexos ideológicos, relativamente a esta realidade que nos poderá propiciar um posicionamento estratégico de grande alcance, não só no espaço europeu, mas também ao nível mundial.

Neste sentido, a minha mensagem de português expatriado trabalhando actualmente nas instituições comunitárias é bastante clara, e terminarei deste modo a minha intervenção: pese a descrença e uma certa insegurança psíquica que as frustrações históricas dos últimos séculos forjaram indiscutivelmente na mentalidade do Homem português; dispomos colectivamente de recursos psíquicos extremamente ricos, de uma experiência histórica universalista, de uma sociocultura aberta e compreensiva que poderá ser um dos esteios da nossa afirmação europeia e da nossa participação no movimento de unificação da Europa.

Mas este enraizamento na realidade nacional deverá desenvolver-se aberto às condições e às realidades do mundo actual.

Só seremos actores verdadeiros no processo de construção europeia se soubermos ser criativos e competitivos ao nível mundial.

É pois a Europa, este cabo do continente euro-asiático, que mais uma vez nós portugueses temos historicamente que dobrar... Sobretudo vós os jovens cidadãos do Portugal de hoje e de amanhã para quem a participação no processo de unificação europeia constitui um dos esteios e oportunidades da continuação da afirmação de Portugal no mundo.

Fazendo com *que este país possa tornar-se, outra vez, um pólo cultural importante e activo ao nível internacional.*

José António Sequeira Carvalho

Professor Associado no ISEG
Director-Adjunto do Secretariado Eureka — Bruxelas

A LESTE TUDO DE NOVO

José Lello

A LESTE TUDO DE NOVO (*)

A. O espaço europeu, desenhado em Yalta, está em profunda mutação. Contudo, desta vez, tal não decorre de qualquer conflito armado. Bem pelo contrário, a semente da mudança teve origem em aspectos de ordem puramente económica, bem como na contestação popular a um sistema que definhava, sem soluções, nem perspectivas. Contudo, seriam as transformações encetadas na União Soviética, por Mikhail Gorbatchev, a pedra-de-toque para o início de uma nova era a Leste.

Aliás, um dos aspectos mais surpreendentes destas mudanças, para além da fulgurante e avassaladora onda que em breves meses varreu todos aqueles países, seria o desaparecimento tão repentino das lideranças dos partidos comunistas longa e solidamente aí instaladas.

O que, no começo, eram centenas, cedo passaram a milhares de cidadãos gritando por liberdade e eleições livres nas ruas de Varsóvia, na Praça Venceslau, em Timisoara. Ou, então, em frente ao muro de Berlim que, qual muralha de Jericó, ruiria, e, com ele, a velha ordem comunista.

Mau grado todas estas tomadas da Bastilha, apenas na Roménia a transição seria marcada pela violência e o genocídio. Nas restantes situações, a tradição não violenta, racionalista e cívica das oposições que durante quarenta anos conseguiram sobreviver à coacção de regimes discricionários e policiais, venceu, pela persuasão, o poderio das polícias políticas, dos generais e das nomenclaturas.

As mudanças seriam acompanhadas por alterações profundas do quadro constitucional vigente no velho regime, designadamente através da denúncia do papel liderante do Partido e da aceitação do multipartidarismo e da economia de mercado, característicos dos regimes ocidentais.

Curiosas seriam também as tentativas de salvar o espaço de manobra

(*) Este texto corresponde a uma comunicação produzida em 29 de Abril de 1990. Por tal motivo, face à rapidez da evolução dos acontecimentos na Europa de Leste, terá, necessariamente, de ser considerado como um escrito datado.

do velho partido, agora confrontado com a concorrência eleitoral de novos e plurifacetados agrupamentos políticos. Assim, investidas as novas lideranças, de preferência sem comprometimentos visíveis com o poder do estado comunista, os partidos em reformulação reordenariam as suas missões e orientações políticas, alterando velhas designações para outras mais adequadas aos novos tempos, através do recurso a designações como «democrático e socialista».

Assim mesmo, depois do funeral em praça pública do velho sistema, seriam agora os seus herdeiros legítimos a enterrarem-no de facto, exorcizando os seus símbolos e abjurando os seus rituais.

Por isso, poder-se-á dizer que 1989 foi o ano em que o comunismo morreu.

E para encontrar um ano tão crucial e determinante na história da Humanidade, teríamos que recuar no tempo e na História. Porventura, teríamos de citar 1789, e a Revolução Francesa, ou 1917, e a Revolução Bolchevista, que constituíram, tal como o ano transacto, verdadeiros cataclismos que abanaram e subverteram o *status quo* social e político vigente.

Novas formações políticas surgiriam ao ritmo da queda das anteriores. E se, na Alemanha Oriental, o aparecimento do Novo Fórum cedo seria esbatido pelo crescendo de influência dos homónimos dos partidos hegemónicos da RFA, já nos restantes países de Leste o surgimento dos novos partidos decorreria, espontaneamente, em função de outro tipo de designios e correspondendo aos sentimentos de franjas específicas da sua população. Na verdade, os *fora* democráticos que inicialmente surgiram nesses países tinham como preocupação dominante a ocupação de espaços vazios, tentando aglutinar os cidadãos em torno de ideias de democracia e liberdades e de desideratos políticos específicos e nacionais. Pelo contrário, seriam outras as motivações do Solidariedade polaco, do Eco-Glasnost da Bulgária, assim como de grupos como o Público Eslovaco Contra a Violência ou do Partido Cristão Nacional dos Camponeses, da Roménia, o Partido dos Camponeses, da Roménia, o Partido dos Pequenos Proprietários Independentes, da Hungria, ou de tantos outros novos agrupamentos políticos criados em função de preocupações ecológicas, sociais e étnicas e regionais.

Entretanto, da explosão da política pura, como novo ingrediente especialmente apetecido pelos cidadãos de Leste, aprendizes atentos dos mecanismos da democracia, cedo se recortariam, claros, os indícios de que

os eleitores desses países jamais se reconciliariam com o velho sistema, com as suas estruturas — mesmo aqueles que entretanto se submeteriam a apressadas *maquillages* — e com os métodos do passado. Assim, em eleições livres, o Solidariedade provaria nas urnas que a mudança tinha o aval popular. E não fora a reserva de 65 por cento dos lugares no Parlamento, previamente assegurada, sublinhe-se, pelo comunistas no poder, e estes seriam praticamente varridos desse órgão de soberania.

Na RDA iniciar-se-ia um novo ciclo, em que tudo estaria em jogo sem quaisquer condicionalismos preliminares. Aí ganharia a direita, como aconteceu também na Hungria, onde democratas-cristãos e liberais polarizaram a votação.

Não é de estranhar. Pois os fenómenos políticos, em muitos aspectos, são regulados pelas leis do pêndulo, um instrumento físico que tende a oscilar para o lado diametralmente oposto quando desviado da sua posição central de equilíbrio.

B. Nada do que vem acontecendo na Europa de Leste seria previsível quando Gorbatchev assumiu o poder na União Soviética em Março de 1985.

Com efeito, Mikhail Gorbatchev surgia como um reformador que, tal como Pedro, *O Grande*, sendo um patriota russo, pretendia o reforço do papel liderante da grande potência, modernizando o sistema, sem alterar basicamente a sua essência. Procuraria, assim, dinamizar a estrutura produtiva, racionalizando processos, rentabilizando os investimentos e abalando os alicerces da pesada máquina burocrática do Estado. Isto, como se referiu, com o intuito de suscitar o relançamento do poderio da União Soviética no dealbar de um novo século

Com efeito, no consulado de Youri Andropov que as estruturas liderantes do país se começariam a dar conta de que, face ao seu atraso em áreas estratégicas determinantes, a URSS correria um sério risco de se transformar, a breve trecho, numa potência meramente secundária.

Na verdade, a União Soviética deparava-se com uma situação de declínio tal que, à míngua de reformas profundas, de superpotência, em breve se transformaria em irrelevante potência de segunda ordem.

A sua despesa militar correspondia a 15% do Produto Interno Bruto, enquanto no Ocidente essa relação era da ordem de 5 por cento.

Por outro lado, a dinâmica de desenvolvimento económico e tecnológico das novas potências como o Japão, a par da supremacia científica da tecnologia de ponta norte-americana, bem como, face à perspectiva de uma Europa unificada depois de 1992 — com a previsibilidade de um acréscimo no seu produto global da ordem de 5 a 7 por cento —, deu perfeita consistência aos receios dos analistas governamentais soviéticos de que o fosso científico e tecnológico entre os dois blocos liderantes cedo seria intransponível.

Assim, impor-se-ia a assunção de, por um lado, um conjunto de reformas internas que ultrapassassem inércias e potenciasssem uma economia que se revelava improdutiva e decadente, e, por outro, que se relançassem iniciativas diplomáticas em ordem a encontrar os consensos internacionais que viabilizassem acordos consistentes no domínio da redução drástica dos armamentos estratégicos e das forças convencionais. Procurava-se, desse modo, a retenção de apreciáveis recursos para o financiamento das reformas estruturais e, também, desviar o eficiente aparelho produtivo militar para a produção de bens de consumo. A poupança assim conseguida, em 1988, poderá ser estimada em 15,5 biliões de dólares. Caberia pois a Gorbachev o papel de difundir a necessidade de o país enveredar pela via das reformas profundas, ou seja, por assumir uma opção que teria mais tarde consagração generalizada na Perestroika.

É então o momento de redefinir todos os vectores da política externa soviética, de molde a concentrar todos os recursos disponíveis nos objectivos de reestruturação interna.

Fiel a esses princípios, Gorbachev, em Fevereiro de 1987, afirmaria:

— Mais do que nunca, hoje, a nossa política externa é ditada pela nossa política interna e pelo nosso interesse em concentrar esforços em actividades construtivas para benefício do nosso país. É por isso que temos necessidade de uma paz durável e de relações internacionais frutuosas e previsíveis.

Ora, tal declaração ilustra bem toda uma estratégia política que Gorbachev vem seguindo, em ordem a cumprir os objectivos de ordem interna que foram a sua motivação predominante. Daí que, coerentemente, o exército vermelho tenha retirado do Afeganistão e da Checoslováquia, enquanto que a União Soviética vem esbatendo a sua presença de apoio internacionalista ao Terceiro Mundo. Em reflexo desta nova atitude, a diplomacia soviética foi buscando entendimentos, pressionando armistícios e suscitando

tratados de paz em diversificadas regiões do Globo, onde se eternizavam sangrentos conflitos periféricos.

É, também, nesta altura que o Ocidente se dá conta da credibilidade destes projectos de mudança. Exactamente quando o Kremlin assumiu, de modo claro e inequívoco, o abandono da Doutrina Brejnev da soberania limitada.

Divisava-se assim uma nova linha na política soviética em relação aos países da Europa Central. Política que seria crismada por Gennady Gerasimov como a Doutrina Sinatra — no quadro da qual, as democracias nascentes seguiriam o seu caminho — *My Way* — conforme o estribilho da célebre canção sublinha.

Estava, assim, aberto o caminho para a liberalização que ocorreria, depois, nos países europeus aliados da URSS. Estavam, também, afastados os receios do intervencionismo soviético idêntico ao que ocorrera em 1956 em Budapeste e em 1968 em Praga.

Churchill disse, um dia, que não aceitaria ser o primeiro-ministro para coordenar a liquidação do Império Britânico. Contudo, apesar dessa convicção, ele iria proceder exactamente como se fora esse o seu objectivo primordial.

Também Gorbatchev assumiria o Poder para salvaguardar o Império Soviético, e o facto é que corre o risco de assistir à sua total desintegração. Em primeiro lugar, foram os estados tampão que, sucessivamente, foram assumindo os seus destinos, escolhendo os seus governos e elegendo quais os países que pretendiam ver como seus amigos preferenciais. Depois, foram as crises internas: étnicas, nacionalistas, religiosas e secessionistas. Posto perante os seus trabalhos de Hércules, pragmático, Gorbatchev foi adaptando o seu caderno de encargos aos desafios com que se ia deparando. E foi assim que uma política visando à partida a mera reforma do sistema — a tal *perestroika* gorbatcheiana — iria, enfim, colocar tudo em causa, designadamente o sistema, através da Glasnost, a tão consagrada transparência, avançar portentosa da política pura.

No domínio externo Gorbatchev foi seguindo exactamente o caminho inverso de Leonid Brejnev. Já no âmbito interno a sua trajectória de poder passal seria idêntica, assumindo contudo bem mais competências e prerrogativas do que as que possuía o então designado Czar vermelho.

Ao tempo de Brejnev, a União Soviética visava uma paridade estratégica

com os EUA, tendo, inclusive, modernizado as suas forças convencionais ao ponto de obter uma superioridade nesse domínio específico, ao mesmo tempo que estruturava uma eficaz marinha de guerra, especialmente poderosa em termos de submarinos.

Brejnev considerava essa superioridade essencial para os efeitos da dissuasão e da *détente*.

Este investimento massivo em termos de defesa seria apenas possível na medida em que a URSS o financiaria com as suas vendas de petróleo ao exterior.

Numa altura em que as cotações deste bem se encontravam altamente apreciadas na decorrência dos choques petrolíferos de 73 e 79. Grande produtor de ouro, também beneficiaria da alta cotação que, entretanto, este metal registaria na década de 70.

As iniciativas de Brejnev no plano militar não teriam paralelo no campo diplomático, como se verificou com a evolução do processo de instalação na Europa Ocidental dos mísseis de alcance intermédio. Por outro lado, tal política iria absorver imensos recursos numa fase vital da chamada terceira revolução industrial.

Pelo contrário, Gorbatchev vai desinvestindo no plano militar ao mesmo tempo que vai registando êxitos substanciais no campo diplomático.

No plano nacional interno, se os problemas com que se depara Gorbatchev são incomparavelmente mais sensíveis que os que se perspectivam ante Leonid Brejnev, já em termos de poder pessoal o âmbito das competências hoje detidas por Gorbatchev revelam a sua preocupação em consolidar o seu espaço de manobra. Num momento em que muito do que eram os símbolos expressos do poder está em crise, quando o Partido perde o monopólio da representação política, com a queda do célebre artigo 6.º, e as repúblicas periféricas à federação russa entram em turbulências étnicas nacionalistas, a concentração tão extensa de poderes na pessoa do Presidente confere-lhe um papel extremamente relevante na arquitectura do futuro da União.

Papel que se afigura, todavia, extremamente difícil. O crescimento económico conhece uma diminuição da ordem dos 1,5 por cento, enquanto que o défice orçamental do passado ano ultrapassaria os 160 biliões de dólares, rondando assim os 10 por cento do PNB.

Por outro lado, permanece insuficiente o abastecimento público de

bens de consumo corrente, e, de 1200 produtos de consumo básico, 1000 faltam regularmente nos mercados.

Um terço da produção alimentar perde-se por carências de transporte, armazenagem e ausência de redes de frio. Assim, em 220 produtos alimentares básicos só 20 existem correntemente nas lojas, e, todas as semanas, sistematicamente, é mais um que desaparece. Os problemas energéticos, os laborais, os transportes paralisados por falta de investimento e de manutenção em estradas e no caminho-de-ferro, a resistência pública dos consumidores, desconfiados do sistema capitalista e nostálgicos do tempo de Brejnev, todos estes são alguns dos aspectos da extensa panóplia de problemas com que Gorbatchev se depara. Todavia, a manutenção do império será, porventura, a prioridade actual das suas preocupações maiores.

Com efeito, tal qual o velho império austro-húngaro, a União Soviética defronta-se com o problema nacional. O que é patente através da eclosão de múltiplos incidentes étnicos e tentativas de secessionismo da União: das repúblicas bálticas, ou enclave de Nagorno-Karavak, da Moldávia e da Geórgia à Ucrânia, ou, então, do Arzebeijão a toda essa cintura asiática de islamismo envolvente da grande Federação Russa.

As perspectivas não parecem ser demasiado aliciantes e, como refere o Prof. Paul Kennedy, todos os velhos impérios multinacionais — desde o otomano ao britânico — jamais se retiraram para a sua base étnica enquanto não foram derrotados num conflito de grandes potências, ou foram de tal modo enfraquecidos pela guerra que a sua retirada se tornou politicamente inevitável.

Ora, conforme vem sendo tradição, em momentos de grande dificuldade, como aconteceu nos primeiro e segundo conflitos mundiais, a URSS sempre conseguiu salvaguardar a coesão do império.

É por isso que a actual situação, sem precedentes anteriores, se recorta plena de interrogações sobre o futuro da União.

Incapaz de desencadear a autodeterminação de um império tão diversificado e extenso, a oligarquia que liderou a URSS sempre persistiu num sistema de poder essencialmente russo e centralizado em Moscovo.

Agora, Gorbatchev ressent-se da onda de recriminações e exigências nacionais e étnicas, e de uma vaga de fundo que, sem inimigo externo credível ameaça, assim, submergir a velha ordem herdada do estalinismo e do próprio czarismo.

C. Os ventos de nacionalismo sopram igualmente mais a Oeste. Com efeito, revela-se perceptível tal sentido nesses povos sujeitos durante mais de quatro décadas a esquemas que relevavam o primado do internacionalismo proletário como lema e orientação prioritários das suas políticas externas. Nas primeiras manifestações na RDA as multidões entoavam, em uníssono, a frase «Wir sind das Volk» —que significa qualquer coisa como nós somos o povo.

Pouco tempo depois, a palavra de ordem tinha já sofrido subtil alteração para: «Wir Sind Ein Volk» ou seja, nós somos um povo, o que vale por dizer uma nação.

Também na Polónia, na Checoslováquia, Roménia e Hungria se tornavam evidentes idênticas tendências.

A minguia de outros referenciais, nas manifestações de rua que marcavam o início da sua liberdade, presentes as bandeiras nacionais em profusão, despidas dos símbolos do Estado Comunista, marcavam o regresso à afirmação nacional. Cedo, os analistas ocidentais principiaram a falar do despontar dos nacionalismos.

Contudo, o que acontecia era simplesmente a descoberta do orgulho de se ser romeno, húngaro, checo e, por que não dizê-lo, alemão.

Ora, o patriotismo não é necessariamente o nacionalismo. Aliás, os actuais regimes de Leste serão porventura menos nacionalistas na sua prática que os seus predecessores, ao encararem os problemas como o alemão e o judeu com outra abertura e disponibilidade.

Não nos iludamos, contudo, porque persistem ainda alguns dos fantasmas do passado europeu recente.

O principal recorta-se na angústia que alguns países experimentam ao assistirem à dinâmica reunificadora que assola as duas Alemanhas, quando persistem ainda aspectos insuficientemente clarificados que decorrem dos termos do Acordo de Yalta.

É óbvio que se não poderão minimizar outros focos de potencial conflito, designadamente os que se relacionam com os problemas das minorias étnicas inseridas em países estrangeiros. Este é o caso da minoria húngara na Transilvânia Romena, onde os motins e desordem generalizada provocaram inúmeras vítimas, recentemente; é também a situação das minorias romenas na Moldávia soviética, o problema específico dos albaneses no Kosovo

jugoslavo, e, ainda, as minorias de ascendência alemã na Silésia e Pomerânia polacas, na Prússia Oriental soviética, na Roménia e Hungria.

Todavia, a questão que se perfila como fatora de maiores preocupações não só em relação aos vizinhos de Leste mas, igualmente, perante os países europeus ocidentais envolvidos nos conflitos mundiais deste século é, sem dúvida, a questão alemã.

D. Para se entender a manifesta falta de entusiasmo dos restantes europeus perante a perspectiva da reunificação alemã valerá a pena citar François Mauriac quando ele dizia que gostava tanto, tanto, da Alemanha que muito feliz ficava pelo facto de haver duas.

Com efeito, a reunificação traria à agenda das relações externas algumas questões que, do ponto de vista do Direito Internacional, ficaram sujeitas a alguma indefinição e muita ambiguidade tanto em Yalta como em Potsdam.

Em primeiro lugar, em função da ausência de um tratado de paz entre a Alemanha e os restantes países beligerantes, e, em segundo, por causa da sensível questão das fronteiras alemãs.

Com efeito, face à falta de precisão dos acordos de Yalta, juridicamente poderá ser possível sustentar que as fronteiras da Alemanha abrangem, para além da linha delimitada pelos rios Oder e Neisse, uma área hoje inserida na Polónia e que inclui parcelas territoriais do III Reich, como as províncias da Silésia e da Pomerânia, e parte da Prússia oriental, hoje anexada à União Soviética. Enfim, ao todo 102 000 kms quadrados, ou seja, uma área maior que a de Portugal.

Willie Brandt, na sua qualidade de chanceler de então da RFA, reconheceria a fronteira de Oder-Neisse. Contudo o Tribunal Constitucional federal alemão contestaria tal decisão, na medida em que a Constituição da RFA obriga a todos os governos de Bona a procurarem a Unificação alemã. Ora, até um eventual tratado de paz, as fronteiras alemãs serão as de 1937. Daí que, em termos constitucionais, a decisão de Brandt fosse inaceitável.

É nesse quadro que a direita alemã, e em particular o Partido Republicano, reclamam os território de Leste sob «administração polaca e soviética».

Compreendem-se assim as reservas polacas à reunificação alemã, tanto mais quanto o chamado corredor polaco esteve no cerne do desencadear da II Guerra Mundial.

A este propósito, o Presidente do Grupo Parlamentar do Solidariedade Bronislaw Geremek, chegaria a afirmar: «A única maneira de mudar a fronteira Oder-Neisse é a guerra.»

Compreendendo ser esta uma questão susceptível de gerar múltiplas desconfianças sobre o eventual recrudescimento do imperialismo alemão, Hans Dietrich Genscher faria um braço de ferro com o Chanceler Khol, com o intuito de obrigar os democratas-cristãos alemães a seguirem o reconhecimento das fronteiras do pós-guerra, ratificadas na Conferência de Helsínquia. Enfim, a CDU iria reconhecer o Tratado de Varsóvia com a Polónia de 1970, o que implica a abdicação clara de qualquer reivindicação territorial a Leste. Acalmadas as preocupações polacas, Khol procuraria dissipar os receios entretanto erigidos a Oeste. Assim, reiteraria a sua fidelidade à NATO e à integração económica europeia.

E, se ninguém duvida que as duas Alemanhas estarão unificadas antes do fim do ano, a polémica subsiste sobre qual poderá ser o método a seguir e o futuro estatuto do novo país.

Surgiram vários planos e posições, desde os de Khol, Modrow a Genscher, e ao SPD, bem como ao próprio Bush. Foram vários os contributos de grande utilidade, de Schevardnaze, Jacques Delors, de Roland Dumas e outros. Contudo a dinâmica do processo iria tornar obsoletos quaisquer destes pontos de vista, pelo que, apenas se poderão reter pontos soltos de todo o debate que o tema da reunificação alemã tem suscitado.

Vejamos alguns tópicos:

1. O referendo pós-eleitoral na RDA (Khol).
2. A criação de grupos interparlamentares (Khol).
3. A Alemanha deverá manter-se na OTAN e na CEE, após a reunificação (Bush).
4. Quanto à questão das fronteiras alemãs haverá que aceitar a Acta Final de Helsínquia de 1975 (Bush).
5. Alemanha reunificada deverá ser neutral (Modrow).
6. A Alemanha deverá manter-se na OTAN; contudo o território da RDA deverá ser desmilitarizado (Genscher).
7. União Económica e Monetária das duas Alemanhas (Khol).
8. A proposta de Modrow é a mais racional e correcta para a reunificação alemã (Schevardnaze).

9. Roland Dumas, Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, afirmaria que o seu país não quer a neutralidade alemã. Por isso concordará com a proposta de Bush de redução de tropas americanas estacionadas na Europa desde que esta iniciativa não conduza a uma neutralização precipitada da Alemanha nem ao *decoupling* entre os EUA e a Europa.

10. Os acontecimentos da Europa de Leste exigem uma aceleração da construção europeia (Jacques Delors).

11. A reunificação deverá realizar-se dentro do quadro europeu que englobe a OTAN (Khol).

12. Entretanto, o SG da OTAN, o alemão Manfred Wornier, diria que a OTAN estaria disposta a aceitar tropas da URSS no território da RDA por um período a negociar.

13. ANSCHLUSS — o artigo 23.º da Constituição da RFA permite que uma região alemã se coloque mediante referendo sob jurisdição do Governo federal. Tal aconteceu com o SARRE que, tendo sido ocupado pela França, usou o artigo 23.º em 1957 para se juntar à República Federal (tese popular no seio do actual Governo de Bona).

Enfim, a 18 de Março, com as eleições gerais da RDA, a vontade dos alemães de Leste em se reunirem num só país com os de Oeste ficaria expressivamente sublinhada. Aliás, os resultados eleitorais sugerem mesmo que o futuro do processo ficará ainda mais nas mãos da RFA.

Entretanto tinha início um ciclo de conversações entre as quatro potências vencedoras da última guerra mundial e as duas Alemanhas, em ordem à elaboração da agenda da reunificação.

Significativa terá sido a decisão de alargar a conferência à Polónia sempre que o problema das fronteiras figurar na ordem de trabalhos. Curiosa, também, seria a posição do Primeiro-Ministro Andreotti ao referir que os interesses da maioria dos países estão a ser ignorados.

E. O Futuro

Parece assim claro que a reunificação alemã se dará, de facto, pela via da união económica e monetária e pela sua integração no quadro comunitário. Ainda que a recuperação da economia Este alemã vá custar no mínimo 45 mil milhões de marcos.

Prevalecerá a tese de ANSCHLUSS, segundo a qual a reunificação se processará através da integração progressiva das províncias de Leste na actual RFA.

Aliás, as preocupações em torno da questão da integração europeia serão de molde a apoiar tal solução. Com efeito, a partir de 92 as fronteiras intereuropeias terão um valor meramente semântico. Assim, parece mais pacífica a integração da RDA na RFA que a abertura do precedente que constituiria a adesão individualizada da Alemanha de Leste à CEE.

Nesse sentido se pronunciaria o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Roland Dumas, ao considerar tal solução mais simples e vantajosa para a Comunidade.

A manutenção da Alemanha na estrutura da Aliança Atlântica parece ser igualmente inevitável, tanto mais que, além de constituir uma solução desejada pelos seus aliados na OTAN, é também uma opção bem vista pelos seus vizinhos de Leste. A grande Alemanha neutral, entregue a si própria, como poderia ser controlada e por quem? Que estrutura poderia avaliar o seu grau de desmilitarização e de neutralização? Assim, os seus vizinhos preferem vê-la ancorada nas instituições ocidentais e integrada num sistema de segurança multinacional como é a organização do Atlântico Norte.

A neutralização parece ser solução de todo arredada, porque tudo mudou muito desde o longínquo ano de 1955 quando Krustschev dizia que a chave da questão alemã estava em Moscovo.

Aliás uma das missões prioritárias da OTAN no próximo futuro será a de ligar Bona ou Berlim ao Ocidente e submeter o seu potencial a um quadro de cooperação militar.

As alianças tenderão, pois, a evoluir de militares para político-militares. Ora a OTAN, uma aliança fundada em razão de preocupações em torno de princípios como a liberdade e a democracia pluralista, cedo adoptaria estruturas de cariz estruturalmente político na análise e debate de temáticas como a ciência e tecnologia, a cooperação industrial, a educação ou a economia. Quanto ao Pacto de Varsóvia, a sua constituição surgiria apenas como resposta militar à Aliança Atlântica e como contrapartida à sua linha política e à sua matriz social.

É neste quadro que James Baker preconizou um novo atlantismo, pelo qual a OTAN se transformaria numa aliança onde as vertentes política e

económica seriam complementadas pelas da segurança e da defesa de interesses comuns.

Perante a evolução dos acontecimentos na Mittle-europe vários políticos europeus iriam também referir-se à necessidade de a Europa manter uma estreita cooperação naqueles domínios com os EUA.

A esse propósito o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, durante a visita do Presidente Alemão Federal Weizsaecker, sublinharia, também, ser fundamental manter e mesmo reforçar os vínculos no interior da Aliança, designadamente através da presença de tropas norte-americanas em solo europeu.

Por outro lado, não será despidiendo sublinhar a importância presente da OTAN quanto à estabilização da Europa Central, como instrumento dissuasor importante em ordem à dissipação das tradicionais rivalidades intereuropeias.

Na verdade, a uma situação pautada por uma grande ameaça e uma grande estabilidade, sucedeu outra em que, sendo pequena a ameaça, a instabilidade é suficientemente grande para tornar o futuro imprevisível.

F. Mau grado todos os focos de tensão e instabilidade que se divisam e que se revelam sempre potenciadores de contendias localizadas, as perspectivas de conflitos de escalão mais elevado e susceptíveis de ampla generalização são, contudo, mínimas.

Isto porque está em curso um quadro de negociações que se vão revelando progressivamente mais prometedoras em ordem a atingirem-se níveis mais baixos de pressão armamentista.

Em Viena e Genebra estão em curso negociações com vista à redução de forças convencionais, bem como à criação de medidas de confiança e segurança na Europa, ou, então, visando a redução de armas estratégicas, a eliminação de armas químicas, ou o acordo sobre testes nucleares.

No quadro destas negociações, a par das discussões sobre os sistemas propriamente ditos, outros acordos se vão desenhando, tendo em vista o processo técnico da verificação das reduções negociadas. Assim, as previsões no âmbito do controlo de armamentos são razoavelmente optimistas. Os problemas surgirão apenas se a situação interna na União Soviética puser em causa a estabilidade do poder de Gorbatchev, o que o levaria, em desespero de causa, a ressuscitar a tese do inimigo externo.

Então sim, todos os avanços já feitos poderiam sofrer um revés que se poderia traduzir de imediato no congelamento do processo negocial.

Bem pior seria o regresso aos esquemas de dissuasão ao mais alto nível de ameaça dos tempos de Brejnev. Até porque os países não desconfiam uns dos outros pelo simples facto de estarem armados; pelo contrário, armam-se quando desconfiam uns dos outros.

José Lello

Deputado à A. R.

AS FAMÍLIAS E A DEFESA NACIONAL

Rui Falcão de Campos

AS FAMÍLIAS E A DEFESA NACIONAL (*)

INTRODUÇÃO

O tema ao qual se subordina esta intervenção — o papel das famílias no quadro da defesa nacional — convida-nos, pela vastidão dos problemas e pela importância das respostas que reclamam, a uma análise profunda, contra a qual milita singularmente o factor tempo.

Outra pretensão não teremos, assim, nas palavras que vão seguir-se, senão a de propor, numa visão pessoalíssima e numa linguagem despida do aparato de erudição que a magnitude do tema a abordar, e a qualidade da audiência, decerto justificariam, algumas pistas para o debate que se vai seguir.

Reconhecida que é por todos a importância do factor humano para a defesa nacional, apresentam-se, por forma sucinta, oito teses sobre a situação actual das famílias portuguesas, suas vulnerabilidades e suas virtualidades intrínsecas.

Sustentaremos a ideia de as famílias poderem — removidos por acção dos poderes públicos os factores que as impedem de plenamente cumprirem as suas funções naturais — constituir escola de deveres, molde de caracteres e cadilho de vontades. Esperamos comunicar-vos a firme persuasão de se encontrarem nas famílias portuguesas o potencial e a vontade de transmitir às novas gerações o património de valores e tradições que constitui factor estruturante da comunidade nacional. Esperamos transmitir-vos também a nossa convicção da urgência de uma acção afirmativa, por parte dos poderes públicos e das forças vivas da sociedade civil, em defesa da instituição familiar.

(*) Comunicação apresentada ao Curso de Defesa Nacional/90 em 22 de Março de 1990.

TESE PRIMEIRA

As nações ocidentais, e singularmente Portugal, evoluem para um estado de anomia social.

A sociedade humana foi entendida durante séculos, na tradição clássica e na mundividência cristã, como uma reciprocidade de serviços. Ainda na perspectiva romântica e liberal do «pacto social», pode dizer-se que a regra *pacta sunt servanda* foi o principal alicerce de uma ordem social estável e duradoura. O respeito pelas autoridades constituídas, o sentido de dever, o acatamento dos vínculos voluntários e institucionais, caracterizam, embora com fundamentos filosóficos e religiosos distintos, a organização das sociedades ocidentais até à divulgação do movimento dos direitos do homem, nas convulsões sociais e geo-estratégicas do pós-guerra.

A afirmação radical do individualismo, a rebeldia contra as instituições sociais — Estado, Igreja, Família, Empresa — entidades como instrumento de opressão e alienação das liberdades individuais, por um lado, e a explosão da conflitualidade aos níveis político, laboral, familiar — divorciabilidade e conflito de gerações — por outro lado, desencadearam uma crise social, tendo-se questionado a validade, e a viabilidade, das instituições tradicionais.

No plano nacional, a contestação das instituições políticas do Estado Novo e o descontentamento gerado pela governação posterior, o abandono da soberania sobre as ex-províncias ultramarinas, e o processo de integração europeia em curso — factores cujo efeito é potencializado pelo baixo nível educacional da população, pela desafectação de valores nacionais e pelo desprezo a que tem sido votada a educação cívica dos portugueses, levaram a um enfraquecimento manifesto da consciência nacional, da identificação com os valores e os símbolos da Pátria, e da crença na viabilidade, ou porventura na conveniência, do futuro de Portugal como nação independente.

Reclamação de direitos sociais, sem contrapartida na assunção de deveres para com os restantes elementos da sociedade; crise dos conceitos de autoridade; desencanto e descrença nas instituições sociais; atitude moral utilitarista e hedonista generalizada na população; e crise de solidariedade e de identidade nacional, são factores da anomia que caracteriza a sociedade portuguesa contemporânea.

TESE SEGUNDA

As famílias portuguesas atravessam igualmente uma situação generalizada de crise de valores.

A Família, instituição que constitui a célula-base da sociedade humana, não podia atravessar incólume a situação descrita. Porventura, deveremos concluir que o contágio partiu da sociedade inferior para a sociedade superior, e que germinou no seio das próprias famílias a crise de valores que afecta actualmente a nossa sociedade. A própria atitude de defesa *a outrance* da família, das virtudes dos lares tradicionais, da autoridade paterna, assumida, a tempo e a destempo, pelos regimes autoritários da Europa dos segundo e terceiro quartéis deste século, terá contribuído, através da confusão entre as duas esferas de autoridade, para que se tenha associado à rejeição do totalitarismo político a derrocada da estrutura familiar a que assistimos nos anos 60 e 70 em Portugal.

De um modo geral, a voga que conheceram atitudes morais tidas por modernas, desinibidas, ou liberais, veio afectar gravemente a estabilidade das famílias. A baixa das taxas de nupcialidade e da natalidade e o aumento da divorcialidade são sintomas deste estado de coisas. A transmissão através dos órgãos de comunicação social — TV, imprensa «feminina» — de um discurso liberalizador, contribui amplamente para a difusão, até nas comunidades relativamente fechadas do interior, de novos modelos de vida e de novos padrões morais mais permissivos.

Sob o fogo cruzado de tensões internas causadas pelo conflito de gerações e pelas aspirações de realização individual dos membros da família, fora dos quadros desta, e da contestação, trazida do exterior, das concepções sobre as quais tradicionalmente repousa a vida familiar — a dedicação sem reservas dos pais à tarefa da educação dos filhos, a piedade filial, a perpetuidade e a exclusividade do vínculo conjugal — a instituição familiar atravessa uma crise de valores.

TESE TERCEIRA

As famílias foram privadas, no processo de desenvolvimento do Estado Social, ou Estado-providência, de importantes funções sociais.

A crescente complexidade organizacional que caracteriza as sociedades modernas criou novas necessidades, colectivas e individuais, a que as famílias, por si só, não podem dar resposta eficaz. A criação de novos serviços sociais foi, a um tempo, consequência e causa dessas novas necessidades. Funções tradicionalmente desempenhadas pelas famílias — cuidados da primeira infância, amparo na velhice e na doença — passaram a ser preenchidas pelos serviços sociais. O próprio aparecimento destas respostas veio, por sua vez, funcionar como factor multiplicador da sua procura.

Através de uma verdadeira «política dos lares vazios», o Estado subsidia creches, mas não proporciona condições para que as mães possam optar livremente pelo cuidado dos filhos durante a primeira infância; subsidia lares de idosos, e mantém camas hospitalares indevidamente ocupadas, mas não apoia as famílias que desejariam cumprir, para com os seus ascendentes, os deveres que a piedade filial impõe.

Os modernos sistemas de segurança social tendem a substituir a interdependência financeira dos membros da família. Atenua-se a convivialidade entre os membros da família, sobretudo no plano dos contactos intergeracionais. A escolarização das crianças desde os primeiros anos — ou meses — de vida; a separação física das gerações, frustrando o contacto entre avós e netos, enriquecedor para ambos; a curta permanência diária de ambos os pais no lar da família nuclear são outros tantos obstáculos ao efectivo cumprimento pelas famílias das suas funções de transmissão de valores e de socialização das crianças.

As famílias, privadas do exercício das suas funções tradicionais, nas quais foram substituídas por novas respostas sociais, atravessam uma crise de finalidade.

TESE QUARTA

A inexistência de uma política de família, e a adopção de medidas antifamiliares, tem debilitado as famílias portuguesas.

A política de família é, necessariamente, uma política interdepartamental. A dimensão familiar deve ser uma componente de todas as políticas sociais. Na política fiscal, na política da habitação, na política de saúde, nas políticas de ordenamento do território, de transportes, de educação, devem ser tomadas em consideração as necessidades e as aspirações das famílias portuguesas.

Porém, tal não se tem verificado em Portugal. Por ausência de coordenação interdepartamental, ou por menor sensibilidade dos governantes para estes problemas, tomam-se medidas antifamiliares, ou omite-se a adopção de instrumentos legais de que as famílias carecem. A título de exemplo, a política fiscal penaliza gravemente as famílias na tributação dos rendimentos, impondo aos abatimentos imputáveis a despesas educativas e de habitação limites desajustados da realidade; a política de habitação, que não favorece a mobilidade domiciliária, fomentando despropositadamente a aquisição de casa própria, deixa às famílias de menores recursos, na prática, a opção entre a esterilidade e a promiscuidade, em espaços de dimensões diminutas, pagos a vinte e cinco anos, e que poucos conseguem permutar consoante as conveniências da família, ou as necessidades de espaço derivadas do seu crescimento.

A existência de uma política interdepartamental da família é mais que um direito e uma reivindicação das famílias, e mais que um imperativo constitucional: é uma necessidade vital da comunidade nacional, cuja identidade se diluiria irremediavelmente sem famílias que transmitissem os seus valores às novas gerações de portugueses.

TESE QUINTA

A existência de famílias estáveis, fecundas e marcadas por fortes laços de solidariedade intergeracional e de coesão cultural é elemento estruturante essencial da identidade nacional e da vontade de defesa.

A função das famílias numa concepção tradicional de defesa nacional, limitada aos aspectos militares, era a de fornecer às forças armadas, através do crescimento demográfico, contingentes renovados de mancebos. *Des soldats pour l'empire*, reclamava Napoleão I à França, como os reclamou recentemente ao seu povo, através de uma política natalista desrespeitadora da intimidade familiar, o Presidente Ceauescu na Roménia comunista. Na perspectiva moderna de defesa, dita compreensiva ou global, o papel das famílias reveste-se de complexidade e importância bem maiores. Trata-se de transmitir às novas gerações um património cultural comum, a consciência da identidade nacional, e vontade de defesa colectiva.

A comunidade familiar é a sede natural da socialização das crianças. Nela se aprende a língua pátria, e se apreendem, através da ligação afectiva

à pessoa dos pais, atitudes morais estruturantes da personalidade humana. Na família vive a criança a sua primeira experiência de comunidade, de pertença a um grupo humano distinto dos outros. Nela desperta para a personalidade, e para a identificação com o grupo. Nela recebe um património cultural e um conjunto de valores que, por serem vividos, e não meramente comunicados num processo intelectual, imprimem um carácter próprio aos membros da família.

A pervivência de costumes nacionais, da língua portuguesa, e do apego à Pátria, nas comunidades portuguesas no estrangeiro — aliás consistentemente votadas ao abandono pelos poderes públicos durante décadas, ou séculos — dariam testemunho, se necessário fosse, da importância das famílias na transmissão da identidade nacional.

A família é a primeira escola de virtudes cívicas. Os valores que nela são comunicados, através do exemplo vivo dos nossos ascendentes, marcam-nos ao longo da vida, com o peso da autoridade paterna, da afeição e do respeito pela genuinidade dos sentimentos de que recebemos vivo testemunho.

TESE SEXTA

A missão das famílias na transmissão dos valores de solidariedade nacional e de vontade de defesa é tanto mais importante quanto é verdade que as outras instituições sociais se demitem dessa função.

Em consequência do trauma colectivo ocasionado pelas campanhas de África de 1961-74, e pelo processo de descolonização que se lhe seguiu; da ausência de projectos nacionais mobilizadores de ânimos e congregadores de vontades em torno de objectivos comuns, claramente definidos; e do processo de integração europeia, as próprias noções de soberania, pátria e nação tornam-se confusas e esbateram-se no imaginário colectivo.

As circunstâncias conjunturais referidas associam-se o baixo nível educacional de largos extractos da população, e a influência da propaganda federalista europeia — auxiliada pela indefinição de conceitos e de objectivos do processo de integração europeia de Portugal, e pelo envolvimento aparentemente sem limites, ou condições, de personalidades do maior prestígio da vida nacional na defesa da união política europeia.

Entre retornados do Ultramar e cidadãos da Europa, para muitos portugueses as fronteiras físicas, e sobretudo morais, da Pátria aparecem

esbatidas, como impreciso e pouco fundado será o dever de nos comprometermos com a defesa do que é transitório. Tendo-se abandonado recentemente, a título de descolonização, territórios sobre os quais exercíamos, há séculos, soberania indisputada e advogando-se, sem contestação visível na sociedade civil e nos órgãos políticos, a abdicação da soberania nacional em proveito da integração nas Comunidades Europeias, a identidade nacional e a vontade colectiva de salvaguarda da independência nacional encontram-se enfraquecidas.

Na plano educativo, acresce que a educação cívica foi a enteada das reformas do sistema de ensino que conhecemos ciclicamente, nas décadas de 70 e 80. As próprias forças armadas terão descurado a formação moral e cívica dos militares incorporados no quadro de prestação de serviço militar obrigatório, entregando essa tarefa da maior importância a instrutores frequentemente impreparados e pouco motivados.

O culto da Pátria, nos seus valores e nos seus símbolos, encontra-se ausente dos costumes sociais. A Bandeira, o Hino, o próprio nome de Portugal, encontram-se arredados dos olhos e dos lábios dos portugueses. Não se invertendo este estado de coisas, por obra das famílias, da escola e das forças vivas da sociedade, não é de esperar que permaneça acrisolado nos seus corações o amor da Pátria e nas vontades arreigada a firme determinação de a conservar livre e intacta na sua soberania.

TESE SÉTIMA

O serviço militar obrigatório é a fonte principal de conhecimento pelas famílias das realidades relacionadas com a defesa nacional, e deve ser aproveitado para fomentar, não só nos militares, mas em toda a comunidade nacional, a vontade de defesa colectiva.

É através do serviço militar obrigatório, e não pela realização de dias de unidades ou dia de «portas abertas», que a comunidade, sobretudo os extractos sociais mais desfavorecidos, forma o seu juízo acerca das forças armadas. Verificando-se uma naturalíssima associação mental entre as forças armadas e a defesa nacional, as famílias transmitirão às novas gerações uma vontade de defesa tanto mais intensa quanto mais positiva for a imagem que possuem das forças armadas.

Assumindo-se a vida militar como experiência formativa para os jovens que cumprem o serviço militar obrigatório. Temperada a natural austeridade

e penosidade do serviço militar com o respeito pela integridade moral dos mancebos incorporados. Infundido pelos chefes militares, através do exemplo de uma conduta irrepreensível, o espírito de serviço e dedicação absoluta aos superiores interesses da Nação, comunicar-se-á às famílias dos militares incorporados, e através delas a toda a sociedade, uma imagem positiva das forças armadas. Só nestas condições constituirá o serviço militar obrigatório oportunidade de fortalecimento da vontade de defesa colectiva.

Para tanto, é necessário ainda assegurar a universalidade efectiva do Serviço Nacional—sob a forma de serviço armado, ou qualquer outra forma que se traduza em dedicação exclusiva dos jovens portugueses aos superiores interesses da Pátria. É da maior importância que a defesa nacional, e as obrigações que acarreta para os cidadãos, se apresentem como imperativo de justiça, e condição necessária e evidente da permanência de Portugal como nação independente. Tal requisito será preenchido através da transparência dos processos de selecção e colocação de efectivos e da definição clara das funções desempenhadas pelas forças militares e pelas instituições que enquadram a prestação de serviço cívico não armado.

As forças armadas portuguesas são o povo em armas. O serviço militar é um dever, e um direito também, de cidadania. Um «ofício de senhor». Por isso, importa que as autoridades militares continuem a reprimir com severidade aqueles que, por deficiente formação moral, prestam à Nação o mau serviço de humilharem o pessoal sob as suas ordens, e a promover a melhoria da educação cívica e da formação pessoal e profissional dos militares.

A obrigatoriedade do serviço militar, consagrada na Constituição da República como instrumento de garantia da democraticidade e neutralidade das forças armadas, constitui uma oportunidade única de contacto entre as famílias portuguesas e as forças armadas. Importa que essa oportunidade seja aproveitada para difundir, através das famílias, em toda a sociedade portuguesa, uma imagem positiva da instituição militar. Assim se fortalecerá a vontade de defesa da comunidade nacional.

TESE OITAVA

A existência de famílias jovens e autónomas, a permanência de valores espirituais próprios da Nação portuguesa e a inexistência de questões étnicas ou religiosas, são garante da manutenção dos laços de solidariedade nacional e da vontade de defesa colectiva.

No contexto de uma Europa envelhecida, cujas nações, não resistindo à tentação de suprirem a deficiência de mão-de-obra com o recurso à imigração maciça, abriram indiscriminadamente as portas a comunidades étnica, linguística e culturalmente diferenciadas e inassimiláveis, Portugal surge, ainda hoje, como uma Nação jovem e homogénea.

A nós, portugueses, não nos separam querelas religiosas, nem questões étnicas. Herdeiros de uma mundividência humanista, dotados de pendor tolerante, estruturalmente avessos a concepções totalitárias da vida social, arreigados às liberdades tradicionais e ao respeito pela pessoa humana, temos condições para redescobrir novos sentidos para a comunidade nacional. Unidos por uma tradição multissecular comum, os portugueses encerram em si a energia necessária para voltarem a ser comunidade de desejo, de missão e de futuro, avivado que seja o espírito de grupo em torno de grandes objectivos nacionais.

Condição da regeneração da sociedade portuguesa é, porém, o fortalecimento das instituições sociais pela libertação da sociedade civil dos excessos da tutela estatal. Neste contexto é de primordial importância o respeito pelas funções próprias das famílias. Também a reforma do sistema educativo, no sentido de desenvolver os elementos estruturantes da consciência de identidade nacional, contribuirá decisivamente para o fortalecimento da vontade de defesa.

Finalmente, é desejável que sejam definidos grandes objectivos nacionais que congreguem a comunidade nacional, por sobre as clivagens ideológicas, na defesa dos superiores interesses da Nação. A criação de comissariados de luta contra a pobreza e de um Plano Nacional de Política do Ambiente, recentemente anunciado pelo Primeiro-Ministro, são exemplo da vontade governativa de mobilizar os portugueses para tarefas comuns.

Através de todas as dificuldades, hoje como ontem, a instituição familiar é garante da permanência da identidade nacional e cultural dos portugueses, sem a qual não é sequer pensável uma resposta positiva a novos projectos nacionais, ou a conservação do instinto histórico colectivo de independência nacional.

Rui Falcão de Campos

OS TRANSPORTES INTERNOS EM PORTUGAL
E A SEGURANÇA NACIONAL

Santos Clara

OS TRANSPORTES INTERNOS EM PORTUGAL E A SEGURANÇA NACIONAL (*)

SUMARIO

- INTRODUÇÃO
- ENQUADRAMENTO POLÍTICO — ECONÓMICO
- O MERCADO INTERNO COMUNITÁRIO
- CONCEITOS
- OS SISTEMAS DE TRANSPORTES E OS OBJECTIVOS NACIONAIS
- VULNERABILIDADES
- POTENCIALIDADES
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1989 — 1992
- OBJECTIVOS SECTORIAIS
- CONCLUSÕES

INTRODUÇÃO

A importância dos sistemas de transportes bem estruturados e organizados, à escala local, regional, nacional e internacional, é universalmente reconhecida no desenvolvimento social, económico e cultural das populações por eles servidas.

A fácil e bem distribuída acessibilidade e a rápida circulação de pessoas, bens e serviços, promovida através dos variados modos de transporte existentes — terrestres, marítimos, fluviais e aéreos — é assim, um factor relevante da qualidade de vida dos seres humanos, quer vivam em meios urbanos quer em meios rurais.

À medida que a densidade demográfica se vai elevando, criando-se novas exigências decorrentes duma diversificação estrutural e ocupacional, e se vão desenvolvendo e investigando novas tecnologias aplicadas aos meios de transporte e à construção das suas infra-estruturas, é evidente que a solução dos complexos e múltiplos problemas ligados com este sector

(*) Trabalho individual apresentado pelo autor no Curso de Defesa Nacional de 1990.

básico e o seu planeamento integrado devidamente adaptado à vida das populações em tempo de paz, crise ou guerra, a curto, médio e longo prazo, não reside, somente, em medidas/acções directas adentro desse sector, havendo uma crescente interpenetração/interdependência dessas medidas com as de defesa do meio ambiente, de ordenamento do território, de urbanização e de habitação, só para referir as áreas mais importantes, em termos de organização do espaço.

Outros factores sociais e económicos, o melhor aproveitamento racional das energias não renováveis (petróleo e carvão) e a futura indirecta utilização/conversão de outras formas de energias renováveis (eólica, solar, etc.), têm já e virão a ter uma íntima relação com o desenvolvimento tecnológico dos meios e sistemas de transporte.

Finalmente, é de referir a estreita ligação existente entre os transportes e as telecomunicações, sendo de salientar o papel de substituição ou complementaridade que as telecomunicações já representam em relação a determinadas áreas dos transportes.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO — ECONÓMICO

O nosso universalismo, manifestado em locais distantes e num tempo em que português e europeu se confundiam com naturalidade, outras raízes não teve que não fosse essa generosa capacidade de entrega e de ir mais além em conhecimentos e relações com base no saber de experiência feito.

Entre a Europa e o Atlântico continuamos a ter um destino intimamente ligado aos dois.

Com a crescente internacionalização da vida económica, num tempo de mudanças profundas e irreversíveis, de inter-influências entre sistemas e modos de produzir, as possibilidades do espaço europeu alargam-se. Paralelamente, um país como Portugal irá tender para constituir cada vez menos uma periferia. Temos de aproveitar as encruzilhadas que nos irão considerar como ponto de referência. O policentrismo que já se afirma obrigar-nos-á, por isso, a contrariar com determinação o que não deve ser visto como uma fatalidade inelutável — a nossa situação geográfica, distante dos pólos tradicionalmente significativos.

Porta da Europa, encruzilhada do Atlântico, ponto privilegiado pela localização e pelo clima, zona de acolhimento turístico, científico ou comercial, espaço de paz e estabilidade, de convivência e de diálogo — são múltiplos os aspectos que poderão favorecer decisivamente, num sentido positivo, a evolução de Portugal.

O nosso futuro depende do que formos capazes de criar, de construir, de transformar. Daí que a modernização exige que nos apercebamos do que está a mudar e do que temos de mudar, uma vez que vai haver actividades produtivas nas quais iremos ser confrontados com o dinamismo de outras economias com mão-de-obra barata e de fácil acesso a matérias primas, sendo exemplar a situação dos novos países industrializados. Há que prever essa evolução e lançar as bases de uma resposta rigorosa e eficiente. O atraso combate-se com criatividade e inovação. A justiça social e o desenvolvimento constroem-se com obras concretas e com permanente atenção à realidade que muda. O pragmatismo tem de se aliar ao rigor, a sensibilidade à técnica, o saber de experiência feito à organização, a generosidade ao método.

O agravamento contínuo dos desequilíbrios de desenvolvimento regional, com o desaproveitamento dos recursos naturais de várias zonas do interior e a sua crescente desertificação e envelhecimento populacional, a par das deseconomias provocadas pelo congestionamento da faixa litoral, é um desafio para que importa encontrar uma resposta estratégica que garanta o equilíbrio necessário entre rentabilidade económica global e justiça social à escala espacial, tendo em vista que a existência dum sistema produtivo inter-regional coerente e integrado é peça fundamental para o arranque e manutenção do processo de desenvolvimento global do País.

O MERCADO INTERNO COMUNITÁRIO

— A realização do Mercado Interno Comunitário representa um estímulo e um desafio à capacidade de ajustamento das estruturas produtivas comunitárias, donde resultará uma crescente globalização das respectivas estratégias concorrenciais.

O abater das barreiras não aduaneiras vai permitir não só uma redução imediata de custos como também vai potenciar economias de escala e

efeitos de aprendizagem através do reforço das trocas intracomunitárias em mercados protegidos.

No referente à economia portuguesa, a realização do Mercado Interno representa um grande desafio que se cruza com dois outros: a necessidade de ajustar a agricultura portuguesa aos condicionalismos que resultem da reforma da PAC e de ajustar o sector transformador e de serviços a um maior desarmamento perante países terceiros, em consequência das negociações do Uruguai Round.

A tendência que se regista no quadro das negociações comerciais multilaterais aponta para um maior desarmamento tarifário e para a eliminação das restrições quantitativas às importações dos países menos desenvolvidos, com o consequente aumento da tensão concorrencial no mercado comunitário de produtos tradicionais.

A indústria transformadora tenderá, por um lado, a reduzir os custos decorrentes da distância relativamente aos principais mercados consumidores e a abater as barreiras não aduaneiras que afectam os principais sectores exportadores; e, por outro, a aumentar a concorrência no Mercado Interno.

O sector exportador virá a depender da interacção que se estabeleça no quadro do mercado único entre os produtores e as redes de distribuição, bem como da flexibilidade de estratégia das empresas e da disponibilidade de recursos humanos para os pôr em prática.

Nos sectores onde os circuitos de distribuição comandam o mercado e, por essa via, a produção, uma resultante favorável deste jogo de forças supõe que os produtores se equipem humana e tecnologicamente de forma a lançar mão da valorização do produto pela via da diferenciação dos produtos.

O mercado português, depois de integrado no mercado comunitário, passará a estar sujeito a uma pressão acrescida das empresas instaladas nos restantes Estados membros ou em países terceiros, o que representará uma ameaça para as empresas nacionais, cuja sobrevivência assentou na fragmentação dos mercados.

Assim, estarão particularmente em causa:

- por um lado, as empresas dependentes dos mercados públicos, produtores de bens que não têm de ser fornecidos no local e instaladas em

sectores em que é baixa a taxa média de utilização da capacidade produtiva;

- e, por outro, as empresas produtoras de bens de consumo menos eficientes e voltadas para o Mercado Interno, e dependentes de um circuito de distribuição que privilegiava os pequenos volumes e as particularidades na especificação do produto.

Paralelamente aos efeitos directos do Mercado Interno sobre a estrutura produtiva instalada, é de admitir que a referida mutação dos circuitos de distribuição, no sentido de uma maior concentração, favoreça os produtores e, portanto, a instalação de novas unidades produtivas nos espaços mais competitivos em termos de custos, e que uma parte dessa relocação se faça no interior de Comunidade a favor das regiões menos desenvolvidas, entre as quais Portugal se inclui.

CONCEITOS

Transportes internos

São os sistemas de transportes que servem e/ou utilizam um espaço delimitado, independentemente dos fins a que se destinam; dos locais de partida e chegada; dos meios físicos onde se processam; e, dos modos de transporte utilizados.

No caso português, atendendo à situação geográfica de Portugal e à sua configuração arquipelágica, que lhe confere um papel de placa giratória/interface nas comunicações Euro-Afro-Americanas; à característica exógena do povo português, criando a necessidade de ligações multilaterais no conjunto formado pelo núcleo original e pelas suas projecções, quer nas comunidades portuguesas quer nas comunidades lusófonas; e, à localização geográfica privilegiada que ocupa na CEE, longe das zonas tradicionais de instabilidade e conflito, ausente dos espaços aéreos congestionados, a cavaleiro das grandes rotas marítimas N-S e E-O; a delimitação do espaço sob o ponto de vista de transportes deverá ser encarado numa óptica globalizante e não limitativa.

Assim, consideramos que, dada a interpenetração e complementaridade dos transportes internos e externos, aliadas à tendência liberalizadora da

circulação de pessoas, bens e serviços, se deverá considerar os sistemas de transportes como um todo.

Segurança nacional

É a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia de em paz e liberdade, assegurando a soberania, independência, e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.

A segurança contém uma génese do equilíbrio emocional individual ou colectivo, garante o sucesso e o bem estar e optimiza as possibilidades executórias de qualquer tarefa.

A segurança é um estado de espírito em permanente mutação, emergente das condições e acções físicas, passivas e activas, que nos rodeiam, em que o seu grau de eficiência está relacionado com a tomada de acções lógicas, oportunas, ajustadas, amplas e coordenadas.

OS SISTEMAS DE TRANSPORTES E OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

No macro-objectivo comum a todos os sistemas minimamente organizados, que é o da sua própria sobrevivência qualificada, podemos distinguir como grandes objectivos nacionais os da soberania territorial e decisional, bem como o da qualidade de vida para os seus cidadãos.

Directamente relacionados com os objectivos da soberania territorial e decisional, interessará citar dois objectivos económicos frequentemente admitidos como objectivos em si mesmo, que são a eficiência e a equidade. A uma maior eficiência económica no conjunto das actividades produtivas da nação corresponderá a geração de mais excedentes e daí não só uma maior capacidade de organização do quadro de vida com melhor qualidade para os seus cidadãos mas, também, uma maior independência e

autonomia (soberania) nas suas tomadas de decisão, o que, a longo prazo, se traduzirá no reforço da soberania territorial.

A uma maior equidade no acesso às oportunidades de ganhos económicos ou sociais, corresponderá o reforço da estabilidade social e consequentemente do enquadramento decisional. Esta estabilidade é vital para que as energias e capacidades intelectuais dos agentes decisores a nível da condução do Estado se concentrem nos aspectos essenciais, desempenhando um reforço (intrínseco) da capacidade decisional, e portanto da soberania, não se dissipando numa permanente resolução de problemas pontuais.

Em tempo de paz, a análise da contribuição dos sistemas de transportes para os objectivos estratégicos nacionais deverá ser feita tendo em conta a sua contribuição para os objectivos de eficácia e equidade.

Em tempo de conflito, já que estão em jogo questões de sobrevivência de múltiplos sistemas para os quais a contribuição dos transportes é vital, o seu objectivo essencial é garantir a manutenção das ligações físicas e de informação, tendo por finalidade os seguintes vectores:

- abastecimento das populações em geral e das forças militares;
- geração e escoamento de excedentes produtivos que permitam pagar os reequipamentos e abastecimentos importados;
- sustentação dos níveis de informação indispensáveis para a tomada de decisões relativas às acções de guerra e à articulação dos sistemas produtivos.

Análise estratégica do sistema de transportes, considerando simultaneamente as situações em tempo de paz e de conflito, dever considerar os seguintes aspectos:

- contribuição para a eficiência económica do sistema produtivo nacional;
- promoção da equidade entre os cidadãos no concernente às possibilidades de acesso às oportunidades de trabalho, consumo e lazer;
- vulnerabilidades e potencialidades do próprio sistema de transportes e suas componentes.

VULNERABILIDADES

TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURAS TERRESTRES

Transportes internacionais

A posição geográfica periférica em relação ao resto da Europa constitui um grave obstáculo ao desenvolvimento dos transportes terrestres internacionais, agravado pela necessidade de atravessamento do território espanhol.

A insuficiente participação nacional no mercado europeu rodoviário, particularmente no que respeita ao tráfego de mercadorias.

O funcionamento insatisfatório dos serviços alfandegários nas fronteiras terrestres.

Transportes interurbanos

O actual enquadramento regulamentar e fiscal deste subsector introduz distorções nas condições de concorrência e não garante o seu funcionamento ao menor custo económico.

A inexistência de um transporte combinado rodo-ferroviário capaz de diminuir não só o custo dos transportes para os utilizadores mas também para a colectividade.

A existência de mais de 100 operadores públicos e privados no mercado de transporte rodoviário de passageiros, caracterizado por um elevado grau de concorrência com os operadores turísticos.

A esta concorrência é de acrescentar a que se faz sentir entre transporte ferroviário e rodoviário, que em determinados eixos concorrem ainda com o transporte aéreo.

Os insuficientes níveis de segurança nas circulações rodoviária e ferroviária, que se traduzem em elevadas taxas de sinistralidade.

A predominância dos transportes interiores de mercadorias efectuados por transporte rodoviário por conta própria em detrimento do transporte ferroviário.

Transportes urbanos e suburbanos de passageiros

A insuficiência de capacidade das diferentes redes, bem como a degradação da qualidade de muitos serviços prestados.

A inexistência de interfaces necessárias e o ordenamento incorrecto das existentes.

A estagnação do desenvolvimento do caminho de ferro.

A insuficiência e o envelhecimento de material circulante da CP.

A inexistência, no plano institucional, de uma forma prática de conjugar melhor as políticas de investimento e de exploração a cargo de múltiplos organismos e empresas.

A deficiente articulação intermodal particularmente entre os sistemas urbanos de Lisboa e Porto.

As carências estruturais da rede do metropolitano de Lisboa.

A dispersão e precaridade dos terminais de autocarros suburbanos.

O levantamento parcial da rede de eléctricos e degradação de parte da rede que subsistiu.

Infra-estruturas rodoviárias

A maioria das estradas portuguesas encontra-se ainda subdimensionada e incapaz de responder eficazmente à satisfação dos objectivos sócio-económicos.

Os eixos considerados como Estradas (E) de Grande Tráfego Internacional — (GETI) estão subdimensionados, dificultando a penetração para o Interior e para a Europa.

A insegurança rodoviária, os elevados custos operacionais e o grande dispêndio de tempo nos percursos.

A elevada curvósidade, faixas de rodagem demasiado estreitas, bermas insuficientes e não pavimentadas, na maior parte das estradas nacionais.

A deficiente sinalização horizontal e vertical, a drenagem insuficiente, o excessivo número de cruzamentos de nível, as poucas «vias para lentos», a falta de dimensionamento das obras de arte e os frequentes congestionamentos, sobretudo em horas de ponta.

Infra-estruturas ferroviárias

Os deficientes e desactualizados traçados das vias com características altamente penalizantes para a exploração.

A falta de beneficiação em grande parte da rede nos últimos anos.

As restrições à circulação que afectam os quatro eixos ferroviários internacionais na sua capacidade, regularidade e velocidade.

A diminuta extensão de via electrificada.

O estrangulamento pontual referente ao atravessamento do rio Douro.

A inexistência duma ligação contínua na região de Lisboa.

A inexistência de uma boa ligação ferroviária ao porto de Leixões e deficiente ligação ferroviária ao porto de Lisboa.

A inexistência de estações bem dimensionadas para os tráfegos de mercadorias e para os tráfegos de passageiros, nas relações suburbanas e de longo curso.

Transportes marítimos e portos

O envelhecimento progressivo da frota da marinha de comércio nacional.

A desadequação da frota aos tráfegos mais importantes.

Os custos de exploração muito elevados, face à idade e inadequação da frota.

A insuficiência e ineficácia dos mecanismos instituídos de apoio à renovação e expansão da frota da marinha de comércio.

A baixa produtividade física da actividade portuária aliada à existência de ligações deficientes com os transportes rodo e ferroviários.

As dificuldades no estabelecimento de contratos plurianuais de transporte entre os principais carregadores e armadores públicos e privados.

A baixa profundidade existente nos cais acostáveis do porto de Lisboa, diminuindo a capacidade de utilização dos navios mais utilizados no transporte de granéis sólidos, minério de ferro, carvão, etc.

A inexistência de cais para o movimento de granéis sólidos no porto de Leixões.

Transportes aéreos e aeroportos

A inexistência de uma política aérea nacional clara, rigorosa e coerente. Os estrangulamentos de capacidade nas infra-estruturas aeroportuárias de Lisboa (terminal de passageiros), Porto e Faro.

A necessidade de repensar a localização do novo aeroporto de Lisboa.

- As deficientes condições técnicas na rede de aeródromos secundários.
- A insuficiente competitividade internacional e a falta de equilíbrio financeiro da transportadora aérea nacional.
- A insuficiente participação nacional no transporte «charter».

POTENCIALIDADES

Transportes e infra-estruturas terrestres

A riqueza do sistema, no respeitante ao número e à diversidade das características dos modos de transporte que o integram.

O facto de as infra-estruturas existentes não estarem totalmente aproveitadas ou, sendo insuficientes, corresponderem a uma parte substancial das necessidades a satisfazer e possibilitando intervenções, através de medidas nos domínios da exploração e do material circulante.

A circunstância de as deficiências de integração dos diversos modos e as lacunas das redes poderem ser em parte superadas por acções relativamente pontuais de conexão e correcção.

O estado de desenvolvimento dos transportes interurbanos possibilitar a criação de oportunidades para incrementar, quer equilíbrios espaciais sobre o território, quer o aproveitamento de recursos e melhoria de oportunidades de emprego e condições de vida de cada região.

A existência de um conjunto de estudos de planeamento, no domínio dos transportes interurbanos, internos e internacionais, contendo avaliações de tráfego e de investimentos para as infra-estruturas, quer de natureza multimodal, quer específicos para os modos rodó e ferroviário. O facto de os eixos internacionais ferroviários Lisboa — Coimbra — Vilar Formoso — Burgos — Irun e Lisboa — Marvão — Madrid — Barcelona já se encontrarem classificados como «linhas principais» da Rede Ferroviária Internacional «E» concebida pela CEE/ONU e consideradas como de primeira prioridade no Plano de Médio Prazo da CEE.

A possibilidade do transporte combinado rodó-ferroviário com vista à implantação de terminais apropriados para o transporte internacional, técnica esta estimulada no âmbito da CEE.

As condições de navegabilidade oferecidas pelos rios Douro, Mondego, Tejo e Guadiana.

Transportes marítimos e portos

A redefinição e modernização do quadro institucional da marinha mercante, a reformulação institucional do sector portuário e o desenvolvimento integrado dos portos do Norte de Portugal e dos portos de Lisboa, Setúbal, e Sines, poderão contribuir para tirar partido da situação geográfica de Portugal, essencialmente num contexto atlântico, pelo desempenho da função de interface nas ligações marítimas das Américas e da África, com o Norte da Europa.

A proximidade de alguns portos nacionais com o Norte de África e, de um modo geral, com toda a bacia mediterrânica constitui uma inegável vantagem.

Transportes aéreos e aeroportos

A existência de um sistema de aviação viável com um espaço aéreo nacional descongestionado, quando comparado com o espaço aéreo europeu. Uma melhor e adequada cobertura dos aeródromos secundários já existentes e a criação de outros considerados necessários para completar a rede já planeada poderá melhorar a acessibilidade às zonas mais carenciadas.

Uma maior interligação das actividades de transporte aéreo não regular de passageiros com os operadores turísticos poderá contribuir para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

Os investimentos em curso e programados para os aeroportos internacionais, conjugados com um sistema de exploração adequado e com o previsível aumento de tráfego de passageiros, permitem assegurar condições de concorrência dos aeroportos nacionais com os seus congéneres estrangeiros.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1989 - 1992

A articulação do sistema de transportes urbano e interurbano nacional e internacional, assegurando não apenas o prosseguimento dos esforços de investimento nas infra-estruturas de transportes (estradas, caminhos

de ferro, aeroportos e portos), mas também a flexibilização e dinamização da oferta dos serviços de transporte de pessoas e mercadorias, entendida como política de transportes, conduzirá no horizonte de 1992, ao seguinte:

- prosseguirão as acções com vista à desregulamentação e libertação graduais do mercado;
- com a aprovação da Lei de Bases dos Transportes Terrestres serão revistos e simplificados regulamentos dos transportes rodoviários;
- a reconversão da exploração ferroviária e o redimensionamento da rede encontrarão na referida lei o suporte jurídico para garantia do serviço público e da melhor forma de ser prestado;
- continuarão a ser adoptadas medidas tendentes a garantir a igualdade do tratamento entre as empresas públicas e privadas que concorrem no mercado;
- o quadro institucional do planeamento dos transportes nas regiões urbanas será ajustado por forma a consagrar uma maior intervenção dos poderes locais, incluindo o respectivo financiamento;
- relativamente ao transporte aéreo, será aberto o serviço regular no interior do continente a novos operadores sob o regime de licenciamento ou concessão, de forma a melhorar a qualidade e a diversificar os serviços oferecidos;
- na Marinha de Comércio continuará a ser dado apoio à renovação da frota nacional, através de comparticipação financeira nos respectivos investimentos;
- prosseguirão as alterações do quadro legal regulador dos transportes marítimos, tendo em vista a desregulamentação e a criação de condições idênticas às que vigoram para as frotas comunitárias;
- prosseguirão os esforços de investimento nas infra-estruturas de transportes rodo-fluvio-ferroviárias, com a sua ampliação, reforço e modernização;
- prosseguirão os esforços no domínio da modernização e racionalização da função de transportes, pela acção de um programa de incentivos, de uma oferta diversificada e de qualidade tecnológica dos próprios veículos e dos serviços prestados, aliada a uma indispensável modernização e eficácia da gestão empresarial.

OBJECTIVOS SECTORIAIS

Transportes terrestres

Rever os conceitos existentes de coordenação dos transportes terrestres, elaborando uma nova Lei de Bases dos Transportes Terrestres.

Promover o aumento da intervenção dos órgãos do poder local no planeamento e na gestão dos sistemas de transportes terrestres (em áreas urbanas) em que estejam directamente interessados, fomentando as formas de participação financeira desses órgãos, em investimentos e nos custos de funcionamento.

Transportes rodoviários

Promover a qualidade e a economicidade dos serviços de transporte rodoviário, revendo e actualizando a legislação sobre transportes rodoviários. Melhorar a segurança rodoviária, actuando em vários domínios como sejam os sistemas de formação e reciclagem dos condutores, regulamentação dos veículos de duas rodas, inspecção periódica de veículos e acção fiscalizadora.

Melhorar as redes de infra-estruturas rodoviárias de maior interesse nacional e internacional (eixos europeus), finalizando com urgência os Itinerários Principais (IP) e a construção dos troços da auto estrada Braga-Setúbal; reforçando os meios e os métodos de conservação da rede existente de estradas nacionais; e programando e implementando cuidadosamente as acções decorrentes do Plano Rodoviário Nacional.

Transportes ferroviários

Obviar ao rápido processo de degradação em que se encontram as vias férreas, implementando processos mais eficazes de conservação das infra-estruturas ferroviárias.

Melhorar a segurança ferroviária, aumentando o ritmo de eliminação das passagens de nível (ou a sua automatização) bem como os estrangulamentos de capacidade existentes.

Ajustar a oferta dos serviços ferroviários à sua efectiva procura, redimensionando e reconvertendo a actividade da CP, dado o elevadíssimo esforço financeiro do Estado que a actual situação implica e modernizando o material circulante e os sistemas de comando e sinalização das circulações ferroviárias.

Renovar os eixos fundamentais do tráfego ferroviário, incluindo os itinerários de ligação à Europa, por forma a atingir padrões de qualidade semelhantes aos europeus, melhorando as condições de segurança, circulação e velocidade dos transportes por caminho de ferro.

Transportes fluviais

Promover e acompanhar a resolução dos problemas inerentes à navegabilidade do rio Douro, fomentando iniciativas dos agentes económicos tendentes à utilização económica da navegabilidade do rio Douro.

Promover os estudos relativos à navegabilidade dos rios Mondego, Tejo e Guadiana.

Transportes marítimos

Enquadrar no Direito Comercial Marítimo as regras de acesso e de exercício da actividade do transporte marítimo, bem como o apoio à utilização de meios nacionais, à aquisição de navios e a outros domínios importantes, revendo a legislação respeitante à Marinha de Comércio.

Dinamizar e apoiar a expansão e renovação da frota da marinha de comércio, adoptando mecanismos mais eficazes para melhor utilização do armamento nacional, designadamente no transporte de produtos essenciais.

Promover a competitividade dos portos de comércio internacional, sobretudo no âmbito da integração de Portugal na CEE, e aumentar a sua produtividade, introduzindo alterações na gestão dos portos de comércio internacional e na legislação sobre o trabalho portuário.

Acentuar as relações de complementaridade entre os portos do Norte, Centro e Sul, integrando estes portos nos planos regionais no referente ao seu desenvolvimento e interligação com os modos de transporte terrestre.

Conjugar a beneficiação dos portos de pesca e áreas de pesca dos portos comerciais com o desenvolvimento da actividade piscatória, melhorando adequadamente os portos de pesca e as áreas de pesca dos portos comerciais.

Transportes aéreos

Ampliar, modernizar e aproveitar ao máximo as infra-estruturas aeroportuárias principais, prosseguindo as obras de ampliação dos aeroportos do Porto e de Faro e maximizando as capacidades existentes e potenciais do aeroporto de Lisboa.

Actualizar e desenvolver os meios de apoio à navegação aérea, os sistemas de segurança e as condições de protecção do meio ambiente nas áreas aeroportuárias, actuando no sentido de valorizar, a nível mundial, a capacidade de controle do tráfego aéreo.

Tornar mais competitiva, nos mercados internacionais, a transportadora aérea nacional, racionalizando a exploração tendo em conta a importância cultural, social e política da sua presença junto das comunidades portuguesas e o seu papel de agente promotor e dinamizador nos mercados turísticos internacionais.

Complementar as infra-estruturas aeronáuticas de apoio à aviação geral e aos transportes aéreos regionais, implementando o Plano Director da Rede de Aeródromos Secundários.

Melhorar a acessibilidade aérea das zonas interiores mais carenciadas, promovendo a existência de serviços aéreos regionais economicamente justificáveis.

Promover o desenvolvimento integrado da aviação civil geral (apoio à agricultura, pescas, prospecção mineira, fogos florestais, etc.).

CONCLUSÕES

— O espaço português, ocupa uma posição geográfica privilegiada nos sistemas de transportes N-S e E-O, com relevância para as ligações das Américas e da África com a Europa.

- A configuração arquipelágica de Portugal, confere-lhe a potencialidade de poder instalar interfaces lógicas e interfaces físicas, participando de projectos a nível europeu, beneficiando do descongestionamento do espaço aéreo e das capacidades dos portos.
- Os sistemas de transportes devem ser encarados como cadeias de transportes, em que às interfaces (lógicas e físicas) deverá ser dada uma atenção prioritária em relação aos troços e modos de transporte.
- Os princípios de modernidade, diversidade (de exigências tecnológicas) e adaptabilidade (capacidade de reconfiguração funcional com integração de estruturas e equipamentos do nível imediatamente inferior), deverão estar presentes na concepção estratégica dos sistemas de transporte.
- Os ganhos futuros em eficiência e equidade são previsíveis e exequíveis.
- Há que incrementar o contributo dos sistemas de transportes para a economia nacional no referente à produção, emprego, formação de capital fixo, esforço financeiro do Estado, balança de transportes e consumo de energia.
- No domínio do planeamento integrado deverão ser racionalizados os investimentos, as medidas de política e funcionamento do sector, tendo por finalidade o seguinte:
 - implantação de interfaces lógicas e físicas junto dos principais portos e aeroportos nacionais, aos quais deverá ser conferida uma maior competitividade e eficiência, a nível internacional;
 - melhoria das infra-estruturas e serviços ferroviários, com especial incidência para os eixos Lisboa/Porto-Irun-Paris e Lisboa-Madrid; eliminação dos estrangulamentos existentes no acesso aos principais centros urbanos; e melhoria da segurança ferroviária;
 - melhoria dos sistemas de transportes nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira; e entre estas e o Continente;
 - reforço da implementação do Plano Rodoviário com especial incidência para os corredores Valença-Porto-Lisboa-Vila Real de St.º António, Bragança-Ourique, Leixões-Bragança, Aveiro-Vilar Formoso e Lisboa/Setúbal-Elvas; resolução dos actuais estrangulamentos existentes nos acessos aos principais centros urbanos; e melhoria da segurança rodoviária;

- promoção da navegabilidade do Rio Douro com o consequente desenvolvimento sócio-económico da sua bacia hidrográfica.

Santos Clara

Coronel

BIBLIOGRAFIA

- AREAS DE NAVEGAÇÃO, «Revista da Marinha», n.º 786, Dezembro de 1988.
- A VIA NAVEGÁVEL DO DOURO, Gabinete da Navegabilidade do Douro.
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 1989-1992, Lei n.º 115/88, Dezembro de 1988.
- II JORNADAS DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA, «Revista Sírius», n.º 9, Dezembro de 1987.
- MODERNIZAÇÃO E RECONVERSÃO DOS CAMINHOS-DE-FERRO (1988-1994), Gabinete do Ministro, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Janeiro de 1988.
- MONJARDINO, Álvaro, OS AÇORES E O ATLÂNTICO: UMA PERSPECTIVA PARA A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA, Defesa Nacional, Boletim n.º 27.
- NOVAS INFRA-ESTRUTURAS PARA OS AEROPORTOS DE PORTO E FARO, «Revista ANA», n.º 45.
- O SECTOR DOS TRANSPORTES EM PORTUGAL (CONTINENTE), Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Junho de 1987.
- OS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES EM NÚMEROS, Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Setembro de 1988.
- PLANO A MÉDIO PRAZO/PLANO A LONGO PRAZO 1987-1995, Junta Autónoma das Estradas, 1987.
- PLANO DE MÉDIO PRAZO 1987-1990, Governo Regional, Região Autónoma da Madeira, Dezembro de 1986.
- SILVA, António d'Oliveira Baptista c, O EXÉRCITO E A SEGURANÇA INTERNA, IDN, Outubro de 1981.
- SILVA, Lopes da, OS PORTOS NACIONAIS, CDN, 1988.
- VIEGAS, José Manuel, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE ORDEM ESTRATÉGICA A PROPÓSITO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTES, CDN, 1989.

LA DÉFENSE ET L'OPINION PUBLIQUE

Louis Quinio

LA DÉFENSE ET L'OPINION PUBLIQUE

INTRODUCTION

Permettez-moi de vous dire, tout d'abord, à quel point jé ressens comme un grand honneur de prendre la parole aujourd'hui devant vous.

Et je dois vous dire que je le fais à titre strictement personnel. Je ne représente ni l'Institut des Hautes Études de Défense Nationale dont j'ai été auditeur il y a dix ans, ni l'association des anciens auditeurs dont j'ai été le président pendant cinq ans, jusqu'à l'année dernière. Je ne parlerai qu'en mon âme et conscience. Ceci donnera une plus grande liberté à mes propos.

Le sujet dont je vai vous parler, «la défense et l'opinion publique» me semble, pour toute société, l'un des plus fondamentaux, parce que, dans la défense, ce sont d'abord les hommes qui sont concernés. J'ai relu dernièrement «La guerre du Péloponnèse» de l'historien grec Thucydide. On y trouve au livre VII qui raconte la catastrophique expédition de Sicile, cette phrase du général Nicias à ses soldats démoralisés: «Athéniens, vous rétablirez la puissance d'Athènes abattue pour l'instant. Ce sont les hommes qui font les villes et non les remparts, ni les vaisseaux...» La Cité puise sa force dans celle des citoyens. Elle meurt de leur renoncement et de leur acceptation de la défaite ou du déclin. C'est dire toute l'importance de l'opinion publique. Car la défense est d'abord dans la tête et dans le coeur des citoyens.

Je diviserai mon propos en deux parties. Dans la première partie, j'établirai, pour la France, un constat de l'état de l'opinion. Dans la deuxième partie, je parlerai des moyens à mettre en oeuvre pour améliorer l'information de défense et pour développer l'esprit de défense des citoyens.

1. *L'état de l'opinion française sur la défense*

Avant d'étudier plus avant la relation des Français avec leur défense et avec leur politique de défense, je pense nécessaire de préciser les grandes lignes de cette politique et de faire, à ce sujet, un bref retour en arrière.

1.1 *La politique de défense de la France*

En 1949, contre la menace qui venait de l'Est, naissait l'Alliance Atlantique, dirigée par les États-Unis qui en étaient le partenaire le plus puissant. Cette alliance militaire avait, dès le temps de paix, un commandement commun, dit «intégré», ce qui impliquait bien évidemment l'adoption d'une stratégie commune par tous les partenaires, dont la France. À ce moment-là, la dissuasion nucléaire américaine s'exerçait de manière unilatérale vers l'URSS qui ne possédait pas encore des vecteurs capables d'envoyer des «bombes atomiques» au cœur des États-Unis. La garantie nucléaire américaine vis-à-vis de l'Europe semblait alors totale.

Mais, à partir de 1960, les Russes mettent au point leurs missiles intercontinentaux et obtiennent progressivement la «parité» nucléaire avec les Américains. Des doutes apparaissent alors aux États-Unis sur la validité de la stratégie de «riposte massive» qui apparaît suicidaire. Ils apparaissent aussi parmi les alliés occidentaux qui s'inquiètent de la crédibilité de la garantie américaine et réclament un droit d'accès aux conditions d'emploi des armes nucléaires américaines, sans succès.

La France décide alors de quitter «l'organisation intégrée» de l'OTAN, tout en restant membre de l'Alliance Atlantique. C'était en 1966. Elle n'adhère pas non plus à la nouvelle doctrine de «riposte graduée» adoptée par l'OTAN en 1967. Cette doctrine consiste à prévoir, en cas d'agression, trois degrés de riposte: une défense par des moyens conventionnels, puis, en cas de percée, l'utilisation de moyens nucléaires tactiques et, enfin, en phase ultime, le recours aux armes nucléaires stratégiques. Cette doctrine qui vise à éviter la guerre nucléaire est différente de celle de la France qui, comme on le verra plus loin, cherche à empêcher la guerre en utilisant la menace, la dissuasion nucléaire.

Il faut dire que la France avait, en 1960, fait exploser sa première bombe atomique à Reggrane, au Sahara, et avait décidé ensuite de se doter

d'une «force de frappe nucléaire». Elle met alors au point sa stratégie de dissuasion, dite «du faible au fort», qui est encore valable aujourd'hui. Cette stratégie se caractérise d'abord par le fait qu'elle est «anti-cités», c'est-à-dire que les objectifs sont les villes de l'agresseur. Elle est d'un niveau qui répond au «principe de suffisance», ce qui consiste à prévoir de causer à l'agresseur un dommage supérieur à l'enjeu que représente notre propre territoire nationale. Le pouvoir d'appuyer sur le bouton qui déclenche le feu nucléaire est réservé au Président de la République, chef de l'État, seul juge du moment où notre intégrité et nos intérêts vitaux se trouvent menacés.

Mais il était nécessaire de se mettre à l'abri de manoeuvres de contournement ou d'intimidation et de bien caractériser l'agression. Les forces armées classiques jouent ce rôle, ainsi que les armes nucléaires dites «pré-stratégiques» dont l'action, toujours commandée par le chef de l'État, doit constituer, sur le champ de bataille, l'ultime avertissement avant le déclenchement des armes nucléaires stratégiques anti-cités.

Cette stratégie n'est pas pour autant entièrement déconnectée de celle de l'OTAN. Nos forces classiques constituent le deuxième échelon des forces alliées. De plus, la France a créé une force d'action rapide (FAR) de cinq divisions, capable de se projeter rapidement plus en avant, au besoin, pour participer avec nos alliés à la bataille sur l'Elbe, sur le «deuxième cercle» (le premier étant celui du territoire national, sur, le Rhin).

Mais la France a aussi des responsabilités hors d'Europe, dans ses départements et territoires d'outre-mer et aux côtés de pays auxquels nous lient des traités. Elle doit aussi protéger nos ressortissants à l'étranger et préserver nos flux d'approvisionnement, en particulier pour les matières premières, énergétiques ou non, pour lesquelles nous sommes très dépendants. Pour cela, en cas de menace ou d'agression, nous disposons de forces d'intervention terrestres, aériennes et maritimes, certaines «pré-positionnées». C'est notre troisième cercle.

Cette politique de défense, à quelques modifications et nuances près, a plus de vingt-cinq ans. Elle s'appuie à la fois sur une dissuasion nucléaire nationale dont nous sommes les seuls maîtres, et sur une solidarité avec nos alliés au sein de l'Alliance Atlantique. Elle s'appuie aussi sur la conscription: l'armée est composée de professionnels et d'«appelés» qui sont de jeunes Français qui viennent y effectuer un «service national» d'un an.

1.2 *Les partis politiques et la défense*

Le consensus, l'accord actuel des grands partis politiques sur cette politique de défense est total. Les divergences n'apparaissent que, lorsque, ayant défini les principes de cette politique et les missions des armées, il s'agit de leur donner les moyens techniques et financiers de les accomplir.

Mais ce consensus n'a pas été immédiat. Il n'a été pratiquement acquis qu'à partir de 1977. On peut jusqu'à cette date distinguer trois périodes:

- les années cinquante et soixante de la IV^{ème} République où la politique nucléaire française a été d'abord discrète, puis soutenue par les seuls gaullistes.
- les années de flottement 1968-1974, où les partis du centre finissent par s'y rallier.
- après 1974, où les partis de gauche s'y rallient à leur tour.

En 1945, la France, qui a toute une équipe de savants atomistes, crie le Commissariat à l'Énergie Atomique (CEA). En 1952, une loi Gaillard (du nom du président du conseil) décide de développer l'énergie nucléaire «sans en exclure les applications militaires» et le général Ailleret est nommé directeur des «armes spéciales». En 1954, le président du conseil Mendès France charge explicitement le CEA d'aller jusqu'à une explosion nucléaire. En 1955, le président Edgar Faure signe un accord secret prévoyant la fabrication de la bombe et la construction d'un sous-marin nucléaire. En 1956, le président Guy Mollet fait accélérer les études et accorde les crédits nécessaires au CEA. Le 11 Avril 1958, le président Félix Gaillard signe la décision de réaliser les premières explosions expérimentales. Ainsi, plus ou moins discrètement, tous les partis qui se sont succédé au pouvoir ont contribué au développement du nucléaire militaire français.

Un consensus non avoué s'était établi. Il faut dire que la France y voyait une affirmation d'indépendance vis-à-vis des États-Unis. Et les Français étaient conscients du fait que cela leur donnerait un atout important dans les relations internationales.

Il appartient au général de Gaulle et au parti gaulliste d'avoir ensuite, seuls contre tous les autres partis, soutenu le programme nucléaire militaire français. En Octobre 1960, après l'explosion de la première bombe atomique française, le projet de développement du programme est voté

par l'Assemblée Nationale, contre le gré de la majorité des députés, après trois motions de censure dont aucune n'a pu atteindre la majorité absolue.

La période suivante 1968-1974 voit s'opérer le ralliement progressif des partis du centre et des indépendants. Le parti gaulliste est alors au pouvoir. Le ralliement au nucléaire coïncide avec le ralliement à la majorité.

Après 1974, c'est au tour des partis de gauche, socialiste et communiste, d'opérer leur ralliement. Il faut dire que, chez les socialistes, les pro-nucléaires Charles Hernu et Jean Pierre Chevènement (tous deux futurs ministres de la Défense) ont conquis, dans leur parti, des positions clef. Quant aux communistes, ils ne veulent pas apparaître comme le parti de l'étranger. L'accord est devenu total et ne sera pas remis en cause.

La politique militaire de défense, dont l'accouchement a été difficile, bénéficie ainsi actuellement d'un consensus des grands partis politiques et fait preuve d'une belle continuité. Il faut aussi noter que tous les partis politiques au pouvoir ont contribué, certains d'abord plus ou moins secrètement, à son adoption et à son développement au mon du principe d'indépendance nationale.

De même, le service militaire, la conscription a bénéficié jusqu'à présent d'un consensus à peu près total, que vient de rompre dernièrement l'ancien président de la République Valéry Giscard d'Estaing, en se déclarant partisan d'une armée de métier. Le débat ne fait que commencer.

1.3 *Les Églises et la défense*

Avant d'aller sonder les coeurs des Français, il me semble important de vous dire comment les Églises ont réagi ou fait nucléaire et à la politique militaire nucléaire, car cette politique pose un problème d'éthique morale. Et même si, en France, la pratique religieuse connaît une régression importante, l'opinion des Églises conserve, dans l'esprit des Français, une valeur de référence. Je me limiterai à l'opinion de l'Église catholique, majoritaire dans notre pays.

Le problème qui se pose est le suivant: dans la situation actuelle du monde, un pays menacé dans sa vie et dans son intégrité a-t-il moralement le droit d'utiliser pour se défendre la menace nucléaire?

Le Concile Vatican II, tout en portant un jugement sévère sur la course aux armements, a reconnu que l'arme nucléaire contribuait à empêcher certaines guerres (on lui doit sûrement un demi-siècle de paix en Europe). Dans son discours à l'ONU, le 11 Juin 1987, le Pape Juan Paul II a reconnu la dissuasion nucléaire comme moralement acceptable, provisoirement, dans le contexte géopolitique actuel, dans un but d'établir un équilibre de forces et à condition de considérer cela comme une étape sur la voie d'un désarmement progressif. Le caractère odieux de l'arme nucléaire y était affirmé, mais, pour la condamner totalement, la prudence était de mise au nom du réalisme.

L'épiscopat français s'est réuni en assemblée plénière en 1983 et, à l'issue de ses débats, a rédigé un opuscule «Gagner la paix» que explicite sa position majoritaire sur la guerre, la paix et la dissuasion nucléaire.

Dans une première partie, intitulée «Entre la guerre et le chantage», le texte, s'appuyant sur les travaux de savants réunis au Vatican en Septembre 1982, affirme le caractère suicidaire d'une guerre nucléaire qui pourrait faire disparaître une grande partie de l'humanité et même mettre en danger sa survie. Il met en cause directement l'URSS qui poursuit un but de domination européenne et mondiale et utilise tous les moyens pour y parvenir, exerçant un chantage permanent en brandissant la menace nucléaire. Il admet que le désarmement unilatéral d'un pays peut provoquer l'agressivité de ses voisins, en nourrissant la tentation de saisir une proie trop facile. Il écrit: «Des générosités mal éclairées ont parfois provoqué les périls qu'elles croyaient exorciser». Il affirme que le patriotisme ne doit pas être confondu avec le nationalisme exacerbé ou une xénophobie aveugle. Le texte admet ainsi la légitimité de la volonté pour un pays de rester lui-même et de se défendre contre une agression.

La deuxième partie intitulée «La dissuasion nucléaire» pose le problème éthique du rapport entre la fin et les moyens. Elle s'appuie sur le fait que la menace n'est pas l'emploi et considère que c'est un devoir de justice que de désamorcer le chantage auquel le pays peut être soumis, car il n'a le choix qu'entre deux solutions, la capitulation ou la contre-menace. Cette position néanmoins assortie de conditions:

- qu'il s'agisse de défense et non d'agression;
- qu'on évite tout surarmement et qu'on maintienne l'arme nucléaire à son seuil minimum (de «suffisance»);

- qu'on prenne toutes précautions pour éviter les erreurs ou pour se protéger contre les actions d'un fou ou d'un terroriste;
- enfin qu'on mène par ailleurs une politique de paix. L'action contre les villes de la dissuasion «anti-cités» constitue, ainsi que l'a qualifiée le Concile Vatican II, un crime contre Dieu et contre l'homme. Mais il s'agit là d'une «logique de détresse» dont il faudra s'efforcer de sortir.

La troisième partie «Construire la paix» marque d'abord un accord profond avec les thèses de non-violence mais invite aussi au sens du réel. De plus, l'Église considère que l'Évangile n'impose pas le commandement absolu de non-violence, mais le commandement suprême de charité qui implique le maintien et la promotion de la justice. L'Église a d'ailleurs toujours reconnu au pouvoir politique le droit de s'opposer par la force à la violence. La non-violence est un risque que peuvent prendre les personnes mais non les États.

Ce texte de l'épiscopat français fait ainsi preuve d'une grande élévation morale en même temps que d'un grand réalisme. Mais le consensus dont il témoigne de la part de l'Église catholique de France est loin d'être total. Des voix discordantes n'ont pas tardé à se faire entendre.

En 1987, un texte collectif a été élaboré par un groupe de chrétiens, catholiques et protestants, comprenant parmi eux treize évêques ou anciens évêques. Il a été édité en 1989 sous le titre «Lutter autrement». Dans l'opuscule «Gagner la paix», précédemment analysé, de l'épiscopat français on trouve cette phrase: «Le temps ne serait-il pas venu, sans renoncer, bien sûr, à la défense armée, d'examiner soigneusement le rôle et l'efficacité des techniques non-violentes». C'est ce que propose «Lutter autrement». On y trouve une définition de la violence individuelle ou institutionnelle qui est une négation de la dignité humaine, une définition de l'action non-violente illustrée d'exemples et la recherche de ses fondements bibliques et théologiques. Elle établit une hypothèse, qu'elle adopte en fait comme un postulat: une société peut organiser par des moyens non militaires une résistance civile d'une ampleur telle que tout agresseur soit mis dans l'impossibilité de récolter des profits politiques, économiques et idéologiques de son agression par suite de la non-collaboration systématique et massive des citoyens et de l'État. Il s'agirait ainsi d'une défense civile non-violente, d'une «dissuasion civile». Ce serait

là, à mon avis, un pari dangereux et je doute qu'une telle dissuasion retienne un agresseur puissamment armé qui comptera toujours pouvoir s'imposer par la force et trouver sur place toutes les complicités. Tout au plus pourrait être complémentaire à la dissuasion nucléaire, si, par malheur, celle-ci échouait. Mais il y a un grand risque à engager les Français dans une «dissuasion civile non violente» sans dissuasion militaire, en leur laissant croire qu'elle suffirait à les protéger.

1.4 *Les Français et la défense*

Mais qu'en pensent les Français eux-mêmes, dans leur ensemble, au sein du pays profond? Leur opinion est bien sûr diverse, quelque fois capricieuse, influencée par des événements proches et récents, qu'elle a tendance ensuite à oublier. On peut tenter de la saisir au travers de sondages faits à intervalles réguliers afin d'en déciler l'évolution générale et les tendances profondes.

Sur la défense militaire, le Service d'Information et Relations Publiques des Armées (SIRPA) réalise chaque année un sondage avec la société SOFRES. Le dernier a été fait entre le 3 et le 6 Juin 1989 et vient d'être rendu public. Il s'est effectué sur un échantillon de 1000 personnes de 18 ans et plus, en utilisant la méthode des quotas, pour constituer un «modèle réduit» de la population française adulte. Il a été complété cette année par une enquête sur le plan européen dans quatre pays, et par une étude d'image des armées réalisée en Mai 1989 par l'Institut Français d'Opinion Publique (IFOP).

Il n'est pas inutile, parce qu'ils peuvent avoir influé sur les résultats, de rappeler les événements survenues lors de ces sondages:

- sur le plan international; les propositions de désarmement de M. Bush à l'ONU, la mort de l'Iman Khomeiny, le mouvement étudiant en Chine, le succès de Solidarnosc en Pologne.
- sur le plan national, en France, la prise de position de l'ancien Président Giscard d'Estaing en faveur d'une armée de métier et l'arbitrage rendu en faveur d'une moindre progression du budget militaire.

Les questions posées par ce sondage peuvent se regrouper en plusieurs thèmes:

- la perception des menaces;
- l'attitude de défense;
- l'arme nucléaire;
- le service militaire;
- le budget militaire;
- l'industrie d'armement;
- et l'image de l'armée.

Parmi les menaces, le sondage donne, par ordre d'importance décroissante, les actions terroristes (50%), une attaque nucléaire (19%) et les actes d'agression économique (boycott, blocus) (13%). Les pays qui menacent le plus la paix du monde sont, pour les Français, l'Iran (62%, en baisse), la Lybie (41%, stable), la Syrie (27%, en hausse), l'Irak (25%, en baisse), la Chine (17%, en forte hausse) et l'URSS (13%, en baisse). L'URSS apparaît ainsi à présent comme beaucoup moins menaçante, sans atteindre néanmoins le niveau des États-Unis (5%). Il s'agit là du sondage SOFRES. Dans l'un des deux autres sondages, les Français restent néanmoins très prudents vis-à-vis de l'URSS (beaucoup plus que les Allemands, les Anglais ou les Italiens): 63% estiment que, de la part de l'Union Soviétique, le risque de guerre existe toujours.

Dans le sondage SOFRES, la question «Quels sont les pays qui constituent une menace pour la France» a été modifiée cette année en y ajoutant «et ses intérêts dans le monde». La réponse a donc pris en compte les intérêts économiques et le Japon et les États-Unis se retrouvent avec respectivement 15% et 11% devant l'URSS et l'Irak (10%), mais derrière l'Iran (36%) et la Lybie (20%).

Parmi les motifs qui justifieraient de se battre au risque d'y laisser la vie, les Français mettent en premier l'invasion de la France par une armée étrangère (80%) puis, par ordre décroissant, la défense des valeurs de notre société (74%), l'invasion de nos départements et territoires d'outremer (54%), l'invasion de pays alliés de la France comme la RFA (43%) et enfin l'invasion de pays avec lesquels la France a des traités d'alliance ou d'assistance (Afrique) (31%). Deux points forts sont à noter: le territoire national et les valeurs de société (liberté, droits de l'homme, démocratie).

Les Français approuvent l'emploi des forces armées françaises à l'extérieur de l'Europe pour porter assistance à une population en détresse (76%), pour obtenir la libération d'otages français (74%), pour détruire un foyer de terrorisme (70%), pour préserver la vie de ressortissants français à l'étranger (68%), pour contribuer à ramener la paix dans une région du monde (60%), pour honorer les accords de défense avec les pays africains (54%) et même dans le cas d'une agression économique majeure tel un blocus (46% contre 39%).

Vis-à-vis du désarmement, 16% seraient d'accord pour un désarmement unilatéral, ce qui est peu.

Parmi les quatre pays européens sondés, c'est la France qui est la plus favorable à une organisation militaire européenne «intégrée» au niveau du commandement, avec ou sans forces nucléaires (46 et 47%), au niveau d'unités mixtes (65%) et au niveau des armements (66%).

En ce qui concerne l'armement nucléaire, les Français estiment à 65% que la France ne pourrait pas assurer sa défense sans la force de dissuasion nucléaire; 38% (contre 43% en 1988), estiment qu'il faut encore la moderniser; 27% qu'il faut la maintenir en l'état et 23% qu'il faut commencer à la réduire. Le effet de la détente international commence à se faire sentir.

Pour le service militaire, 61% des Français estiment que leur pays ne pourrait pas, sans lui, assurer correctement sa défense. À 59%, il est jugé d'une durée satisfaisante (12 mois). Par contre, un certain nombre de reproches lui sont faits: il n'est pas assez égalitaire et les jeunes appelés sont insuffisamment occupés. Les opinions sont partagées sur la valeur de la formation militaire, de la formation civique et de la formation professionnelle données aux appelés. Ce sont là les points sur lesquels il faudra faire porter les efforts des armées pour l'avenir afin de rendre le service militaire plus attractif.

Pour le budget militaire, malgré l'ambiance de détente et de désarmement, une majorité relative (47 % contre 36 %) se dégage encore pour qu'il soit maintenu à son niveau.

Pour l'armement, 61 % restent attachés au maintien d'une industrie nationale, estimant néanmoins souhaitable de renforcer, dans ce domaine, la coopération avec nos partenaires européens (68 %) et, plus particulièrement avec l'Allemagne de l'Ouest, ainsi qu'avec les États-Unis (45%).

Quant à l'image de l'armée, pour les Français elle est bonne (69 %). Ils ne se déclarent pas du tout antimilitaristes (59 %), ou seulement un peu (22 %). Ils trouvent leur armée bien préparée aux formes de combat d'aujourd'hui (52 % contre 31 %). Ils estiment qu'elle a évolué comme il le fallait en comparaison des armées des autres puissances (47 % contre 34 %), mais ils la trouvent encore trop traditionnelle et conservatrice (50 % contre 33 %).

Les points forts sont: ses grandes écoles d'officiers (78 % contre 5 %), le niveau technique des armements (57 % contre 12 %), le niveau d'équipement des forces (46 % contre 18 %), le niveau de notre science et de notre stratégie militaire (40 % contre 15 %), le volume général des forces (32 % contre 19 %), la qualité des officiers (46 % contre 15 %) et celle des sous-officiers (38 % contre 20 %). La contribution de l'armée avec tâches d'intérêt public ou humanitaire est un point très fort (59 % contre 22 %). Par contre le service national est un point faible (27 % contre 37 %).

Le bilan apparaît ainsi comme globalement positif et le consensus solide sur:

— la nécessité d'une force de dissuasion nucléaire	65 %
— l'alliance à l'Ouest	62 %
— le principe du service national	61 %
— et sa durée	59 %
— la bonne image de l'armée	69 %

Les seules réserves concernent l'organisation du service militaire.

Enfin, les Français font preuve, plus que d'autres grands pays voisins, de méfiance et de prudence vis-à-vis de l'évolution de l'URSS et une majorité ne croit pas pouvoir réduire le budget militaire.

Les cas des Françaises mérite une attention particulière. Les enquêtes faites par le SIRPA, au cours des dernières années, ont permis de mettre en évidence quelques différences d'opinion avec les hommes. Celle de 1987 effectuée par «Faits et Opinions» fait apparaître les résultats suivants:

- elles se déclarent plus mal informées que les hommes sur les problèmes de défense nationale;
- elle s'y intéressent d'ailleurs moins (de même qu'à la politique, aux sports et à la science), plus curieuses des arts, des modes de vie à l'étranger et des problèmes du Tiers Monde;

- elles sont un peu plus antimilitaristes ignorant davantage ce que l'armée est devenue et la percevant comme moins capable de donner un métier utilisable dans le civil ou dans les techniques de pointe;
- elles accepteraient plus facilement l'abandon du service militaire et de la force de dissuasion nucléaire.

Leur manque d'information est évident: méconnaissant l'institution militaire telle qu'elle est actuellement, elles conservent de celle-ci des représentations anciennes dépassées. Cela peut expliquer leur moindre adhésion à la politique de défense. Les appréciations les plus critiques viennent des femmes qui ont un niveau d'instruction supérieur.

1.5 Les «media» et la défense

Il nous reste pour compléter ce constat à examiner la relation que existe entre la défense et les media. Ceux-ci sont considérablement diversifiés avec l'apparition de la télévision et le développement des radios locales, qui diffusent une information de masse.

La grande presse écrite nationale, quotidienne ou hebdomadaire, aborde aujourd'hui largement les problèmes de défense. Les articles sont écrits par des journalistes spécialisés, bien informés et compétents. La connaissance de ces problèmes fait partie intégrante de celle qui est nécessaire à la compréhension de l'état des relations internationales et, dans un monde de plus en plus interdépendant, de celle de la situation et de l'avenir de la France. Cette presse atteint un public «éclairé» qui appartient aux catégories sociales supérieures du pays.

Mais la télévision et surtout la presse écrite et les radios régionales et locales font une part encore insuffisante aux problèmes de défense. Quand on en parle aux journalistes concernés, ils vous répondent que cela n'intéresse pas suffisamment leur public et qu'ils doivent tenir de ses goûts car cela conditionne le tirage de leur journal ou le taux d'écoute de leur radio ou de leur télévision et, par conséquent, leurs recettes de publicité et la santé financière de leur entreprise, qui est aussi commerciale. On entre alors dans un cercle vicieux. Mal informé, le public ne demande pas d'information de défense et les media, attentifs à ses goûts ne lui en fournissent

pas. Pour en sortir, il faudrait que ces media se persuadent qu'ils ont aussi un rôle éducatif. Il faut surtout (et l'on reprendra ce point plus loin) que l'Éducation Nationale joue pleinement son rôle en assurant la formation des jeunes, futurs citoyens, sur les sujets de défense.

2. L'action d'information et de promotion de l'esprit de défense

Une action continue s'avérerait donc nécessaire. Cette action s'est développée dans plusieurs directions, en utilisant différents moyens:

- pour la défense militaire, le SIRPA
- pour la défense au sens large, l'Institut des Hautes Études de Défense Nationale

Elle va, après une éclipse, se développer dans le cadre de l'Éducation Nationale.

2.1 Le Service d'Information et de Relations Publiques des Armées (SIRPA)

Cet organisme, que dépend directement du Ministère de la Défense, a pour rôle de faire connaître la politique militaire de défense à un très large public et aux relais d'opinion. Il est responsable, à cet effet, de toute une série de supports de communication:

- écrite, avec une revue mensuelle «Armées d'aujourd'hui» (130 000 exemplaires), une brochure bimensuelle de quatre pages «Impact» pour les leaders d'opinion, un opuscule «Le service national et vous» (600 000 à 1 000 000 exemplaires par an) et des dossiers à thème;
- ou audiovisuelle en co-production, externe ou interne («Armée 2000» magazine interne vidéo).

L'Établissement de Conception et de Production Audiovisuelle des Armées (ECPA) est chargé de la production de supports audiovisuels et de leur exploitation et diffusion. Chaque année, il produit 30 films (20 heures de projection), 70 vidéogrammes, 30 montages audiovisuels et 530 reportages (60 000 images). Par ailleurs, il conserve l'ensemble du patrimoine audiovisuel, photographique, cinématographique, vidéographique et sonore des armées.

Le SIRPA est chargé également de «gérer l'image de l'armée». À ses débuts, après les guerres coloniales, il s'agissait de rétablir les ponts entre l'armée et le pays. Il s'agit à présent de «rendre l'armée plus familière». À cet effet, un schéma directeur de la communication est établi avec les états-majors. Les actions sont menées avec la participation de l'institution militaire à tous les niveaux (cérémonies, visites d'installations, conférences,...). Les succès obtenus dans ce domaine sont indéniables, comme en témoignent les sondages, avec, pour ces derniers, une évolution très positive chez les jeunes et chez les femmes.

Enfin, le SIRPA est chargé de l'information en temps réel. Il s'est doté, ces dernières années, du Centre Opérationnel de la Presse Internationale de Défense (le COPID). Il assure un contact permanent avec les journalistes et leur fournit les informations qui leur sont nécessaires (dans la limite du «secret-défense»). Six cent d'entre eux sont accrédités au Ministère de la Défense. Le COPID recueille, 24 heures sur 24, toutes les informations concernant la défense militaire auprès des media nationaux et internationaux cherchant à détecter en particulier celles qui relèvent de la désinformation délibérée ou de la fausse rumeur, pour permettre ou gouvernement de réagir, par des démentis avant qu'elles ne se répandent dans toute la presse internationale.

Les principes d'action du SIRPA consistent à chercher à s'adapter à la diversité d'une société éclatée, à privilégier, chaque fois que cela est possible, l'échange plutôt que l'information à sens unique, et à ne pas négliger la dimension affective. Ce sont là d'ailleurs les principes généraux de toute bonne communication. Le SIRPA réalise aussi, pour mesurer l'effet de son action, les sondages annuels qui constituent le baromètre enregistreur de l'état de l'opinion publique sur la défense.

Pour réaliser tout cela, le SIRPA a un effectif de 650 personnes dont 450 à l'ECPA. Près de la moitié sont de jeunes appelés qui effectuent leur service militaire.

2.2 *L'Institut des Hautes Études de Défense Nationale (IHDN)*

Mais la défense ne se réduit pas à son seul aspect militaire et c'est ce qui a conduit à la création, en 1936, du Collège des Hautes Études de Défense Nationale. Ce Collège avait pour mission d'étudier non seulement tous les

problèmes de stratégie militaire mais tous ceux qui pouvaient avoir une incidence sur la conduite de la guerre, politiques, économiques et sociaux. A cet effet, les trois premières sessions de ce Collège ont rassemblé des officiers des trois armées et des fonctionnaires civils venant des divers ministères. La direction en a été assurée jusqu'en 1939 par le Vice-amiral Raoul Castex, auteur des «Stratégies militaires».

Après l'interruption de la guerre, le collège est réapparu sous la forme de l'Institut des Hautes Études de Défense Nationale. L'accès en a été ouvert aussi, pour un tiers, à des cadres du secteur privé ou nationalisé. La défense, au sens large, était à présent considérée comme l'affaire de tous et non plus seulement celle des seuls militaires. L'ordonnance du 7 Janvier 1959, portant organisation générale de la défense, en donnait alors la définition suivante: «La défense a pour objet d'assurer en tous temps et en toutes circonstances, et contre toutes les formes d'agression, la sécurité et l'intégrité du territoire, ainsi que la vie de la population... La défense est permanente, sans distinction de temps de paix et de temps de guerre... La défense est globale, elle doit s'exercer dans tous les domaines de l'activité du pays, à l'intérieur comme à l'extérieur, contre toutes les formes de menaces susceptibles de mettre en péril la survie de la nation en tant qu'entité maîtresse de son destin...»

C'est ainsi que les sessions nationales de l'Institut forment, à raison d'une par an, à temps partiel, de Septembre à Juin, environ 80 auditeurs composés pour un tiers d'officiers au grade de colonel, pour un autre tiers de hauts fonctionnaires venant des différents ministères, et pour le troisième tiers de cadres venant de tous les milieux professionnels et de tous les horizons politiques, syndicaux ou religieux (ingénieurs, médecins, avocats, industriels, hommes politiques, responsables syndicaux, prêtres, journalistes...). La proportion de deux tiers de civils pour un tiers de militaires marque bien le chemin parcouru et l'objectif recherché: faire de la défense, au sens global du terme, l'affaire de tous. Les auditrices dans les sessions sont en nombre croissant, suivant en cela l'évolution du nombre de cadres féminins dans la vie professionnelle. Des sessions régionales, plus courtes, plus concentrées, ont lieu, à raison de quatre à cinq par an, dans les grandes villes de province. Une session s'est tenue en 1987 en Martinique et une autre va se tenir en 1990 à la Réunion.

Au cours des sessions, l'activité des auditeurs est répartie entre les conférences, les travaux en comité et les visites d'installations civiles ou militaires. Le sujet central est la défense dans toutes ses composantes militaires, diplomatiques, économiques, sociales culturelles et psychologiques. La géostratégie, l'étude des rapports de force dans le monde, la place qu'y occupe la France, y ont, de naissance grâce à l'Amiral Castex, sont fondateur, une place privilégiée. Chaque année, la nouvelle session nationale est ouverte par le Premier Ministre, en présence des hauts responsables politiques et militaires du pays et de nombreux journalistes. C'est l'un des lieux privilégiés où se définit la politique de défense de la France, dans sa continuité et dans ses évolutions.

Les auditeurs civils sont choisis pour leur aptitude à démultiplier, après leur session, l'enseignement reçu. Leur action se situe dans leurs milieux respectifs (certains écrivent des ouvrages ou des articles et font des conférences) et pour une grande partie d'entre eux, au sein des associations nationale et régionale qu'ils ont constitué avec leurs camarades militaires. Ces associations, qui regroupent actuellement plus de 5500 membres, se sont donné pour objectif:

- de maintenir entre les personnes qui ont participé aux travaux de l'Institut (auditeurs et cadres) les liens qui se sont noués à cette occasion;
- d'apporter son aide et son concours à l'Institut pour l'accomplissement de sa tâche;
- de promouvoir l'esprit de défense dans le pays et, à cette fin, d'encourager l'étude des questions intéressant la Défense Nationale.

L'activité d'étude des associations, regroupées en une Union qui couvre l'ensemble du territoire national est importante:

- réflexion au sein de comités d'étude;
- visites et voyages en France et à l'étranger;
- conférences et déjeuners-débats;
- colloques;
- publication d'une revue trimestrielle «Défense» qui rend compte des travaux d'étude.

Tout le champ de la défense globale est couvert. Cette activité permet à la fois le recyclage permanent des auditeurs et la poursuite et l'appro-

fondissement de la réflexion de défense, sous une forme pluridisciplinaire. Il s'agit de prendre conscience des vulnérabilités nationales, des dangers et des menaces directes et indirectes et d'étudier les mesures à prendre pour y faire face. Il s'agit aussi et surtout de contribuer à la promotion de l'esprit de défense parmi nos concitoyens, et de faire, en la matière, oeuvre de missionnaire.

L'impact de l'action de presque un demi-siècle de l'Institut sur l'opinion publique française est difficile à évaluer.

Mais on peut raisonnablement penser que cette action n'est pas étrangère au ralliement quasi total des partis politiques à la politique française de défense et à la prise en compte des problèmes de défense par les cadres de la nation, comme en témoigne l'importance prise par ces problèmes dans les grands journaux nationaux.

2.3 La promotion de l'esprit de défense

On pourrait, au vu des sondages, se déclarer tout-à-fait satisfait sur l'adhésion des Français à leur politique de défense: adoption totale par les grands partis politiques, acceptation (réservée) de l'Eglise catholique, accord de deux Français sur trois. Je pense qu'il faut, en la matière, se garder de tout triomphalisme et rester extrêmement vigilant.

D'abord on constate qu'un Français sur trois n'est pas d'accord et il suffit qu'un Français sur cinq change d'avis pour faire basculer le consensus dans l'autre sens. Or les événements actuels de l'Europe de l'Est sont de nature à convaincre beaucoup de gens que la menace qui en vient est devenue moins forte et que nous pourrions dès à présent «baisser notre garde». Nous avons tellement envie de le croire! Les Français risquent de prêter plus d'attention à ceux qui prônent le désarmement unilatéral, l'abandon de la dissuasion nucléaire et la suppression du service national. Or la prudence s'impose. Il faut continuer à promouvoir l'esprit de défense. Mais, comme dans tout problème de communication, il faut commencer par bien définir le message.

J'emprunterai au Général de Peyrelongue, qui a été directeur du SIRPA, une citation passée dans un article qu'il a écrit en Novembre 1984, dans la revue *Défense Nationale*, où il s'interrogeait sur la stratégie de communication: «Si l'on ne demande rien d'autre au lecteur, à l'auditeur ou au

télespectateur qui se remettre à des techniciens de la chose militaire pour le maintien de la paix et de contribuer fiscalement à la réalisation du système de sécurité, il n'est impliqué ni physiquement, ni culturellement dans cette entreprise. À ce moment-là, on risque de ne susciter qu'un sentiment de sécurisation plutôt qu'une véritable volonté de défense.»

Je souscris totalement à cette analyse et je vois dans le concept de défense globale le moyen de persuader tout citoyen que, dans son secteur d'activité et dans sa famille (et non plus seulement au cours de son service militaire), il est quotidiennement, directement et personnellement concerné. La défense, c'est aussi son affaire. Ce discours est le seul capable de promouvoir davantage d'esprit de défense chez nos concitoyens. Nous touchons là le cœur du problème de la défense. Nous y avons beaucoup réfléchi dans nos associations. Je vous livre là le résultat de ces réflexions.

L'esprit de défense, c'est d'abord la claire perception des menaces. La défense naît instinctivement de l'attaque, de l'agression ou du danger immédiat d'agression. Mais il y a une composante raisonnée qui relève de la vision lucide des situations, des antagonismes, des rapports de forces entre les nations, et des atouts et des faiblesses du pays auquel on appartient. La vie est un combat, entre les nations comme entre les individus. Nous vivons dans un monde dangereux, complexe, où les nations sont en perpétuelle compétition dans tous les domaines, pour survivre, prospérer, dominer ou résister à la domination des autres. Cette compétition peut prendre une forme pacifique ou violente, mais, dans les deux cas, les conséquences peuvent en être redoutables. La menace apparaît ainsi multiforme, protéiforme, du nom de ce dieu marin de la mythologie grecque, Protée, qui avait reçu de Poséidon, dieu de la mer, son père, le don de changer d'apparence à volonté.

La menace peut être externe ou interne. Externe, elle peut être directe, celle d'une agression nucléaire, chimique ou classique. Elle peut prendre aussi une forme indirecte, militaire par pays interposé (comme ce fut le cas pour la France au Tchad), ou la forme sournoise d'un terrorisme d'État, plus ou moins camouflé (comme au Liban). Elle est indirecte aussi en s'attaquant aux intérêts vitaux par des embargos sur les matières premières ou la création de cartels de producteurs (comme ce fut le cas pour le pétrole). Elle est indirecte aussi sous la forme d'espionnage industriel qui permet de se procurer à moindre coût des découvertes et des savoir faire dans la fabrication des armes ou dans tout autre production dont l'économie nationale

tire ses ressources. Elle est aussi indirecte et terriblement redoutable quand elle consiste à se laisser persuader que toute résistance est inutile. Pour le stratège chinois Sun Tsu, que vivait il y a vingt-cinq siècles l'art suprême de la guerre consista à vaincre sans bataille. On utilise alors les moyens de l'intimidation et de la démoralisation, ce qu'on appelle aujourd'hui, suivant un mot qui vient, je crois, de l'Est, la désinformation, et qu'on a appelé en d'autres temps, propagande et action psychologique.

Mais un peuple doit aussi faire face à des menaces internes. Un peuple sain peut souvent résister aux menaces externes, s'il en est conscient et s'il a su prendre à temps les mesures nécessaires. Mais il peut s'écrouler d'une chiquenaude s'il est miné de l'intérieur.

La première de ces menaces est le déclin de sa démographie. La vraie richesse d'un pays, c'est sa richesse en hommes. Un peuple qui n'assure plus le renouvellement de sa population vieillit, perdant son dynamisme et sa créativité et, à terme, sa prospérité et sa puissance, pour finalement devenir la victime de prédateurs.

La seconde de ces menaces internes concerne la qualité des hommes. Cette qualité peut être altérée par des philosophies dangereuses, un individualisme outrancier, un hédonisme exclusif, un pacifisme, généreux souvent, mais utopique. Elle l'est aussi par la perte du goût de l'effort et du travail bien fait, car c'est ce goût qui permet aux sociétés de progresser, chaque génération recueillant l'héritage des pères et y apportant sa propre contribution. Elle l'est enfin par la perte des valeurs morales, du sens du bien qui règle les rapports entre les hommes et sert de référence à leurs lois.

Enfin la dernière de ces menaces concerne la langue, l'histoire et la culture. La langue qui véhicule les idées et les rêves, l'histoire qui est la mémoire collective et la culture qui est le ciment de l'identité nationale. Antoine de Saint-Exupéry a écrit, à sujet, des paroles terribles: Je connais des races abâtardies qui n'écrivent plus leurs poèmes mais les lisent, qui ne cultivent plus leur sol mais s'appuient d'abord sur des esclaves. C'est contre eux que les sables du Sud préparent éternellement, dans leur misère criatrice, les tribus vivantes qui monteront à l'assaut de leurs provisions mortes.»

L'esprit de défense, devant toutes ces menaces, est donc d'abord affaire d'intelligence, de lucidité et de vigilance. Mais cela ne suffit pas. L'esprit de défense a une deuxième composante, aussi nécessaire que la première, la volonté de défense. Il ne suffit point de se savoir menacé et comment, il

faut encore vouloir se défendre. Il faut être décidé à préparer sa défense en temps de paix pour dissuader l'agresseur et, en temps de guerre, à se défendre pour retrouver la paix dans la liberté. Pour cela il nous faut savoir «Pourquoi nous combatons», ce que nous nous préparons à défendre, ce que nous avons à défendre.

Il s'agit d'abord de la défense de notre propre vie et de celle de ceux auxquels nous sommes liés par le sang ou par le coeur. C'est aussi la défense des choses que nous avons créé, des biens que nous avons rassemblés, une maison, un champ, une usine, un bureau. Mais un combat solitaire serait voué à l'échec sans autre issue, le plus souvent, que la soumission ou le sauve-qui-peut. Les hommes d'une nation ont d'ailleurs beaucoup de biens matériels collectifs à défendre, un village, une ville, une province, le «territoire national», espace commun où s'appliquent leurs lois, où s'exerce leur souveraineté. C'est la terre des ancêtres, des «pères», l'héritage fruit de leur travail et de leurs sacrifices.

Les hommes d'une nation possèdent aussi ensemble des biens immatériels, et, en premier lieu, leur histoire. L'historien Edmond Michelet a écrit: «La France a fait la France... L'élément fatal de race m'y semble secondaire. Elle est la fille de sa liberté ...Le puissant travail de soi-sur-soi où la France par son progrès propre, transformant tous ses éléments bruts. De l'élément romain municipal, des tribus allemandes, du clan celtique, annulés, disparus, nous avons tiré, à la longue, résultats tout autres, contraires même à ce qui les a précédés». Les hommes d'un pays partagent la vision de cette histoire, avec ses mythes et ses «lieux de mémoire».

Ils possèdent aussi en commun leur langue, avec ses mots, ses schémas de pensée, sa logique et sa poésie, ainsi qu'un art de vivre et une civilisation. La France partage avec les pays européens et le monde occidental une philosophie héritée de Rome, d'Athènes et de la chrétienté, à laquelle elle a fait l'apport des grands principes de la Révolution Française, contenus dans la Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen.

Ce sont tous ces biens matériels et immatériels qui donnent un corps et une âme à la communauté nationale et qui sont les fondements de l'identité nationale dans laquelle se reconnaissent tous les citoyens.

Enfin pour assurer la cohésion nationale, il faut une volonté de rester ensemble pour bâtir un avenir commun. L'historien Ernest Renan a écrit: «Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire,

n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé l'autre est dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs, l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble, de continuer à faire valoir l'héritage reçu indivis». Et il ajoutait: «Une nation est un plébiscite de tous les jours».

Ainsi, l'esprit de défense. d'abord claire conscience des menaces, est il aussi affaire de cœur et de volonté.

2.4 Le rôle de l'Éducation Nationale

Pendant des années, dans les décennies 60 et 70, ce message est mal passé. La philosophie à la mode privilégiait «le droit à la différence plutôt que la reconnaissance de l'identité nationale, la solidarité planétaire plutôt que la cohésion de la société française, et la liberté individuelle sans les devoirs du citoyen» (M. Faivre). Le mot de patrie passait pour appartenir à un passé révolu. À l'école, où se préparent les citoyens de demain, l'éducation civique était oubliée.

Quelques hommes lucides réintroduisirent alors les notions de défense dans l'Université dès 1968-1969 (les professeurs Martel, Pabezies et Robert). Une Fondation pour les Études de Défense Nationale (FEDN) fut créée pour stimuler la recherche en matière de défense. La fin des années 70 vit la création de nombreux diplômes d'études supérieures de défense dans les Facultés et le Secrétariat Général de la Défense Nationale (SADN) créa, en son sein, une Mission de l'Enseignement et des Études de Défense.

Mais ce n'est qu'en 1982 qu'un protocole d'accord a été signé entre le Ministre de l'Éducation Nationale et le Ministre de la Défense pour, entre autres, redonner à éducation civique ses lettres de noblesse. Il affirmait: «L'éducation est un acte global qui n'est pas réductible aux activités scolaires. L'esprit de défense est une attitude civique qui n'est pas limitée aux activités militaires». À partir de 1985, l'éducation civique retrouve progressivement son place dans les programmes scolaires de l'enseignement primaire et secondaire. Elle est reconnue comme «une pièce maîtresse de l'éducation dans un État républicain, garant des libertés» avec «pour objectif de développer chez l'élève le sens de l'intérêt général, le respect de la loi, l'amour de la République». Ainsi, les programmes scolaires d'enseignement primaire comprennent ils désormais l'étude des symboles de la Républi-

que, de la Patrie et de ses institutions de défense et des armées, de la France dans le monde et des Droits de l'Homme. Dans l'enseignement secondaire, les programmes comprennent l'étude de la France et de l'Europe ainsi que celle des valeurs de la démocratie, et en classe terminale, l'histoire du monde actuel.

La nécessité d'éveiller la conscience nationale y est affirmé «La connaissance de notre héritage historique, l'assimilation du patrimoine politique et culturel de la France, la découverte de notre peuple et de notre pays, sont indispensables à la formation du citoyen français. L'histoire et la géographie participent à l'apparition chez l'élève de la conscience nationale». Le caractère global de la défense y est aussi nettement marqué.

Cette action, qui est en cours, devrait progressivement porter ses fruits. Mais la nécessité s'est fait sentir de commencer par assurer la formation des enseignants eux-mêmes dans un domaine où ils n'avaient reçu aucune formation particulière. En 1987, un groupe de travail Défense-Éducation Nationale, que j'ai eu l'honneur de co-présider, a proposé un plan d'action pour cette formation des enseignants en matière de défense, en formation initiale pour les élèves professeurs ou instituteurs, et en perfectionnement pour les enseignants titulaires. Ce plan a été approuvé et confirmé en Janvier 1989 par la signature d'un nouveau protocole d'accord entre les deux ministres concernés. Ce plan met en place une organisation décentralisée au niveau des Académies (25 en France) sous la direction du recteur d'académie aidé par l'autorité militaire régionale (un général) et le président de l'association régionale de l'IHEDA. Les conférences sont assurées, suivant les sujets traités, par des officiers d'active ou de réserve, par des professeurs d'Université spécialistes de défense, ou par des auditeurs de l'IHEDN. L'idée de base est celle de la défense globale avec toutes ses composantes, militaires, civils, économiques et culturelles. L'année scolaire 1988-1989 a été une année d'essai où 15 Académies sur 25 ont mis en place cette organisation tripartite. Plus de 150 conférences ont été prononcées et 2500 enseignants ont été touchés. C'est déjà encourageant, mais la tâche est immense et, pour parler comme les sportifs, il faut «transformer l'essai».

3 Conclusion

En guise de conclusion, je voudrais souligner à nouveau les trois points suivants:

- 1.^o La France a la chance (ou le mérite) de disposer, dans son opinion publique, d'un accord de deux Français sur trois pour les options fondamentales qui concernent la défense: la dissuasion nucléaire, l'alliance à l'Ouest et le service national. Ce consensus est largement suffisant pour soutenir sa politique de défense. Mais c'est, à mon avis, encore insuffisant, parce qu'il s'agit d'un domaine que mérite une plus large adhésion. De plus, une grande vigilance s'impose devant les événements qui se passent à l'Est et que pourraient conduire les Français à considérer qu'on peut déjà «baisser la garde».
- 2.^o Après une éclipse de plus de 20 ans, l'éducation civique et la formation de l'esprit de défense commencent à reconquérir leur droit de cité. L'école et les media ont un rôle à jouer dans ce qui fait partie de l'éducation du citoyen. C'est une immense tâche pour les professeurs et les journalistes et il est nécessaire de les y aider.
- 3.^o La défense doit être considérée dans son sens le plus global. Elle ne se limite pas aux seuls aspects militaires, elle n'est plus seulement réservée aux armées, elle concerne tous les secteurs d'activité du pays, c'est-à-dire tous les citoyens, dans leur réalité quotidienne. Ainsi la défense devient-elle pour chacun un problème personnel. Je voudrais l'illustrer par une citation d'Antoine de Saint Exupéry, tirée de «Citadelle»: j'ai bâti l'empire dans le coeur de mes sentinelles en les contraignant à faire les cent pas sur les remparts». Il faut cela pour que chacun se sente directement et personnellement responsable de la défense.

Pour finir, je citerai notre Président de la République, François Mitterrand: «Il est des domaines non négligeables, un pré carré dont je revendique, quand il est empiété qu'il soit reconquis et rendu à la France. Dans ce pré carré, je distingue, en premier lieu, notre langue, notre industrie, notre sécurité, qui sont autant de fronts où garder nos défenses, sans les quitter des yeux. Que l'une cède et la citadelle tombera».

Y-a-t-il une meilleure définition de la défense globale et de l'esprit de défense?

Louis Quinio

Professeur
Président de l'Association des Auditeurs
du IHEDN (France)

PACIFISMO

João José Brandão Ferreira

PACIFISMO (*)

*«Como?! Da gente ilustre Portuguesa
há-de haver quem refuse o pátrio Marte?
Como? Desta província, que princesa
foi das gentes na guerra em toda a parte,
há-de sair quem negue ter defesa?
Quem negue a Fé; o amor, o esforço, a arte
de Português e por nenhum respeito,
o próprio reino queira ver sujeito?»*

Camões, Os Lusíadas, Canto IV, 15

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- O NASCIMENTO DO PACIFISMO, DOUTRINAS E EVOLUÇÃO
- O PACIFISMO NO MUNDO E EM PORTUGAL, PRÓS E CONTRAS DO PACIFISMO
- O PACIFISMO E A ESTRATÉGIA INDIRECTA
- CONCLUSÕES

INTRODUÇÃO

A guerra é um fenómeno social que tem acompanhado a História da Humanidade, desde os seus primórdios. Os conflitos entre grupos, tribos, cidades-estados e, mais tarde, Estados-Nações, têm sido constantes ao longo dos séculos. Nenhum povo ou civilização lhes tem escapado e nenhuma parcela do planeta se pode considerar imune ao fenómeno. A guerra, ela própria, tem evoluído, nas suas formas e técnicas, tendo ganho, neste século, por duas vezes, um carácter mundial.

(*) Adaptação de um trabalho apresentado no âmbito do mestrado em Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Dez88).

Nas últimas décadas extravasou da terra e emigrou para o espaço onde tem permanecido apenas, sob a forma de conflito potencial.

A guerra aparece-nos, no dizer do Padre A. Vieira, como um «monstro» que tudo devora, e com nada se saceia.

A única maneira eficaz de lhe fazer frente, tem-se baseado na dissuasão, isto é, no medo das represálias, no facto de os ganhos não compensarem as perdas.

Julga-se assim, natural e lógico que, um pouco por todo o lado e em épocas distintas, tenham germinado no espírito das pessoas sentimentos de repúdio quanto à guerra, que deram origem a doutrinas ou filosofias onde se condena o fenómeno e onde se apontam caminhos para evitar as guerras. Conseguimos assim, isolar o Pacifismo nestas correntes de opinião.

A existência da estratégica indirecta como forma de fazer a guerra tem séculos e encontra-se já bem teorizada na obra de Sun-tzu — «A arte da guerra» escrito no séc. IV A. C.

Hoje em dia dada a dissuasão nuclear existente tem-se assistido, fora dos conflitos directos (guerra quente), que se têm mantido a nível regional, a um recrudescimento da estratégia indirecta de modo a abalar o moral do adversário, e assim se poder ganhar a batalha sem a combater. É neste contexto que o Pacifismo assume importante papel. Daí, ser, no mínimo, pertinente conhecê-lo e estudá-lo.

O NASCIMENTO DO PACIFISMO, DOUTRINAS E EVOLUÇÃO

Enquadramento

A vida é um conflito permanente para a sobrevivência. E foi-o, desde o início do aparecimento do Homem. Este, cedo percebeu que necessitava da ajuda dos outros homens, para caçar, agricultar, construir, defender-se, etc. A medida que a população ia aumentando e sedentarizando-se, começaram a individualizar-se determinados grupos especialmente vocacionados e preparados para as actividades guerreiras. Logo que se foram formando nações tornou-se necessário que estas se organizassem politicamente e assim apareceu o Estado. Este, para se impôr, tenta monopolizar os instrumentos de violência sob duas vertentes: uma para uso externo e outra para uso interno. Nenhum Estado/Nação escapou a este esquema e apenas raríssimos

Países no mundo, hoje em dia, não possuem FA's. Por exemplo, a Islândia é um caso destes, embora possua um acordo de defesa com os EUA. As razões básicas para a criação de Forças Armadas e de Segurança, são em termos gerais derivadas da necessidade de manutenção da ordem interna e de afirmação de Soberania que pode chegar à confrontação sangrenta com eventuais inimigos. De facto, a história da humanidade está profusamente marcada pelos conflitos armados, entre grupos. Estes conflitos, pelas tragédias e custos de toda a ordem que provocam, fazem paralelamente despertar o anseio no Homem pela paz. Assim, o Pacifismo, tende a aglutinar este desejo para a paz. Pode-se até graduar o Pacifismo. Numa primeira fase, aparece-nos como vontade de evitar a guerra, procurando o equilíbrio de forças, negociando e, só por último, combatendo. Não condena os exércitos e, defende a legítima defesa. Ao contrário do princípio de Clausewitz, a guerra já não é um prolongamento da política por outros meios.

Numa segunda fase, o Pacifismo aspira a uma paz duradoura. Para isso torna-se necessário fundamentá-la. O teólogo irá definir a justa causa, o filósofo invocará o direito natural dos povos e, finalmente, o jurista estabelecerá as leis e regras a ter em conta no Direito Internacional.

Como terceira fase, temos o Pacifismo como recusa absoluta da guerra, em quaisquer circunstâncias. A guerra é um mal absoluto e, portanto, há que recusar participar nela ou ajudar quaisquer organismos que de algum modo lhe sirvam de suporte.

Assim, podemos dizer que o Pacifismo no seu significado teórico, é a doutrina que tenta demonstrar a possibilidade e o dever, de abolir definitivamente a guerra, instaurando a paz perpétua entre os povos.

Evolução histórica

O Pacifismo começou a dar os primeiros passos no Império Romano. Assim, a «Pax Romana», pode ser considerada uma expressão prática de um tipo de pacifismo que via na guerra um meio para alcançar a paz. Esta ideia, veio mais tarde a ser recuperada pela França após a revolução de 1789, onde se defendia o direito e, até o dever, de estender a todos os povos da Europa as novas ideias então surgidas, com o fim de lhes dar a paz e a liberdade, derrubando os tiranos e transformando o continente numa imensa república, debaixo da hegemonia Francesa, bem entendido.

Ainda durante o Império Romano, o Cristianismo veio a dar uma nova visão da paz: «Bem aventurados os pacíficos, que verão a Deus» ou «quem se servir da espada, perecerá pela espada». No entanto, os padres da igreja, quando condenaram o mister das armas fizeram-no por causa da idolatria ao culto dos deuses protectores de cada legião.

Se a legião fosse cristã, não apareciam objecções, à excepção de Lactâncio. Durante séculos, o pensamento católico procurou o meio termo possível, entre a imoralidade de deixar sem defesa o bem comum e a imoralidade da violência desproporcionada⁽¹⁾. A Igreja, sempre procurou humanizar os conflitos armados tidos como um mal. Assim, surgiram as leis da cavalaria, as tréguas de Deus, usos de guerra, tratamento de prisioneiros, etc., que estão na origem das modernas leis de guerra. À maior parte dos ministros religiosos o dever de defender a cidade parecia evidente, afirmando St.º Agostinho que, «ninguém negará ao sábio o direito de fazer guerra justa ao inimigo». Estavam lançados os fundamentos da «Guerra Justa», cuja primeira definição encontramos no Bispo de Hipona: «Costumam definir-se guerras justas as que vingam injustiças». Tal se verifica quando, o povo ou a cidade a quem se move a guerra, recusa punir o que os seus nacionais praticaram de imoral ou recusa devolver o que injustamente foi tirado⁽²⁾.

S. Tomás de Aquino, apresenta três requisitos para a guerra justa: ser declarada por autoridade legítima, com justa causa e recta intenção. Esta teorização manteve-se até ao Concílio Vaticano II, com uma das achegas doutrínárias elaboradas no séc. XVI por Vitória (1487-1546) e Suárez (1548-1617), em que se dizia que guerra justa é aquela que é declarada por uma autoridade legítima, com justa causa em último recurso, com recta intenção e, usando dos meios proporcionados. Os quatro primeiros elementos constituem o chamado «Jus ad bellum», direito de fazer a guerra e o último constitui o «jus in bello», o direito no fazer da guerra⁽³⁾. Tais normas serviram de base ao Direito Internacional Público e à moral política.

Desde o século XVII, com o agravar das guerras, quase permanentes no continente europeu e ainda com a letalidade das mesmas, derivada da melhoria tecnológica dos armamentos, começaram a aparecer propostas de filó-

(1) J. Seabra, obra citada, pág. 572.

(2) In «Heptat», VI, 10 PL 34, COL 781.

(3) J. Seabra, obra citada, pág. 572.

sofos racionalistas e outros, para a paz perpétua (Cruce em 1623, o duque de Sully, em 1638).

Erasmus afirmava que, «qualquer homem dotado de razão e ainda mais cristão, não deveria envolver-se em combate». É um pacifismo integral. O século XVIII — Século das Luzes — viu crescer e desenvolver as teorias pacifistas. Data de 1712 a publicação de «A memória para tornar a paz perpétua», do Abade de St. Pierre; em 1793, Kant fez aparecer o seu Opúsculo sobre a paz perpétua. Aparecem outros nomes tais como Rousseau e Jeremy Bentham. Em 1717, em Londres, nasceu a Franco Maçonaria que dizia defender a fraternidade entre os povos.

São exaltados os valores da paz, como: Razão, Natureza, Progresso, Fraternidade e Liberdade. No início do século XIX, já no rescaldo das guerras derivadas da Revolução Francesa, o Pacifismo adquire um notável impulso, tanto no campo ético-filosófico, como no político. Surgem numerosas sociedades para a paz destacando-se, a Peace Society, fundada em 1815, por David Dodge em Nova York, e que deu origem em 1828, à American Peace Society. Apareceu a doutrina do liberalismo burguês, opondo-se à guerra através da proclamação da época do comércio, e das Teorias Socialistas, considerando a guerra como expressão dos interesses burgueses e, portanto, contrária aos interesses do proletariado. Para os nacionalistas a paz perpétua continua a ser uma utopia. Pensam sobretudo nos interesses nacionais e, vêm as alianças não como expressão de um pacifismo, mas como corolário daqueles.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, a primeira metade do século XX, já assistiu a duas guerras à escala mundial. Para os Comunistas, o Pacifismo orienta-se pelas máximas de Lenine: «os socialistas, a menos que o deixem de ser, não podem ser contra todas as guerras». «As guerras revolucionárias são guerras justas». O pacifismo é proscrito no caso de se opôr à expansão do Comunismo.

No período entre as duas guerras, o Pacifismo desenvolveu forte actividade. Esteve na origem da criação da Sociedade das Nações e do Tribunal Internacional de Haia, mas, não conseguiu evitar a deterioração da situação, o que levou à Segunda Grande Guerra. Com o fim desta, o fenómeno do pacifismo não tem deixado de aumentar. Em Hiroxima, apareceu um facto novo e perturbador: a bomba atómica. Tal facto, levou desde logo, Bertrand Russel a defender o desarmamento nuclear unilateral como única possibilidade de paz.

Em 1960, havia 1500 grupos a trabalhar pelo desarmamento e a Paz^(*). Este número tem vindo a aumentar. Muitas destas organizações são católicas, donde se destaca a Comissão Pontifícia «Justiça e Paz». Desde a Primeira Grande Guerra, com Bento XV, julgou-se a doutrina tradicional da guerra justa como inadequada. Assim, veio a passar-se para uma perspectiva sobre a moralidade da guerra baseada na legítima defesa e, só aceitável quando todos os recursos de negociações pacíficas tivessem sido esgotados. Propostas sobre a diminuição recíproca dos armamentos têm sido feitas de então para cá.

O Concílio Vaticano II, afirma na constituição pastoral «A igreja no mundo actual» (Gaudium et Spes) n.º 79: «aqueles que se dedicam ao serviço da pátria no Exército consideram-se servidores da segurança e da liberdade dos povos na medida em que se desempenham como convém desta tarefa, contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da paz».

A guerra e o pensamento filosófico/religioso

A guerra é um fenómeno social. Como tal, assume importância proeminente na dinâmica sociológica, estando ligados a ela os maiores progressos da humanidade (por mais que nos custe constatá-lo), bem como o nascimento e fim das várias civilizações que o mundo conheceu. Para alguns, a guerra é uma ideia inata comum a todos os homens (Proudhon e Barrot)^(*); outros como Darwin, defendiam que a guerra é uma assimilação da ideia de luta universal pela existência, ideia esta que tem a ver com a do «equilíbrio universal». A guerra, afirma-se como a expressão aberta dos conflitos, por meio da qual se procura alcançar uma ordem que coincida com a paz do vencedor. Ao contrário do que muitos poderão pensar, a guerra tem partidários (os adeptos do belicismo). Filósofos, pensadores políticos, sociólogos, estadistas e revolucionários, ao longo dos séculos defenderam a guerra como uma realidade inelutável e positiva. Citemos apenas alguns exemplos: Aristóteles, afirmava que «é necessário estudar a arte da guerra, não para submeter, mas sim para não ser submetido» e que «a

(*) J. Seabra, obra citada, pág. 571.

(*) «A guerra e a paz» e «Filosofia da história», respectivamente.

guerra é a mãe de todas as coisas.», Horácio, Cícero e Séneca racionalizaram sobre a «guerra romana» afirmando que era portadora de paz, civilização e justiça; Hobbes, considerava a guerra como a condição normal da Humanidade; Maquiavel e Nietzsche concordam no louvor da força como fundamento primeiro das relações entre Estados; Kant, apesar do seu pacifismo defende que «a guerra tem algo em si mesma e eleva a alma do povo tanto mais alto quanto maior for a necessidade de valor»; Hegel, vai ao ponto de dizer que, «é na guerra, onde um Estado alcança a sua conjunção mais perfeita, o ponto mais culminante da sua vida, aquele onde adquire a mais alta consciência de si mesmo», («fruição ordenadora da guerra»). Finalmente, a tradição prussiana nascida dos feitos militares da Ordem Teutónica e da fama do grande Frederico, passando ainda por Bismark e que acabou no sonho algo escatológico do «III Reich dos mil anos» de Hitler, valorizou sempre a guerra como mestra das virtudes viris, factor de progresso tecnológico e científico e meio privilegiado de difusão da civilização⁽⁶⁾. Estas concepções belicistas, exercem ainda uma poderosa atracção sobre muitos espíritos e, podem-se considerar como em contraponto com o Pacifismo.

Desde sempre, a guerra aparece ligada ao fenómeno religioso, podendo afirmar-se que todas as grandes religiões, exceptuando-se porventura o Budismo, valorizaram o culto da violência bélica e exaltaram o valor guerreiro.

No Politeísmo, o combate era concebido como a projecção terrestre de uma luta entre divindades (Padre Cupertino, «Deontologia Militar», pág. 20). As mitologias Chinesas, Indiana, Azteca, Egípcia e Greco-Romana estão repletas de deuses guerreiros e de lutas entre divindades.

«Ares» entre os Gregos e «Marte» entre os Romanos simbolizavam o valor guerreiro. «Asur» entre os Assírios converteu-se no Deus dos Exércitos e seu estandarte. «Indra», deus que guiava os homens na guerra e lhes dava a vitória, ocupava na religião Hindu, o primeiro posto entre os deuses. Em Roma, no tempo de Pompílio foram instituídos 20 sacerdotes (Feciais) a quem competia o direito de guerra, as cerimónias e os ritos do início e do fim da guerra⁽⁷⁾, os tratados de paz, etc. É curioso constatar que, até

(6) J. Seabra in «Os cristãos face à violência».

(7) P.^o Cupertino, obra citada, pág. 21.

por vezes, a tática se confundia com a religião, quando verificamos que a opinião dos áugures e dos aruspices prevalecia sobre a dos estrategas. Mais tarde, César, Augusto e outros imperadores romanos, acumularam as funções de Chefe de Estado com as de Sumos Pontífices. Deduz-se assim, que, toda a mitologia clássica está baseada na «virilidade guerreira».

O Judaísmo, prega que a guerra é «serviço de Javé», sendo-o enquanto guerra santa contra os inimigos de Deus e do seu povo. Os livros bíblicos estão cheios de descrições de guerras e confrontações em que a vitória era sempre atribuída a Javé. Para os Judeus — tal como para os Muçulmanos — «não havia separação entre as leis civis e as prescrições religiosas, determinando estas totalmente aquelas, (...) para um judeu fiel, só Javé mandava, por intermédio dos seus representantes sobre a terra: essencialmente o Sinédrio e o Sumo Sacerdote» (Daniel Rops, «A vida quotidiana na Palestina no tempo de Jesus», pág. 63). O Islamismo aceita, defende e exalta a guerra santa o que sempre tem acontecido ao longo da história, sendo nos tempos presentes justificação para muitas guerras e conflitos. Os Muçulmanos sempre combateram os seus inimigos invocando Alá e Maomé, o seu profeta.

Quanto ao Cristianismo, depara-se-nos uma dualidade no espírito e na letra entre o Antigo e o Novo Testamento⁽⁸⁾, o primeiro está cheio de uma atmosfera de luta que é ao mesmo tempo, fim e meio e, ao contrário, o segundo renega a guerra. A atitude primitiva dos cristãos é a de repulsa total pela guerra, sendo esta considerada um «paradoxo ou um inigma religiosamente irredutível a uma visão homogénea da economia da salvação da humanidade, porque pecado colectivamente destrutor do amor entre os homens pregado por Cristo»⁽⁹⁾. Todavia, sempre houve cristãos nos exércitos, a começar pelo Romano e a continuar na actualidade, podendo citar-se o nosso D. Nuno Álvares Pereira como paradigma das virtudes militares e cristãs. Cedo a Igreja fez acompanhar os exércitos por capelães militares, constituindo a Carta de Pelágio (556-561), o documento mais antigo que se conhece, falando da existência de uma capelanía militar. A Igreja veio mais tarde a aceitar um compromisso com os detentores do

⁽⁸⁾ Nicolas E. Urbez, «Aspectos sociológicos del fenómeno guerra», pág. 19.

⁽⁹⁾ P.^o Cupertino, obra citada, pág. 22.

poder temporal e, portanto, o direito de defender, por meio das armas, a ordem constituída.

S. Tomás de Aquino elabora uma doutrina sobre as condições em que se pode considerar uma «guerra justa». Ainda que condenando a guerra por princípio, a igreja justificou as cruzadas, algumas lutas dinásticas, etc.

Por último, a concepção budista da religião, é a única verdadeiramente pacifista, na sua calorosa negação da violência e no seu fervor ético onde se proíbe o uso de armas bem como a sua transação, a entrada nos quartéis, olhar sequer para os soldados, ou a servir como embaixador, já que a diplomacia conduz amiúde à guerra⁽¹⁰⁾.

Em conclusão, pode-se dizer que a religião enriqueceu sempre espiritualmente o fenómeno guerra, sendo esta, muitas vezes utilizada para fins religiosos.

As Organizações Internacionais e o Pacifismo

A noção de que a existência de uma autoridade internacional ou supranacional, com poder suficiente para poder regular e arbitrar os conflitos entre nações, de modo a evitar as confrontações sangrentas, seria uma das maneiras de acabar com as guerras, cedo se desenvolveu.

No mínimo, seria necessário alargar, organizada e internacionalmente, os ideais pacifistas, como medida de influenciar o mundo no caminho para a paz. No entanto, apenas no século passado começaram a aparecer Sociedades com esse fim. A partir de 1843, lançam-se os congressos internacionais da paz em Londres, mais tarde em Paris, estendendo-se depois a outras cidades europeias. Interrompidos, foram retomados no fim do século e, continuaram até ao início da Primeira Grande Guerra (destacando-se as Conferências de paz de 1899 e 1907). Em 1897, foi instituído o Prémio Nobel da Paz, que contribuiu para a difusão dos ideais pacifistas na opinião pública.

Apesar das deliberações do Congresso da Paz Universal de 1907 em Estugarda e 1912 em Genebra, o movimento pacifista viu fracassar quase 100 anos de actividade em prol da paz, com o deflagrar da Primeira Grande Guerra, em 1914.

⁽¹⁰⁾ Nicolas E. Urbcz, obra citada, pág. 19.

Entre as duas grandes guerras foram criados o Tribunal Internacional de Haia, a Sociedade das Nações e, viu-se realizar o Pacto Briand-Kellog. Este, condena todas as guerras mas não toma nenhum procedimento para castigar aqueles que as desencadeiam, acabando por se limitar, na prática, a ser uma declaração de princípios éticos⁽¹⁾. A Sociedade das Nações não proibiu a guerra como instrumento da política nacional mas, apenas alguns tipos de guerra, prevendo sanções para os Estados membros que a elas recorressem. O Tribunal Internacional de Haia, como o nome indica, destinava-se a arbitrar contendas entre Estados.

Com estas realizações, o movimento pacifista adquiriu um carácter verdadeiramente internacional. Apesar de tudo isto, os pacifistas perderam influência a favor dos belicistas e militaristas e, a Segunda Grande Guerra rebentou.

No fim da Segunda Grande Guerra foi criada a ONU que se pode considerar a continuação da Sociedade das Nações, numa versão melhorada. Consignou-se, uma série de princípios que procuram tornar a actuação da organização mais eficaz. No entanto, a capacidade de veto que cinco países dispõem no seu Conselho de Segurança, a complexidade de interesses e de actores da cena intrnacional, a falta de poder coersivo eficaz, e a saída da resolução dos principais problemas mundiais do seu âmbito, para a esfera bilateral das duas superpotências, têm levado ao fracasso da actuação da ONU na obtenção dos seus fins últimos: a Paz Mundial.

O PACIFISMO NO MUNDO E EM PORTUGAL

Tipos de Pacifismo

Feita a síntese histórica do Pacifismo, bem como das doutrinas filosófico/religiosas que o acompanham vamos analisar e individualizar as suas principais correntes.

As razões pacifistas colhem argumentos num vasto espectro da actividade humana, onde se destacam a religião, a política, a filosofia, a ideologia e até a ecologia. Por isso, se deve falar em Pacifismo no plural, já

(1) Nicolas E. Urbez, obra citada, pág. 14.

que, as suas origens e motivações fazem com que os diferentes movimentos apareçam perfeitamente demarcados uns dos outros.

Assim, consideram-se três grandes grupos quanto às correntes do Pacifismo; Ideológico, Humanista e Economicista.

a. *Pacifismo Ideológico*

Independentemente da sua fonte de inspiração, tem por desiderato eliminar as causas da guerra procurando alcançar um estado de paz permanente, uma vez ultrapassados os factores de antagonismo⁽¹²⁾. Os diferentes pacifismos ideológicos, são unânimes em considerar a Paz como realidade última que deve consagrar a perfeição de uma certa História.

Sendo inicialmente de inspiração religiosa, baseada nos princípios do Evangelho, foi posteriormente invadido pelo Racionalismo, tornando-se pragmático, estimulando os seres humanos na procura da Paz e superando os desentendimentos que geram a guerra, quaisquer que sejam.

Sendo o fim o mesmo, vamos ver como se distinguem, em traços gerais, as diferentes concepções:

- (1) *Pacifismo Liberal*. Baseado na política do Liberalismo, assente nas ideias do individualismo e utilitarismo onde a criação de riqueza está ligada ao agir correctamente, do ponto de vista moral. A guerra é, aqui, tida como transgressão e como triunfo de paixões. Ora, a guerra, através da sua irracionalidade e improdutividade é o oposto da criação de riqueza, pelo que, deverá ser evitada através de negociação entre os Estados. O estado liberal devia garantir aos cidadãos as condições para estes realizarem os seus interesses pessoais (económicos), de modo a conseguirem interesses colectivos.
- (2) *Pacifismo Socialista*. Partindo do princípio de que as causas dos conflitos, se radicam na luta de classes, onde assume relevo a política económica fomentada pela classe dominante. Defende assim, a abolição de classes e dos seus antagonismos, como forma de evitar a guerra.

(12) Maj. Campante de Carvalho, «Breves Reflexões sobre o Pacifismo», pág. 9.

- (3) *Pacifismo Ecológico*. Sustentando que a guerra é corolário de uma economia política, privilegia a busca desenfreada do lucro e da industrialização, a todo o custo, sem se importar com o equilíbrio da Natureza. Maximiliza-se, assim, a produção, o que provoca o consumismo, a poluição e a racionalização do dia-a-dia. Esta teoria, está muito em voga, tendo os seus arautos vido a fazer uma propaganda alarmista dum problema que não deixa de ser real.
- (4) *Pacifismo Feminista*. Advindo de movimentos iniciados na Escandinávia nos finais dos anos 70, tem como pressuposto, que a mulher e o homem, possuem qualidades e virtudes antagónicas. Sendo as das primeiras, fontes de harmonia, vida e paz e, os dos segundos, instrumentos de destruição conflito e morte. A Paz passa assim pela luta entre o homem e a mulher, tentando esta romper a sociedade do passado, dominada pela opressão, alienação e desgraça e impondo as qualidades próprias do seu sexo.

b. *Pacifismo Humanista*

Ao lado das correntes pacifistas de cariz ideológico outras ideias têm germinado. Assim o Pacifismo dito humanista, resulta da repugnância sentida pelo homem ao confrontar-se com os horrores da guerra. Traduz uma reacção sentimental perante a carnificina e os sofrimentos sem conta que a guerra produz. A denúncia deste quadro, foi feita exemplarmente por Bertha Von Sutter, na sua obra «Abaixo as Armas», Prémio Nobel da Paz, em 1905⁽¹³⁾.

A criação da Cruz Vermelha Internacional pode considerar-se fruto deste tipo de pensamento.

Henri Dunant, ao presenciar as cenas horríveis dos feridos abandonados após a batalha de Solferino, travada em 1859, entre Franceses e Austriacos, resolveu fundar a Cruz Vermelha, cuja convenção foi

⁽¹³⁾ Maj. Campante de Carvalho, obra citada, pág. 10.

aprovada em 1864, em Genebra, por delegados de 16 países. Não deixa de ser curioso notar, que grande parte dos quadros da Cruz Vermelha são militares.

c. Pacifismo Economicista

Resulta fundamentalmente da influência de economistas na discussão sobre os problemas da Paz e da Guerra. Visam preservar o património material e técnico da Humanidade, constituindo a guerra exactamente o oposto deste desiderato. Esta teoria assenta numa espécie de razão, custo/eficácia, sendo conhecida a afirmação de Jeremias Bentham, no século XVIII, ao dizer: «As colónias inglesas não valiam o que custavam, pois eram a origem de todos os conflitos».

Esta teoria, recebeu algum impulso nalguns passos da Encíclica «*Labore Exercens*» de João Paulo II, nomeadamente quando se afirma: «Pelo seu trabalho, o Homem entra na posse de um duplo património: o património que pertence a todos os homens sob a forma dos recursos da natureza e o património de quanto foi elaborado por aqueles que o precederam, a partir da base de tais recursos, em primeiro lugar desenvolvendo a técnica, isto é, tornando realidade um conjunto de instrumentos de trabalho cada vez mais aperfeiçoados. Assim, o homem ao trabalhar, aproveita o trabalho de outrém».

A Expansão do fenómeno nos nossos dias

O extraordinário desenvolvimento do número, variedade e potência das armas nucleares teve o efeito de gerar um equilíbrio de terror, criando desde os anos 50, uma dissuasão que tem mantido a Paz (ou se quisermos, tem evitado a «guerra quente»), entre as superpotências, nos últimos 40 anos. Permitindo assim, que o Continente Europeu tenha também ficado imune a guerras no mesmo espaço de tempo.

Este equilíbrio do terror é gerador de medo, pelo lógica do absurdo, poder destruir a Humanidade. Assim, temos assistido a numerosas conversações sobre limitações ou reduções de armamento e a grandes manifestações de carácter pacifista que, chegam ao ponto de defender teses como as de «antes vermelho que morto».

Os grupos ecologistas, conhecidos por «Verdes», passaram a abraçar os ideais do Pacifismo e têm já expressão parlamentar em alguns países. Parece-nos importante neste momento, dizer que o Pacifismo é um fenómeno quase exclusivamente ocidental⁽¹⁴⁾ e maioritariamente europeu. Tem fraca expansão no resto do mundo e, é reprimido nos países de regime totalitário. Apenas o Japão aparece como excepção, dado possuir no seu seio um forte movimento pacifista.

O Pacifismo nos EUA desenvolveu-se extraordinariamente a partir de 1964, em virtude da guerra do Vietname, tendo-se gerado uma opinião pública contrária à guerra, o que prejudicou a posição política e militar dos EUA e apressou a sua retirada do Sudeste Asiático. Tornou a crescer nos anos 80 contra a corrida aos armamentos, tendo a manifestação ocorrido em Nova York, com a presença de cerca de 700 000 pessoas, constituído a maior manifestação política na História dos EUA.

Na Europa desenvolveram-se movimentos pacifistas em muitos países, sendo a RFA o país onde estes atingem maiores proporções⁽¹⁵⁾. Estes movimentos defendem vários princípios e objectivos e, englobam militantes dos quadrantes políticos mais variados. Na Escandinávia, defende-se a desnuclearização da mesma, como objectivo principal; na Holanda existem muitos grupos activos que recebem ajuda das diferentes igrejas, nomeadamente das protestantes; em França ficou célebre o ataque do movimento Greenpeace contra as experiências nucleares francesas, que levou à sabotagem de um navio daquele movimento por agentes franceses. Um pouco por todo o lado, surgem manifestações, as mais variadas, *de carácter pacifista* onde, são atacadas as Instituições Militares, as indústrias de defesa, as indústrias poluentes, as armas atómicas, a corrida aos armamentos, tudo misturado com apelos à paz a todo o custo, ao desarmamento uni-

⁽¹⁴⁾ Quando falamos de Ocidente, queremos referir-nos à Europa Ocidental e América do Norte.

⁽¹⁵⁾ Os pacifistas contam entre 200 000 a 300 000 activistas e o partido dos verdes conseguiu mobilizar até 10 por cento do eleitorado.

lateral, ataques aos valores tradicionais da civilização cristã ocidental e ao «imperialismo» americano. Pode-se, no entanto, considerar como ponto culminante do movimento pacifista, as grandes manifestações que chegaram a mobilizar 2 milhões de pessoas, levadas a cabo em quase todos os países ocidentais, quando a NATO decidiu nos anos 80⁽¹⁶⁾, instalar na Europa os chamados euro-mísseis, na sequência da entrada ao serviço dos mísseis SS-20 soviéticos. Ao contrário, quando estes últimos foram instalados, praticamente nenhuma voz pacifista se ouviu para condenar a sua instalação.

Pelos resultados obtidos, pode-se concluir que os movimentos pacifistas jogaram um papel importante no processo de decisão das democracias ocidentais.

E, apesar do seu objectivo final (não instalação dos mísseis) não ter sido alcançado, conseguiram impôr-se como força de pressão a ter em conta e influenciaram de algum modo, a conduta dos principais partidos políticos, nomeadamente dos de Esquerda.

Em Portugal, o Pacifismo seguiu as ideias dominantes na Europa, mas teve sempre um desenvolvimento muito inferior.

Podemos reportar ao triunfo da Revolução Liberal, em 1834 e sobretudo a partir da regeneração, em 1851 como datas a partir das quais os ideais pacifistas fizeram a sua aparição e se desenvolveram, favorecidos que foram pela influência do liberalismo económico e por algumas correntes socialistas. Alguns escritores realistas do fim do século, donde se destacam Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, nas suas críticas sociais e políticas, atacam as Forças Armadas. Com a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra, ouvem-se algumas vozes contra a participação do País no conflito, mas, estas radicam-se mais em oposição política, que propriamente em ideais pacifistas.

Serão os anarco-sindicalistas que virão a espalhar ideias pacifistas com maior profundidade. Durante o «Estado Novo», nada aparece que valha a pena mencionar como ideal ou manifestação pacifista. Com a guerra do Ultramar, entre 1961 e 1974, alguns milhares de jovens aban-

⁽¹⁶⁾ A decisão da NATO foi tomada em 1979 para os mísseis serem implementados em 83, caso as negociações com a URSS para limitar este tipo de armas falhassem. É interessante reter que, é esta decisão que quase por si só constitui o leitmotiv do surto pacifista dos anos 80.

donaram o país antes de serem chamados às fileiras para cumprirem o serviço militar. Mas, sem embargo de melhor opinião, não nos parece haver fundamentos pacifistas, na origem dessa decisão, salvo raras excepções. Nada organizado despontou.

Apenas a partir do fim da década de 70, começaram a aparecer pequenas manifestações, artigos de opinião, etc. Algumas destas exteriorizações andam ligadas a movimentos ecológicos, existindo um pequeno partido — «Os Verdes». Como organização, destacam-se o «Movimento para a Paz e Cooperação» de carácter fortemente ideológico e a «Arca», de carácter religioso. A partir dos anos 80, deu-se uma tentativa de apropriação dos grupos e ideias pacifistas por parte de alguns partidos políticos.

A defesa do Pacifismo

O Pacifismo reflectia na sua génese a preocupação convicta e sincera em eliminar o que se julgava ser as causas da guerra. Os pacifistas desejam a paz em todas as circunstâncias e a qualquer preço, passando por cima de eventuais injustiças, pois afirmam o uso da força, como intrinsecamente reprovável. Jamais a destruição, a dor, toda a espécie de sofrimento e horrores que acompanham a guerra seriam compensados por qualquer vantagem moral ou material obtida.

Argumenta-se:

- A guerra é sempre imoral e ilegítima;
- A guerra é sempre um crime contra a Humanidade;
- A guerra de modo algum serve a qualquer Homem para atingir os fins a que se propõe.

Assim, o autêntico Pacifismo, distingue-se pela:

- Condenação total da guerra, independentemente dos motivos e causas que a originam;
- Recusa total do recurso à força, mesmo em autodefesa, como afirmação de direitos usurpados, ou como meio de reparar injustiças, violências ou agressões;
- Condenação e repulsa de qualquer forma de serviço militar, mesmo dos serviços auxiliares.

O Pacifismo constitui-se assim, numa atitude absoluta e que só fará sentido se tiver um carácter universal.

São seus defensores, numerosos filósofos, escritores, cientistas, destacando-se: Erasmo, Voltaire, Kant, Pascal, Bossuet, Tolstoi, Ghandi, Saint Pierre, Vítor Hugo, Rousseau, Einstein, Edward Grubb, Bertrand Russel, entre outros.

Reproduzimos como exemplo, dois pequenos excertos de índole pacifista, de dois autores separados por muitos séculos:

«Aquele que dá morte a um seu semelhante é castigado como um criminoso. Mas assassinaí milhares de homens, inundai a terra de sangue, infectai os rios de cadáveres, e dar-vos-ão um lugar no Olimpo» (Lactâncio).

«A fome instruiu os bárbaros na prática de matar, impeliu-os às guerras, às invasões. Os povos civilizados são como cães de caça. Um instinto corrompido excita-os a destruir sem preceito nem razão.

A explicação absurda das guerras modernas chama-se interesse dinástico, nacionalidade, equilíbrio europeu, honra. Este último motivo é, talvez, o mais extravagante de todos; porque não há povo no mundo que não esteja manchado por todos os crimes e coberto de todas as vergonhas. Não há nenhum, que não tenha sofrido todas as humilhações que a fortuna seja capaz de infligir a um miserável rebanho de homens. E se, todavia, ainda subsiste uma honra nos povos, que estranha maneira de sustentá-la vem a ser essa de fazer a guerra, isto é, de cometer todos os crimes pelos quais uma particular se desonra: incêndio, rapina, violação, morte?» (Anatole France⁽¹⁷⁾).

A crítica do Pacifismo

A partir de uma permissa correcta e de grande impacto emocional — «a guerra é um mal», desenvolve-se toda uma doutrina para sustentar a Paz, ou a ausência de guerra, a todo o custo. O Pacifismo vê a Paz sem condições. E daí deriva o principal óbice à sua aceitação, dado que, apesar

(17) P.^o Cupertino, obra citada, pág. VI/13.

de não oferecer grande controvérsia, afirmar-se que a guerra é um mal, difícil se torna sustentar, que esse mal não seja por vezes justificável. A paz seria assim um bem absoluto que ninguém poderia perturbar em circunstância alguma. Tal não se verifica, como se sabe.

Acresce que, este tipo de política e paz, pode abrir o caminho aos menos bem intencionados e, facilitar o papel dos potenciais agressores.

A política das democracias ocidentais no período que antecedeu a Segunda Grande Guerra, foi um bom exemplo disso.

A Paz sem Direito, não é Paz. A Paz na injustiça, é opressão. Defender o pacifismo absoluto é regredir na História da Humanidade, é tornar a instituir a escravatura, quiçá com formas encapotadas; é tornar a susseguir sobre indivíduos e povos possível, é não ter em conta o longo e penoso caminho já percorrido na senda de melhorar os Direitos Humanos e o Direito Internacional.

Os pacifistas são, por vezes, utópicos ao reclamarem a abolição dos exércitos e das polícias, como se os problemas, os conflitos e a psicopatologia individual e social pudessem deixar de existir de um momento para o outro, por artes mágicas.

René Naurois em «Equivokes pacifistes et objecteurs de conscience», «Guerre et Paix» pág. 267, ajuda-nos a entender isto um pouco melhor⁽¹⁸⁾ «se se trata essencialmente e absolutamente de não matar, de preferir morrer, este princípio não pode funcionar somente em relação ao inimigo exterior, ao que se apresenta sob o uniforme de um exército inimigo. Como parece indiscutível, deverá valer igualmente face ao inimigo interior: ladrão ou assassino. Que motivo, com efeito, haveria de explicar que não opusessemos resistência a tropas que invadem o nosso território, violam as nossas mulheres, torturam os nossos velhos pais, nos atiram a nós mesmos para campos de concentração ou se apoderam dos corpos e das almas dos nossos filhos, e ao mesmo tempo resistíssemos ao energúmeno ou ao gangster que se limita a assassinar ou a roubar determinados indivíduos?

Por uma estranha incongruência, a maior parte dos pacifistas omite esta implicação, não obstante, inevitável, dos princípios que defendem. Naturalmente porque não reparam nela. Entretanto, não é possível escapar a esta alternativa: «ou não é lícita nenhuma defesa pelas armas, nem contra

(18) P. Cupertino, obra citada, pág. VI/14.

o gangster nem contra o invasor estrangeiro, ou então, se se admite uma excepção, se é lícita a defesa contra o inimigo interior, é a ideia do pacifismo que fica inutilizada desde o próprio momento em que se formula».

Mas, dizemos nós, se por absurdo ou convicção profunda haja alguém que se recuse a usar a violência em todas as circunstâncias e, que por isso, permita a morte de outrém e/ou a sua própria, o que ganhou com isso? que semente conta deixar para o futuro?

Será que a atitude algo pacifista dos Dinamarqueses, durante a ocupação alemã na Segunda Grande Guerra, iria fazer com que estes libertassem o país caso não tivessem perdido a luta a favor dos aliados? Quantas guerras é que os pacifistas já evitaram?

O Pacifismo pode ainda provocar o aparecimento ou reforço de militarismos, já que faz com que o desejo de paz seja confundido com cobardia, com renúncia, com abdicação de legítima defesa. Por outro lado, podem provocar alguma corrida aos armamentos, como compensação, em governos que vêm diminuir a sua capacidade de resistência pela falta de vontade de lutar de parte dos seus cidadãos. A maneira insidiosa como o pacifismo se afirma e corrói o espírito de defesa da população, pode fazer baixar perigosamente, o limiar de segurança, sendo assim um convite à intervenção de estados menos escrupulosos em relação à Moral e ao Direito.

Em conclusão, podemos afirmar, à luz dos ensinamentos da História, do conhecimento humano e da forma como as relações internacionais se exercem, que a Paz absoluta e universal, é, ainda, uma utopia. O Pacifismo não contribuiu na prática para evitar as guerras, e falseia a realidade ao defender que toda e qualquer guerra é ilegítima.

O PACIFISMO E A ESTRATÉGIA INDIRECTA

Como vimos, os movimentos pacifistas são, em geral, essencialmente heterogêneos e os seus argumentos os mais variados. Mas, ao longo da História nunca apareceram ligados, de uma forma organizada, aos adversários de momento ou serviram de correias de transmissão, ou de «quintas colunas», a organização ou estados, em conflito. Os manuais sobre estratégia indirecta, melhor ou pior organizados, desde que Sun Tsu escreveu a «Arte da Guerra», 3 a 4 séculos antes de Cristo, ainda não continham

o pacifismo como uma das «armas» a utilizar. Apenas nos últimos vinte anos, o pacifismo aparece como a apropriação abusiva e preversa do capital emocional gerado pela justeza moral das tentativas de alcançar a paz, sendo canalizado para servir os interesses político/ideológicos de uma superpotência, neste caso a União Soviética. Não se defende, nem se afirma, contudo, que todos os grupos pacifistas existentes, são controlados pela URSS ou por outra qualquer potência — muitos deles são independentes e alguns de cariz católico — mas sim, realçar o que é evidente, no que toca ao investimento que o bloco comunista (Pacto de Varsóvia) tem feito no movimento pacifista Ocidental em termos financeiros, estruturais e ideológicos, e a figura de «ingénuos úteis», que a grande maioria dos grupos não controlados directamente, passa por fazer nos últimos tempos. Assim, por exemplo, os movimentos pacifistas da França, Itália e RFA⁽¹⁹⁾, são controlados directamente pelos partidos comunistas, em bora no último caso, o controle não seja total, incidindo maioritariamente na sua estrutura central⁽²⁰⁾.

Mas, para percebermos porque chegámos a um tal ponto, é mister analisar as causas.

Considera-se Hiroshima o facto mais recuado a que temos que recorrer. Tal se torna necessário, por ela ser um marco de uma nova era — a nuclear — tendo esta despontado, para fins militares, sob a forma de uma bomba atómica. Esta possuía ainda, uma outra característica até então inédita: era uma arma absoluta, isto é, por si só, podia resolver um conflito, nada havendo que lhe fizesse frente. Desde Hiroshima, no entanto, o armamento nuclear jamais parou de crescer. Por um breve espaço de tempo pareceu ao Mundo que os EUA poderiam implantar a paz (apesar de ser a *sua* paz), já que não havia poder no Universo capaz de lhes fazer frente. Esta ideia cedo se desvaneceu, pois a URSS não perdeu tempo a fazer rebentar a sua bomba. A escalada desencadeou-se, havendo até hoje

⁽¹⁹⁾ Kaltefleiter, Werner — «The Peace Movements in Europe & USA».

⁽²⁰⁾ O movimento pacifista na RFA está organizado em três círculos. O círculo Central está dividido em dois grupos: os idealistas e os convictos. Este círculo é constituído por cerca de 20 000 activistas, mas a organização é dominada pelos comunistas. O círculo seguinte é constituído por 200 a 300 mil pessoas, que são as mobilizadas para demonstrações e outras actividades. O último círculo é constituído por aqueles que dão o seu voto a um partido que defenda ou se constitua como pacifista. No caso Alemão tal é consubstanciado nos verdes, que podem recolher até 10 por cento do eleitorado.

duas preocupações constantes: garantir a dissuasão e, obter se possível uma superioridade em dado momento, que permitisse um ataque suficientemente devastador que destruísse as armas inimigas, impedindo o adversário de retaliar e garantindo assim a vitória.

A dissuasão foi sendo mantida, primeiro pela destruição mútua assegurada (MAD), o que provocou uma autêntica corrida aos armamentos e, mais tarde, com o crescimento dos arsenais convencionais, através da doutrina da resposta flexível. Esta mudança, deveu-se ao desequilíbrio favorável ao Pacto de Varsóvia, no campo das armas convencionais e à introdução das armas nucleares táticas. A resposta a um ataque seria assim, graduada: convencional, nuclear tática e nuclear estratégica, tentando-se manter sempre o conflito ao nível mais baixo possível. Dentro das armas nucleares táticas, apareceu a bomba de neutrões, que matava as pessoas mas poupava o equipamento, logo apelidada de bomba capitalista, e as armas nucleares de teatro (TNF) com alcance entre 800 e 6400 km. Podem-se considerar TNF, os mísseis soviéticos SS4, SS20 e 21. São também TNF os Pershing II e os mísseis de cruzeiro (da NATO). Pelos acordos SALT de 1972, os EUA e a URSS acordaram em limitar as armas estratégicas. No entanto o facto do termo «estratégico» não ter o mesmo significado para cada uma das superpotências⁽²¹⁾, fez nascer as Conversações de Genebra para renovar os acordos SALT, que se têm arrastado num diálogo de surdos, até terminarem, este ano, sem resultados práticos. Paralelamente e, no seguimento da invasão da Checoslováquia em 1968, decidiu-se fazer uma conferência para a segurança e cooperação Europeia, que teve lugar em Helsínquia, entre 1973-75.

É porém, a instalação dos mísseis soviéticos SS-20, cujo alcance político estratégico e militar, vai obrigar o Ocidente a dar uma resposta. Efetivamente, os SS-20 colocavam a Europa Ocidental perante uma ameaça para a qual não havia resposta adequada, ao mesmo tempo que introduziam uma «cunha» na solidariedade Atlântica, ao provocar uma eventual separação entre a Europa e a América do Norte. A NATO decidiu assim em Dezembro de 1979, a instalação dos Pershing II e dos mísseis de cru-

(21) Para os EUA as armas estratégicas são as inseridas no conceito de destruição mútua assegurada (MA), enquanto os soviéticos consideram estratégicas todas as armas que possam atingir o seu território.

zeiro em alguns países da Europa Ocidental, em 1983. Foi esta decisão que permitiu aos soviéticos tentar manipular a opinião pública europeia e desencadear manifestações pacifistas de grande envergadura. As conversações de Genebra continuavam no claro intuito, não de se chegar a conclusões válidas, mas, no sentido de tirar devidos «propagandísticos». A ofensiva foi total, e o objectivo último era impedir que os mísseis cruzado e Pershing ⁽²²⁾, fossem instalados. Como se sabe, a solidariedade «Atlântica» manteve-se, os mísseis foram instalados — não sem problemas — e o furor pacifista amainou.

A invasão do Afeganistão, o crescente envolvimento soviético em várias partes do mundo, nomeadamente em Angola, na Nicarágua e na Etiópia, e os acontecimentos na Polónia centrados no «Solidariedade», fizeram desertar muitos dos apoiantes ou simpatizantes dos movimentos pacifistas, ou no mínimo, obrigou-os a repensar as suas acções. Finalmente, a iniciativa de defesa estratégica (SDI) do presidente Reagan e a ascensão ao poder da nova liderança soviética que, numa audaciosa e bem estruturada política, fez mudar, pelo menos aparentemente, todo o comportamento político/estratégico, tanto a nível interno como sobretudo, a nível externo, do Estado Soviético, veio culminar na Cimeira de Reiquiavik, a partir da qual se dá um desanuviamento das relações Leste-Oeste. As reacções dos movimentos pacifistas irão certamente ser contingentes ao evoluir da situação, sendo de prever um contínuo ataque às instituições militares, agora com o argumento da sua inutilidade dada a nova era e a nova «detente». Esta ofensiva, que já se vislumbra no horizonte, a avaliar pelo que se passa na RFA, será tanto mais forte e mais perigosa, quanto as cabeças instaladas no Kremlin conseguirem persuadir a opinião pública Ocidental do esbatimento da ameaça.

Como se manifesta e no que assenta a Estratégia Indirecta. Em termos estratégicos diz-se que a ameaça é igual ao produto da capacidade pela intenção ($a=C \times I$), enquanto que o potencial relativo é igual à potenciação dos factores materiais ou tangíveis e das forças anímicas ou intangíveis ($P=FM \times FA$). Ora, exercendo propaganda e outros tipos de acção psicológica pode-se lançar uma «cortina de fumo» sobre as intenções (I), obscurecendo os propósitos ou camuflando-os, ao mesmo tempo que se actua

(22) Que, por ex., disparados da RFA atingiam solo soviético em 6 minutos.

sobre a vontade de lutar do adversário, minando-lhe a coesão e abrindo brechas nas certezas dos ideais a defender. Não sendo possível impedir a obtenção dos recursos materiais, neste caso armamentos, há que incidir a acção sobre a consciência de quem os vai manusear e na orientação da opinião pública no sentido de contestar, ou de não apoiar determinadas políticas entendidas como não favoráveis. Estas acções, geralmente apresentadas de um modo deceptivo e atraente, podem desequilibrar o potencial relativo das forças em presença e ser até decisivas, já que, como o poder de um Estado ou de uma Aliança é um produto, basta que um dos factores seja zero para que o produto final seja nulo. A luta travada tem sido desigual, já que o Pacto de Varsóvia não tolera qualquer tipo de movimento pacifista dentro dos seus territórios, enquanto o encoraja no Ocidente, tentando colocar o prato da balança a seu favor. Por outro lado, o Ocidente, dado o tipo de sociedade aberta, liberal e democrática que estabeleceu, não o pode reprimir pela força, ao mesmo tempo que tem «escrúpulos» em fomentar movimentos semelhantes no seio do adversário.

Em termos gerais, e deixando de lado algumas peculiaridades nacionais e apesar das diferentes origens históricas, os movimentos pacifistas na Europa afinaram o seu diapasão contra a decisão da NATO de 79 em instalar os mísseis Pershing II e Cruise. Eis, outras propostas/exigências do movimento pacifista:

- Congelamento das armas nucleares. Pretende-se com isto evitar tanto a modernização das armas como a colocação de mais armas na Europa. Note-se que isto aconteceu numa altura em que a URSS ia à frente dos EUA, em alguns sistemas.
- Zonas livres de armas nucleares. O problema aqui, reside no facto destas zonas não se estenderem ao local de lançamento dos mísseis apontados à zona a desnuclearizar...
- A conversão dos gastos militares noutras formas de investimento. É claro que esta medida merece logo o aplauso de muitos acólitos e é tentadora para o público. Só que, nunca se diz que a URSS também deveria fazer as mesmas reduções. Tal é julgado desnecessário dado pensar-se que o desarmamento unilateral irá mudar o clima internacional, oferecer mais segurança à URSS e por esta

via fazer com que ela siga o exemplo. É curioso notar como esta posição revela no mínimo, a influência intelectual exercida na liderança do movimento pacifista, pela URSS.

Vistos que foram, os principais temas pelos quais os pacifistas se bateram, nas duas últimas décadas e a orientação seguida no sentido de minar a vontade de defesa do Ocidente, vamos analisar as variáveis comuns que ajudam a explicar o crescimento do movimento pacifista em fins dos anos 70.

Os estudos efectuados revelaram que a maioria dos movimentos tiveram a sua origem fora das estruturas partidárias. No entanto, tiveram forte impacto nas posições dos partidos, quando não tomaram conta dessas mesmas posições. Por outro lado, um movimento pacifista tem, aparentemente, maiores hipóteses de se tornar importante num país onde haja muitos partidos ou num país que tenha dado particular ênfase a um movimento desse tipo. O impacto das tecnologias avançadas da sociedade de consumo é também importante.

Alguns analistas chamam a este fenómeno a era pós industrial. Ora, dizer isto, é sugerir que há um declínio no suporte das instituições sociais e políticas existentes, nessas sociedades. Este fenómeno é mais alargado através do ataque ao industrialismo e do refrão «pequeno é bonito» (*small is beautiful*, no original). O impacto dos «médias» electrónicos, tem uma tremenda importância, pois permite uma comunicação instantânea para todo o lado com uma capacidade superior de, «formadora» de opinião. Assim, qualquer manifestação pacifista é imediatamente transmitida, resultando um efeito ampliado do seu verdadeiro valor.

Existe ainda um fenómeno nesta estrutura de comunicação: é o de favorecer minorias que usam métodos pouco ortodoxos. Aplica-se rigorosamente a frase de Mark Twain — «se um cão morde um homem, isso não é notícia, mas, se um homem morde um cão, isso é notícia». A acção das igrejas deve também ser considerada. Existe uma tendência nos países de maioria protestante para haver oposição à política de dissuasão, já que é vista como imoral. A maneira como as diferentes igrejas intervêm em assuntos políticos e, a maior ou menor secularização da sociedade,

também se encontram ligadas a esta temática, podendo a secularização da sociedade poder aumentar a secularização da igreja⁽²³⁾.

A quebra de consenso na política de defesa em vários países é também importante para a análise dos movimentos pacifistas e, em termos partidários, existe tendência para os partidos de esquerda se defenderem dos partidos de extrema esquerda, no sentido de não perderem votos e assim poderem ter que mostrar maior «maleabilidade» nas doutrinas pacifistas. É o caso dos Partidos Trabalhista Inglês, Democrático Americano e dos Sociais Democratas da Europa do Norte.

Um outro tópico comum é o anti-americanismo, que alastra nos movimentos pacifista. Tal, é provavelmente derivado da dependência, em termos de defesa, da Europa, antigo centro político do Universo, face aos EUA; da guerra do Vietnam; do facto dos EUA funcionarem como símbolo das sociedades que são muito competitivas e orientadas para o lucro. Assim, os EUA aparecem como um tipo de sociedade que é rejeitada por muitos grupos, como por ex. pelos Verdes, na RFA. Finalmente, existem dois pontos que merecem bastante atenção e que estão directamente ligados à estratégia indirecta. O primeiro, tem a ver com o facto dos movimentos analisados se terem desenvolvido paralelamente ao aumento do poder militar soviético, e à prossecução da política de detente no Ocidente. Isto é, a URSS construía SS-20 e a Europa Ocidental criava movimentos pacifistas. No entanto, é injusto apenas criticar os pacifistas. Os Governos da Europa Ocidental tinham o dever de se aperceber da política de projecção de poder realizado pelos soviéticos. Esta política foi ignorada e insistiu-se na detente e no controle dos armamentos.

Durante estes anos, os políticos ocidentais, auxiliados pelos «média», trataram a URSS como uma potência sem ambições expansionistas, com problemas internos graves e com desejo a uma coexistência pacífica.

Por último, apareceu também dos dois lados do Atlântico, uma tendência para dar o benefício da dúvida aos soviéticos, concedendo-lhes as melhores intenções, enquanto que o contrário era imputado aos EUA.

Uma análise sociológica revelou ainda que a maior parte das pessoas que passaram a militar nos movimentos pacifistas eram jovens, dos mais bem educados, oriundos das profissões terciárias, e pertencentes à classe

(23) Os movimentos pacifistas são fracos nos países de maioria católica do Sul da Europa.

média. A alta classe média, tanto na Europa como nos EUA, é em grande parte contra o nuclear ⁽²⁴⁾.

Os métodos usados pelas pessoas que servem os movimentos pacifistas são não convencionais e vão desde as demonstrações, acampamentos de paz frente a objectivos, cadeias humanas, bloqueamento de ruas, edifícios públicos ou quartéis, festivais pop para a paz, aos abaixo assinados, greves pacíficas, etc., tudo misturado com muita cor, muito «folclore» e muito espalhafato.

De como o pacifismo pode contribuir para o oposto do que defende. As agressões, desencadeadores de conflitos sangrentos, sempre se deram ao longo da História, quando uma entidade política presumia, errada ou acertadamente, que possuía um potencial favorável sobre o(s) inimigo(s), o que lhe permitiria impôr a sua vontade, atingindo os seus objectivos com custos aceitáveis. Quando este desequilíbrio não é sentido por nenhum dos contendores, a guerra não estala (estratégia directa ou guerra quente), independentemente dos pontos conflituais poderem continuar latentes e, a ser «tratados» por outras vias: diplomáticas, psicológicas, económicas, culturais, políticas, etc. — estratégia indirecta ou guerra fria. Podemos então dizer que, este equilíbrio de potencial e o medo das represálias gera a dissuasão e, esta, mantém a paz ou no mínimo evita a guerra.

Ora, os pacifistas, não têm nada disto em conta. Não possuem preocupações de segurança — o que é bem patente hoje em dia no que se passa em relação ao Ocidente — e, baseiam o seu raciocínio em esperanças e desejos e não em dados concretos, como por exemplo a justiça e o comportamento da URSS em termos de relações exteriores. Pensar o pior e fazer cálculos racionais, é coisa que não lhes passa pela cabeça. Actuam como se o bom senso estivesse ausente do seu julgamento.

Vejamos o que os pacifistas conseguiram neste século para evitar a guerra. Antes da Primeira Grande Guerra, culminando quase um século de intensa propaganda pacifista, nomeadamente no fim do século XIX e princípio do XX, havia ainda uma certa esperança de evitar a guerra através dos ideais socialistas e da criação das «internacionais», que procuravam estender uma espécie de lealdade horizontal entre as massas trabalhadoras e proletarizadas. A racional era simples: estando os operários

⁽²⁴⁾ Kaltefleiter, Werner — The peace movements ..., pág. 195.

irmanados por uma ideologia comum e pelo espírito de classe, não se iriam guerrear uns aos outros. Nada disto resultou, a guerra rebentou e todos os mitos caíram, já que o operariado de todo o mundo obedeceu aos seus governos e bateu-se ferozmente. Em 1918, há um novo surto de pacifismo, derivado das calamidades e asneiras da Primeira Grande Guerra e do militarismo que triunfou sobre as propostas de paz.

Este pacifismo manteve-se entre as duas Guerras. Mesmo depois de Hitler subir ao poder, os pacifistas continuaram a advogar o desarmamento e a segurança colectiva contra a agressão. Existiu até a situação embaçosa de Bertrand Russell apelando ao desarmamento e à objecção de consciência nos anos 30 e, mudando de opinião em 1940, exortava os seus compatriotas a resistir a Hitler⁽²⁵⁾. (Se o tivessem ouvido não teriam agora nada para resistir ...).

A ideia da Sociedade das Nações poder ser a garantia da segurança colectiva, foi mais um equívoco pacifista. Mas, simultaneamente, não se coibiram de atacar as instituições militares.

Os apelos pacifistas, caíram, todos em saco roto e, a guerra estalou novamente. Eis aqui, um perigo do pacifismo: ao suscitarem quebras na defesa, tanto moral como espiritual dos povos, ao proporem utopias, ao promoverem abdicação da legítima defesa etc., podem levar ao exarcebar do militarismo, como reacção aos efeitos deletérios da acção daquele.

Por outro lado, o que é que os pacifistas fizeram para se opôr às principais correntes filosóficas que dominaram a ideologia europeia nos últimos cem anos (pangermanismo, paneslavismo, panhelenismo, panislamismo, panarabismo, pantomanismo, etc.), todas elas carregadas de carácter ofensivo e, tendo no activo muitos massacres, genocídios, recolocação de populações etc.? Poder-se-á dizer que nada! (26).

O único que trouxe uma filosofia com alguma eficácia foi Ghandi — doutrina da não violência —.

No entanto, tal doutrina deu apenas resultado em relação à Inglaterra (que já não era um imperialismo novo e começava a duvidar da sua missão) e no caso específico da independência da Índia. Não deixa de ser curioso notar que, logo que, esta se verifica, há um volte face na atitude de

(25) Cranston, Robert, *pacifism as an ideology*, pág. 55.

(26) Bouthoul, Gaston. «Lettre ouvert aux pacifistes», pág. 97.

Ghandi, que pressionou Nerhu a opôr-se pela força à independência do Paquistão. Estas «contradições», voltaram a dar frutos em 1972, com as atrocidades cometidas em Bengala. Isto para já não falar, no colégio fundado por Ghandi onde hoje em dia os jovens alunos fazem exercícios de metralhadora em punho! (27).

Desde 1945, o Pacifismo tem mantido uma forma virulenta e visível, especialmente a favor do desarmamento nuclear unilateral e contra a corrida aos armamentos. Há alguns aspectos curiosos e perigosos em tudo isto. A condenação das armas nucleares não é acompanhada de igual condenação do armamento convencional, ora o que propõem na prática, é que estejamos meio armados, que se ponham de lado algumas armas. Um estado meio armado só tem força para convidar à agressão. Esquece-se por outro lado que, apesar das armas nucleares, não há guerra na Europa há 40 anos, enquanto que dezenas de conflitos têm ensanguentado o mundo (28) sem nunca a arma nuclear ter sido usada. O problema dos armamentos é também secundário. Não que seja dispiciendo, os países do Terceiro Mundo gastam, anualmente, na defesa, mais do que o orçamento da saúde e educação juntos (29). Mas, o ponto que queremos realçar é que não são as armas por si só que causam a destruição. Os grandes massacres da História (por ex. Gengis Khan e Tamerlão) foram feitos com arcos, flechas e espadas. Na Segunda Grande Guerra, a maioria das vítimas foi causada, não pelas armas, mas sim, pela fome, frio, epidemias e deportações. O genocídio não precisa de armas.

As armas podem servir para massacres mas, podem manter-se numa virtualidade não utilizada. É sempre o Homem que mata e não o instrumento.

Assim, e em síntese, podemos dizer pela boca de Raoult Girardet que, «os sucessos pacifistas ao enfraquecerem a capacidade de resistência das sociedades ocidentais, podem precipitar os riscos de guerra em vez de os evitar» e, que num período de crise é muito difícil saber onde acaba o pacifismo e onde começa o «entreguismo». O Pacifismo é o pior inimigo da paz: obstina-se em acreditar que a guerra é unicamente um problema

(27) Bouthoul, Gaston, obra citada, pág. 98.

(28) De 1945 a 1983 as guerras fizeram 4,5 milhões de vítimas (10 milhões se contarmos com os massacres da independência Indiana.

(29) Mais concretamente 77 estados, dados de 1971.

de bons sentimentos e que, a paz e a guerra, dependem apenas a nossa boa vontade. Basta demonstrar o nosso horror à guerra para que ela desapareça!

O Pacifismo pela sua natureza actual, apresenta-se como um elemento desequilibrador do potencial relativo, o que pode provocar uma brecha na dissuasão e, assim, provocar a guerra.

CONCLUSÕES

Ilacões

Velha como o homem é a guerra, brotando no coração de Caím da semente do pecado de seus pais. Todas as formas de violência que houve, há; e nenhum mal pertence definitivamente ao passado⁽³⁰⁾.

O que esta frase quer dizer é que a guerra é o fenómeno social que mais de perto tem acompanhado a vida da humanidade e que não se vislumbra a sua erradicação da face da terra. O centro do fenómeno é o homem.

Todas as doutrinas que ao longo da história tentaram eliminar a guerra e instaurar a paz, têm falhado. Podemos agrupá-las todas no termo *Pacifismos*. A própria igreja, cujos primeiros cristãos professavam um Pacifismo absoluto e literal, veio sempre a actualizar a sua doutrina no sentido de harmonizar o melhor possível a necessidade de proteger o bem comum e os «homens bons», da agressividade e imoralidade dos que praticam a violência desproporcionada, com a necessidade de achar formas para acabar com esta violência. Tem sido um papel sobretudo humanizador e definidor da legitimidade, ou não, do conflito.

A certa altura os pacifistas defenderam que as guerras de religião tinham acabado e como tal, todas as guerras entre estados nacionais também deveriam acabar. O raciocínio era simplista: dado que são as nações independentes que se batem, não há mais do que suprimir as nações! (e isto quando nos anos 60 e 70 se criaram 50 novos estados nações!)

(30) Seabra, João, «Os cristãos face à violência», Revista *Communio*, pág. 559.

Como explicam os pacifistas as guerras civis? Quanto ao fim das guerras religiosas basta lembrarmos-nos da Irlanda do Norte, da Argélia, do Biafra, da guerra Indo/paquistanesa e da recentíssima guerra Irão/Iraque, para vermos como o argumento citado, não tem o mínimo fundamento.

Todas as teses racionalistas, humanistas, economicistas, de carácter político, etc., onde o Pacifismo colheu argumentos, não conseguiram evitar nenhum conflito, nem tão pouco conseguiram ser contraponto eficaz a belicismos, militarismos e nacionalismos exarcebados. A internacionalização do movimento pacifista iniciado no século passado, também não obteve frutos apreciáveis neste âmbito, (evitar qualquer guerra). Ao contrário, as guerras nos últimos 200 anos tem tido tendência para se alargar, para não deixarem qualquer elemento da população imune a elas, para ultrapassarem continentes, para aumentarem as implicações no espaço e no tempo e para serem mais mortíferas. Já houve duas guerras de carácter mundial e a iniciativa estratégica de defesa, do presidente Reagan (guerra das estrelas), pode indiciar que a terra já não será suficiente para confinar os conflitos. E, tudo isso, apesar de se tentar pôr de pé ao longo dos tempos várias instituições internacionais com fim de regular pela via pacífica as contendas entre os Estados.

A via do desarmamento também não tem dado os resultados esperados. A primeira tentativa que se conhece, remonta ao Concílio de Latrão em 1139. Neste Concílio foi proibido o uso da «besta», com excepção da luta contra os infiéis, por «ser odiosa aos olhos de Deus e não conveniente aos cristãos». Como se sabe esta proibição não teve efeitos práticos nem foi cumprida. Nada, desde então, se deu nesta matéria que mereça realce. Apenas neste século, em 1948 se voltou a dar um passo, no mínimo, interessante. Tratou-se do plano Baruch, que previa a entrega dos planos secretos da fabricação da arma atómica às Nações Unidas para ficarem à sua guarda, e assim impedir a sua proliferação. A URSS opôs-se, e logo nesse ano fez a sua primeira explosão.

Na década de 70 iniciaram-se novas conversações sobre limitações de armamento, Salt 1 e 2, MBFR em Viena, etc., com poucos resultados no seu activo. Só as muito recentes reduções em armas nucleares de teatro, na sequência do acordo de Reiquiavik de 1988, podem constituir algum sinal de esperança.

A dissuasão tem sido até à actualidade o único meio eficaz para evitar a deflagração de conflitos directos e é responsável pela paz na Europa desde 1945, isto é um facto e tem já provas dadas: uma guerra fria e três crises, duas de Berlim e a dos mísseis de Cuba.

A dissuasão tem assim, impedido a solução dos antagonismos pela via quente, isto é, armada. Houve então, que procurar um outro meio para se fazer desequilibrar os pratos da balança a favor de um dos contendores. É assim que o bloco de leste deita mão da estratégia indirecta e usa o Pacifismo como uma das suas armas. Ele não cria o Pacifismo, mas ele o manipula. Quem participa na campanha contra os «pershing», mesmo que dê a impressão de combater os «SS-20», desarma a NATO. E, quando se olha para as intenções é preciso ter em conta a resposta, por ex., às seguintes perguntas: Em qual das grandes potências é que a juventude está totalmente militarizada?⁽³¹⁾, em qual delas o orçamento da defesa aumenta há muito, 3 a 5 por cento cada ano, seja qual for o nível de vida da população?; em qual delas é que os indivíduos podem exprimir livremente os seus sentimentos, mesmo em desacordo com as doutrinas do Estado?; qual dos poderes a leste ou a oeste é afectado pelo movimento pacifista?; será que os pacifistas recusam qualquer força militar ou só as armas nucleares? etc. É tudo isto e muito mais, que é preciso ter o bom senso de ter presente e de saber responder correctamente.

O Pacifismo actual é uma forma de obscurantismo. Na ilusão de tocar as masas e de obter a unanimidade, mantêm-se no nível mais baixo da inteligência e entrega-se a ilusões arcaicas. De todos os pensamentos resta um válido: detestarem a guerra. Mas esse sentimento é um ponto de partida e um objectivo, mas não dizem nem sabem como se chega lá. Só apresentaram até hoje soluções ilusórias e nos últimos 30 anos, limitaram-se a desenhar pombas e a assinar apelos. Podem ser até, o maior obstáculo à paz, pois projectam a ilusão, que chega propagar sentimentos idílicos e imaginarem-se puros e certos.

Hoje em dia, atacam-se as armas nucleares. São efectivamente as mais destruidores e aterrorizantes. Mas duvida-se que os terrores e furores dos pacifistas alterem seja o que for. No entanto, a arma atómica tem sido efectivamente dissuasora (pela 1.ª vez na história). Os pacifistas optaram

(31) Aron, Raymond, «O ardil do pacifismo», Revista Baluarte 5/83.

pelo desarmamento. Já. Por decreto. Se preciso, unilateralmente. Para dar o exemplo. Mas, a «Paz», como afirmou Paulo VI, «não sendo repressão também não é acomodação pelo medo». A verdadeira Paz não pode alicerçar-se na anarquia, na violência, no desrespeito pela pessoa humana, na escravização do homem pelo homem, na agressão sob todas as formas, nem na violação sistemática das normas necessárias à vida em sociedade.

Merecem meditação, em jeito de conclusão, as palavras de Eurico Veríssimo: «olhai os lírios do campo». Sim, é um belo programa de vida. Outra coisa não queria eu fazer senão viver vida despreocupada de paixões e bens mundanos. Andar por aí ao acaso, sem cuidados, a trocar sorrisos e gestos de bondade com outras criaturas. Mas isso é um sonho. Enquanto olhamos os lírios desarmados e inermes, os lobos vêm e nos devoram... Odeio a violência, mas como não exercê-la contra aqueles que não conhecem outros meios senão os da agressão e da brutalidade?»⁽³²⁾.

Considerações finais

Uma humanidade sem conflitos existe, mas nos cemitérios. Todos os regimes políticos e económicos, todas as religiões, todas as civilizações actuais ou passadas, têm uma coisa em comum: fazem a guerra⁽³³⁾. E, se alguma dúvida houvesse, bastaria olhar para o que se passa nos países do terceiro mundo, nomeadamente naqueles que há poucos anos ascenderam à independência: a democracia fazendo parte dos projectos políticos (teóricos) de quase todos, não existe em quase nenhuns. A maioria possui feroces ditaduras. O tribalismo renasceu. As guerras civis e golpes de estado são constantes. Os conflitos com estados vizinhos idem, etc.. A descolonização, tema tão caro ao bloco de leste, (e também a algumas democracias ocidentais), como forma de aumentar a paz e reduzir as injustiças entre os povos, falhou redondamente. Gostariamos de ver como os pacifistas explicam a facilidade como os antigos perseguidos, passaram a perseguidores e os antigos colonizados, assim que se apanharam independentes reeditaram as vias sangrentas do nacionalismo e do imperialismo. Caiu, assim, por terra, a tese de Jeramie Bentham⁽³⁴⁾ que defendia que a causa

⁽³²⁾ Silva, Ten-cor Oscar G., «Que Paz?», Revista Baluarte 3/85.

⁽³³⁾ Bouthul, Gaston, obra citada.

⁽³⁴⁾ Filósofo inglês, Séc. XVIII.

principal das guerras residia nas políticas coloniais das grandes potências. O incremento da violência através da pirataria e do terrorismo são também sintomas de que a paz não se encontra tão próximo quanto seria desejável.

O Pacifismo, visto na sua forma pura, apresenta uma dificuldade de monta: pouco tem a ver com o problema da paz e da guerra. O Pacifismo puro condena toda a forma de matar. Mas a guerra não é a única forma de matar, nem a única actividade humana que envolve a violência ou o uso da força. Qualquer sistema legislativo implica força para o cumprir. O Pacifismo deve eximir-se assim, de participar na política, na diplomacia e na lei internacional, etc., implica de facto, o abandono de todas as instituições que se preocupam com o problema da paz. Os pacifistas não podem, por isso, ter nada a dizer quanto às soluções que podem levar ao estabelecimento da paz em vez da guerra. O Pacifismo puro vive de princípios e não liga às consequências ou utilidade dos seus imperativos morais.

Se toda a gente adoptasse o princípio do pacifismo a guerra acabaria; mas se apenas parte da humanidade o acatasse, o que se erradicaria da terra não seria a guerra, mas sim a segurança e a liberdade.

As verdadeiras condições que provocam no homem, a necessidade de entrarem em guerra, não suscitam aos pacifistas qualquer interesse. Assim não se sabendo as causas, como se pode actuar sobre elas?

Uma palavra sobre o antimilitarismo professado pela maioria dos pacifistas: os estados maiores eram discretamente hostis à guerra em 1914 e abertamente em 1939. Hitler atirava imprecações aos seus generais (apenas no Japão o exército era belicista). Hoje em dia os militares são os menos belicistas de todos os grupos de opinião. Mostram-se os mais ponderados dos homens, pois sabem o que custa a guerra moderna. Nada iguala o delírio colectivo das massas enraivecidas clamando morte. Nenhuma delas é formada por militares.

Uma palavra ainda para a China, dada a importância óbvia do país na cena internacional. Que diria Confúcio, ele também um pacifista, quando a sua antiga Pátria, pela primeira vez que envia um filme a um festival internacional (Veneza Set 71), apresenta um bailado onde as bailarinas dançam transportando uma metralhadora no seu seio?

O que se poderá fazer então para promover a paz eliminando a guerra? Sim, porque partindo do princípio que a dissuasão funcionou nos últimos 40 anos, não parece crucial inferir-se que ela irá manter-se, como certe-

za, nas próximas décadas. Além disso a dissuasão, mesmo que evite a guerra não promove a paz, já que, baseada na ameaça impede a confiança, obrigando ainda à imobilização de recursos avultados para ser eficaz.

Julgamos que, em primeiro lugar, se deve aceitar o facto de que, criticar o pacifismo não é renunciar à paz. Em segundo lugar devemos lutar por encontrar organizações internacionais e princípios de direito, que funcionem melhor do que os actuais⁽³⁵⁾. Antes de se iniciar seja o que for deve-se manter a fórmula latina, já falada, de «se queres a paz prepara a guerra», que se pode dizer, ter instituído a primeira técnica de paz, que é no fundo uma técnica dissuasora (as armas podem no entanto servir para atacar ou para defender) e assim mantermo-nos, no que respeita ao Ocidente coesos e fortes. Tem sido a NATO e não os movimentos pacifistas que têm impedido a Guerra. Deve-se actuar seguindo uma das principais normas dos alpinistas: não mexer um membro sem ter os outros três bem apoiados...

Entretanto há que ser inovador e ter fé, para criar novas alternativas éticas de paz e não ficar paralisado entre um dilema: ou morte atómica universal ou rendição ao comunismo. Para isso há que conhecer a guerra, as suas causas e os seus efeitos e não ignorar nada.

Tudo o que foi apontado como provável será certamente — como tem sido — muito difícil de alcançar. Mas tal dificuldade, não resulta de impossibilidades metafísicas, mas apenas da vontade dos povos, e, em última análise, da vontade dos homens.

João José Brandão Ferreira

Tenente-Coronel Piloto-Aviador

⁽³⁵⁾ A ONU, por ex., permite que se mate todo o mundo, desde que, no interior do seu território. Pela liquidação da guerra fria todos se resignaram a fixar as fronteiras de 1945. A ONU proscree a anexação territorial do futuro, mas não as de 1945.

BIBLIOGRAFIA

- Bosc, Robert — *Le Problème de La Guerre au Concile de Vaticano II*.
 Bouthoul, Gaston — *Lettre ouvert aux pacifistes*.
 Camões, Luís de — *Os Lusíadas*.
 Cougar, Yves — *O Exército e a Consciência*.
 Cranston, Maurice — «Pacifism as an ideology».
 (La Guerre et ses Théories, Institut International de Philosophie et Politique).
 Cupertino, P.º Dr. Joaquim L. — *Deontologia Militar*.
 Derathé, Robert — *Pacifisme et Industrialisme*.
 Jegen, Mary E. — «Uma Atitude Nova» in *Igreja e Paz*.
 Kaltzleiter, Werner — *The Peace Movements in Europe & USA*.
 Zahn, Gordon — «A Guerra Total e o Pacifismo Absoluto» in *Igreja e Paz*.

REVISTAS

- Aron, Raymond — «O Ardil do Pacifismo», *Baluarte*, n.º 5/83.
 Bragança, Joaquim O. — «Os Cristãos, o Poder Político e a Objecção de Consciência», revista *Communio* n.º 6.
 Carvalho, Mej. Campante — «Breve Reflexão sobre o Pacifismo», *Baluarte*, n.º 1/84.
 Cremer, Pierre — «O Pacifismo e as Duas Éticas», *Baluarte*, n.º 5 e 6/84.
 Constituição Pastoral — «'Gaudim et Spes' — A Igreja no Mundo Actual».
Diário da República n.º 49 — Decreto-Lei n.º 91/87.
Diário da República n.º 286 — Decreto-Lei n.º 451/88.
 Seabra, João — «Os Cristãos Face à Violência», revista *Communio*, n.º 6.
 Sousa, Cap. José A. A. de — «Pacifismos e Militarismos», revista *Mais Alto*, n.º 237.
 Silva, Oscar G. — «Que Paz?», revista *Baluarte*, n.º 5/83.
 Urbez, Nicolas Espinosa — «Aspectos Sociológicos del Fenomeno Guerra», *Revista de Las Armas y Servicios*, Fev81 (Ano XLII, n.º 493).
 Vaz, Cor. Mira — «As Ameaças de Tipo Indirecto e o Papel das FAs na Sua Contenção» — *Mais Alto*, Nov/Dez88.
 Walter Charles C. — «Desobediência Civil, Teoria e Prática».
 Zeegers, Jacques — «O Pacifismo e a Desinformação», revista *Baluarte*, n.º 5/83.

CONFERÊNCIAS

- Carvalho, Cap. Manuel J. P. — «Pacifismos e Militarismos».
 Lucena, Brig. Tomé do N. — «A Juventude e a Defesa Nacional».

A DEFESA NO MUNDO

Com a colaboração do ISNG

A DEFESA NO MUNDO

«NATO REVIEW» (OTAN), de Fevereiro de 1990

Depois de ter anunciado as reduções unilaterais de forças, do orçamento da defesa e da produção de material militar, Gorbachev divulgou o chamado orçamento real da defesa, fornecendo mais detalhes acerca dos cortes.

Devido a várias limitações e inconsistências no orçamento militar anunciado para 1989 (77,3 biliões de rublos) e nas subsequentes declarações oficiais, os analistas da OTAN continuarão a efectuar os seus cálculos acerca das despesas soviéticas com a defesa. Para 1988, a estimativa da OTAN aponta para uma despesa entre 130 e 180 biliões de rublos, ou seja, o dobro do total anunciado e que representa cerca de 15 e 18 por cento do PNB da União Soviética.

A diferença entre as estimativas da OTAN e o orçamento anunciado por Gorbachev deve-se a vários factores: preços artificialmente baixos atribuídos a algumas actividades da defesa e exclusão de algumas actividades (programas espaciais, pesquisa e desenvolvimento, etc). No entanto, segundo os cálculos da OTAN, as despesas com a defesa cresceram de 2 a 3 por cento, em termos reais, entre 1985 e 1988, um pouco mais rapidamente do que na primeira metade da década. O aumento verificou-se essencialmente nas aquisições de novas gerações de armamento (45 por cento do total). Cresceu também na pesquisa e desenvolvimento, nas operações (2 por cento) e com o pessoal (muito pouco).

Em Janeiro de 1989, quando Gorbachev anunciou uma redução de 14,2 por cento nas despesas militares e de 19,5 por cento na produção militar, deixou ambíguo o período a que se referia (1990 ou 1990 e anos seguintes). Em Setembro de 1989, quando foi anunciado o orçamento para

1990, foi revelada uma quebra de 8 por cento nas despesas com a defesa (70.98 bilhões de rublos) e de 14,2 por cento para 1991 (em bilhões de rublos) nas seguintes rubricas:

	<u>1989</u>	<u>1990</u>
Aquisições de armamento	32.6	31.04
Pesquisa e desenvolvimento	15.3	13.15
Vencimentos, operações e manutenção	20.2	19.32
Pensões	2.3	2.44
Construções	4.6	3.72
Outros	2.3	1.31
	<u>77.3</u>	<u>70.89</u>

*

* *

Sete anos depois da Espanha ter entrado para a OTAN, as modalidades da sua participação militar e no planeamento de forças continua por definir, bem como a sua comparticipação financeira nos três orçamentos da OTAN: civil, militar e de infra-estruturas. No entanto, apesar de estar fora da estrutura militar integrada, a Espanha contribui militarmente para a Aliança

Com efeito, os acordos de coordenação definem as missões da Espanha na OTAN, aceitando este país a inclusão desses acordos no planeamento militar e a sua participação no desenvolvimento e implementação dos planos militares da OTAN, na Comissão Militar e no DPC (Defense Planning Committee). Além disso, a Espanha participa, em igualdade com os restantes países da OTAN, em todas as fases dos ciclos de planeamento de forças, tendo já respondido aos questionários DPQ.

A modernização e a reorganização das forças armadas da Espanha, segundo a doutrina, estratégia e missões da OTAN, através do planeamento de forças e de uma completa participação nos exercícios da OTAN, são consideradas mais importantes para a Aliança em tempo de paz do que a questão do seu estatuto se encontrar fora da estrutura militar integrada.

Para os orçamentos civil e militar da OTAN, a Espanha contribui com 3,5 por cento tendo apresentado uma proposta para a sua participação no programa de infra-estruturas.

«SEA POWER» (EUA), de Abril de 1990

As principais missões da Marinha dos EUA, no presente e no futuro, são as seguintes:

Proporcionar a componente da tríade de dissuasão estratégica do país baseada no mar. Presentemente, proporciona quase 50 por cento das ogivas estratégicas, apenas por 25 por cento do custo total.

Manter as linhas de navegação abertas ao reforço da Europa, em caso de um conflito entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. A URSS continua a dispor da maior força submarina do mundo, enquanto que a Marinha dos EUA está a lutar contra vários problemas na área das operações ASW.

Manter uma capacidade de projectar poder, primariamente através dos porta-aviões e dos grupos BBG (Battleship Battle Group). A Marinha conta presentemente com 14 porta-aviões, ou seja, cerca de dois terços do que a JCS declarou ser o requisito mínimo em tempo de paz.

Proporcionar uma capacidade de assalto anfíbio e de projectar poder de combate em terra, a partir do mar, em qualquer local do mundo.

Dispor da capacidade de lançar e dragar minas, encontrando-se muito deficiente no último aspecto.

Dispor de uma força logística de combate suficiente para manter as forças anfíbias, de porta-aviões, de couraçados e outras, completamente reabastecidas e prontas para o combate.

Não é o número de navios necessários, mas antes uma força adequadamente equilibrada, o requisito necessário para poder cumprir com todas aquelas missões, de acordo com o papel, posição e obrigações dos EUA em todo o mundo.

«ARMS CONTROL TODAY» (EUA), de Abril de 1990

Entidades dos serviços de informações dos EUA admitem que o incêndio reportado como tendo tido lugar em 14 de Março de 1990, numa ins-

talação líbia de produção de gases químicos, situada em Ratba, a 60 milhas ao Sul de Trípoli, destinou-se a simular que aquela fábrica se encontrava fora de operação. Segundo alguns relatórios, foram já produzidas cerca de 30 toneladas de gás mostarda, de agentes dos nervos e de outros gases venenosos, possivelmente destinados a cerca de 150 bombas químicas.

Na ausência de uma convenção que proíba a produção e a posse de armas químicas, não existe nenhum tratado internacional que impeça a Líbia, ou qualquer outro país, de produzir agentes químicos. O Protocolo de Genebra de 1925, ratificado pela Líbia em 1971, apenas proibiu o emprego de armas químicas, mas não a sua produção e armazenamento.

Alguns analistas estão preocupados com o facto da Administração Bush planear modificações na convenção de armas químicas, em negociações em Genebra, o que poderá legitimar os esforços de outros países, tais como a Líbia, para produzirem e manterem reservas de gases venenosos depois do tratado entrar em vigor. Com efeito, segundo os interesses americanos, os EUA pretendem manter uma reserva de 2 por cento (500 toneladas) como segurança.

Os esforços dos EUA para produzir armas binárias continua a sofrer atrasos devido a questões técnicas e políticas. O último contratempo resultou da falta do componente TC (Thionye Chloride) dos gases Sarin, destinados às munições de 155 mm, devido ao habitual fornecedor não querer vender aquele produto ao Departamento da Defesa.

*
* * *

A afirmação de que a tecnologia avançada tornou o Tratado ABM (Anti-Ballistic Missile) impotente e obsoleto é simplesmente um muito. Com efeito, existe um consenso crescente de que as limitações impostas continuam a servir os interesses da segurança dos EUA. Por conseguinte, é importante assegurar que as ambiguidades e as disputas quanto ao seu cumprimento não ameaçam o regime do tratado, à medida que forem sendo aperfeiçoadas novas armas e tecnologias relacionadas com a defesa ABM.

Infelizmente, os EUA e a URSS continuam em desacordo acerca do significado básico do tratado. A ampla interpretação americana permite o desenvolvimento e o teste de sistemas ABM, bem como dos seus compo-

nentes de tecnologia avançada baseados no espaço, enquanto que os soviéticos insistem no ponto de vista tradicional de que o tratado se aplica a todas as tecnologias ABM.

Apesar da decisão soviética em dismantelar o seu radar de Krasnoyarsk ter retirado a última das ameaças fundamentais ao Tratado ABM, continuam a subsistir algumas ambiguidades que, embora sejam agora de solução menos urgente devido á nova atitude soviética, mais construtiva, terão de ter encaradas à luz das novas circunstancias tecnológicas do Século XXI. As questões irão, provavelmente, cair em três categorias: clarificação sobre os novos radares LPAR (Large Phased-Array Radar), tecnologias relacionadas com as defesas aéreas e/ou ASAT e limitações em novas tecnologias de sensores laser/IR que se encontram em fase de aperfeiçoamento para o programa SDI.

O critério fundamental para apreciar as propostas para solução destes problemas consiste na capacidade para satisfazer os objectivos básicos do Tratado ABM de uma forma verificável, sem interferir com outras importantes missões militares ou civis, tais como o aviso antecipado, com a defesa aérea ou com o prosseguimento das pesquisas ABM.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUIÇA), de Abril de 1990

A nova situação na Europa de Leste e as conversações CFE em curso na cidade de Viena proporcionam à Espanha uma oportunidade para pensar na reestruturação das suas forças armadas. A importância estratégica da Espanha poderá ser reforçada, especialmente se aquela reestruturação melhorar a eficiência das suas forças armadas.

Segundo a Comissão HLTF (High Level Task Force) da OTAN, a Europa foi dividida em várias zonas, sendo atribuída a cada uma cotas para os seguintes três tipos de armamento: carros de combate, peças de artilharia e veículos de combate. A proposta da OTAN para estes planos de harmonização colocou a Espanha e Portugal na mesma sub-zona, devendo os cortes ser compartilhados pelos dois países:

Carros de combate, com uma cota de 1000, quando existem 960 e a redução provavel será de 10 por cento. É possível que alguns carros MBT sejam transferidos da Europa Central para os dois

países, a fim de substituírem modelos mais antigos. No entanto, as indústrias espanholas protestam contra esta «colonização tecnológica», embora seja disparatado destruir carros de combate LEOPARD na RFA e manter ao serviço na Espanha carros de combate M47 do tempo da Guerra da Coreia.

Artilharia, onde o total actual de 1646 poderá ser reduzido de 20 por cento.

Viaturas blindadas, com um total de 2797, que não será reduzido.

Quanto aos aviões e helicópteros (talvez só de combate), a situação é diversa, pois poderá não haver zonas atribuídas, prevendo-se uma redução geral de cerca de 15 por cento. No entanto, a Espanha defende que o caso é diferente, perante possíveis ameaças do Norte de África, pelo que não deveria ser incluída naqueles cortes.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 14 de Abril de 1990

O Pentágono deu ordem ao comando MICOM (Missile Command) do Exército para suspender a proposta final relativa ao míssil FOTL (Follow-On-To-Lancel). Até agora a Administração Bush estava a ser pressionada para continuar com o programa FOTL, apesar da atenuação da ameaça soviética na Europa.

A política americana é a de que as conversações relativas às armas SNF (Short-Range Nuclear Forces) estacionadas na Europa não devem começar antes dos outros acordos, particularmente o CFE, estarem concluídos. Tanto o Reino Unido como a Alemanha Ocidental opõem-se à instalação dos mísseis FOTL no seu território. Uma outra opção poderá ser basear os mísseis FOTL nos EUA, sendo posteriormente enviados para onde fosse necessário.

*
* *
*

A Força Aérea dos EUA começou a pôr em vigor planos que se destinam a uma reformulação radical das suas forças tácticas baseadas na Europa:

Vão ser modificados todos os aviões F-111E, de modo a poderem ser armados com mísseis SRAM-T (Short-Range Attack Missile),

independentemente dos resultados das conversações CFE. Estes aviões, que se encontram todos baseados em Upper Heyford, no Reino Unido, vão passar a basear-se nos EUA.

É também cada vez mais provável que os aviões F-15E venham a ser armados com mísseis SRAM-T, passando a estar baseados em Bendwaters, no Reino Unido, a partir de finais de 1992.

O 4.º simulador para o treino dos sistemas de armas dos aviões F-15E vai ser entregue à USAF e instalado na Europa em 1992.

«TIME» (EUA), de 23 de Abril de 1990

Com a ajuda dos americanos, a China entrou no mercado comercial dos lançamentos para o espaço, ao ter lançado na última semana o foguetão LONG MARCH 3 (202 toneladas) da base de Xichang, transportando um satélite de comunicações de Hong-Kong (ASIASAT I), construído pela firma americana Hughes (125 milhões de dólares).

O lançamento representou um acontecimento positivo nas relações entre os EUA e a China, numa das áreas onde a cooperação é ainda possível. 80 técnicos da firma Hughes e guardas da USAF ocuparam as instalações de lançamento durante os dois meses de preparação.

Apesar da confiança que os foguetões chineses oferecem (25 sucessos em 26 lançamentos) e do seu relativo baixo custo (30 milhões de dólares por cada lançamento, ou seja, 40 por cento menos do que os seus competidores do Ocidente), o programa de Pequim não atraiu muita atenção antes de 1986, ano em que os programas espaciais dos EUA e da Europa foram suspensos devido à explosão do CHALLENGER.

«NATO REVIEW» (OTAN), de Abril de 1990

As discussões em Otava, realizadas em Fevereiro de 1990, começaram a determinar os detalhes a serem acordados para que um regime de Céus Abertos se torne realidade. Segundo tal regime, os países participantes abriam os seus espaços aéreos voluntariamente e numa base recíproca, permitindo o sobrevoo do seu território, com vista a reforçar a confiança e a transparência, no que diz respeito às infra-estruturas militares.

Os representantes dos 16 países da OTAN e dos 7 países do Pacto de Varsóvia demonstraram um largo consenso acerca dos elementos fundamentais do regime de Céus Abertos, tendo a maioria concordado que não deveria continuar a haver áreas permanentes fechadas aos sobrevoos, que o número de sobrevoos deveria ser proporcional à dimensão do território, que o regime deveria operar em todas as circunstâncias (dia/noite e com vários tipos de sensores) e que deveria operar numa base nacional.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUÍÇA), de Abril de 1990

O artigo salienta os progressos verificados nas conversações CFE (Conventional Forces in Europe) desde Março de 1989, observando-se acordo completo do princípio nos limites para 6 sistemas de armas, onde as respectivas propostas são as seguintes:

	OTAN	Pacto de Varsóvia (PV)
Carros de combate	20 000	20 000
Artilharia	16 500	24 000
Viaturas ATC	28 000	18 000
Aviões	4 700	4 700
Helicópteros	1 900	1 700
Pessoal	?	1 350 000

Segundo o princípio da suficiência nacional acordado, nenhum país poderá possuir mais de uma certa percentagem (30 por cento segundo a OTAN e 35 a 40 por cento segundo o PV) das forças totais. As respectivas propostas foram as seguintes:

	OTAN	PV
Carros de combate	12 000	14 000
Artilharia	10 000	17 000
Viaturas ATC	16 800	18 000
Aviões	3 420	3 400
Helicópteros	1 140	1 500
Pessoal	?	920 000

Os países da OTAN e do PV também acordaram no princípio da limitação de efectivos e equipamento estacionados na Europa, fora dos seus territórios segundo as seguintes propostas:

	<i>NATO</i>	<i>PV</i>
Carros de combate	3 200	4 500
Artilharia	1 700	4 000
Viaturas ATC	6 000	7 500
Aviões	?	1 200
Helicópteros	?	600
Pessoal	195 000	195 000

Ambas as partes acordaram no princípio da diferenciação regional, isto é, em subdividir a zona do Atlântico aos Urais em várias subzonas com limites específicos, a fim de evitar concentrações desestabilizadoras.

A proposta da OTAN foi a seguinte:

	<i>Zona 1</i>	<i>Zona 2</i>	<i>Zona 3</i>
Carros de combate	11 300	10 300	8 000
Artilharia	9 000	7 600	4 500
Viaturas ATC	20 000	18 000	11 000

Zona 1 — OTAN : Benelux, Dinamarca, RFA, França, Itália, Portugal, Espanha e UK.

— PV : Checoslováquia, RDA, Polónia, Hungria e 5 distritos militares soviéticos (Báltico, Bielorrússia, Cárpatos, Volga e Urais).

Zona 2 — OTAN : Os mesmos da Zona 1, excepto Portugal e Espanha.

— PV : Os mesmos da Zona 1, excepto os distritos militares de Volga e Urais.

Zona 3 — OTAN : Benelux e RFA.

— PV : Checoslováquia e RDA.

A proposta do Pacto de Varsóvia (Maio de 1989) foi a seguinte:

	<i>Centro</i>	<i>Avançado</i>	<i>Retaguarda</i>
Carros de combate	8 700	16 000	4 000
Artilharia	6 700	16 500	7 500
Viaturas ATC	14 500	20 500	7 500
Aviões	420	1 100	400
Helicópteros	800	1 300	400
Pessoal	570 000	1 000 000	350 000

Centro — OTAN : Benelux, Dinamarca, RFA, Itália, Grécia e Turquia.

— PV : Hungria, Polónia, RDA e Checoslováquia.

Avançado — OTAN : Os mesmos do Centro mais a Noruega.

— PV : Os mesmos do Centro mais Bulgária, Roménia e os distritos militares soviéticos de Odesa, Norte e Transcaucaso.

Retaguarda — OTAN : França, Islândia, Portugal e Espanha.

— PV : Os distritos militares soviéticos dos Urais, Moscovo, Bielorússia, Cárpatos, Kiev e Volga.

Em Janeiro de 1989, o Pacto de Varsóvia apresentou uma proposta alternativa:

	<i>Norie</i>	<i>Centro</i>	<i>Sul</i>	<i>Retaguarda</i>
Carros de combate	200	13 300	5 200	1 300
Artilharia	1 000	11 500	3 500	3 000
Viaturas ATC	150	20 750	5 570	1 350
Aviões	30	1 120	290	60
Helicópteros	30	1 250	360	60
Pessoal	20 000	910 000	270 000	150 000

*COMUNICADO FINAL DO GRUPO DE PLANEAMENTO NUCLEAR
DA OTAN (COMUNICADO DA «PRESS», de 10 de Maio de
1990 — Extracto).*

.....

A um prazo previsível, a prevenção da guerra exigirá a conservação de um potencial nuclear estratégico e uma larga participação dos países aliados na manutenção, sobre território estrangeiro, de uma combinação apropriada de forças eficazes, tanto convencionais como nucleares.

.....

A dimensão e a estrutura das forças nucleares deverão evoluir em função das flutuações da conjuntura internacional e dos imperativos da segurança colectiva.

A redução de forças para um nível mínimo compatível com as necessidades mantem-se como um dos aspectos determinantes da finalidade de promover a paz e a estabilidade.

A este respeito, a Aliança já diminuiu unilateralmente o seu arsenal nuclear europeu de mais de um terço, no decurso dos últimos 10 anos.

Com as mutações políticas e militares que se estão a processar na Europa Central e de Leste e na perspectiva da assinatura e da próxima entrada em vigor do Tratado das Forças Convencionais da Europa (CFE) facilmente se pode constatar que está a diminuir a importância dos sistemas das armas nucleares de curto alcance. Em consequência, é bem acolhida a decisão do Presidente Bush de abandonar o programa de substituição dos mísseis LANCE e não proceder à modernização da artilharia nuclear americana que se mantem na Europa.

«COMUNICADO DE IMPRENSA» (OTAN), de 18 de Maio de 1990

Na reunião em Haia em 18 de Maio, o Comitê Científico da OTAN decidiu criar um novo programa especial sobre a ciência das mudanças climáticas à escala mundial.

O objectivo geral deste programa será promover a pesquisa interdisciplinar consagrada à prevenção das alterações que possam afectar o conjunto do eco-sistema terrestre e visará, particularmente, a descrição e a compreensão dos processos físicos, químicos e biológicos interactivos que comandam todo o sistema terrestre.

O programa propõe-se facilitar a colaboração entre físicos, químicos, geólogos, climatologistas, biólogos e ecologistas para o estudo dos fenómenos que possam prejudicar o ambiente do planeta. Por outro lado, contribuirá para o desenvolvimento de novos conhecimentos em especial no que toca a jovens cientistas o proporcionará uma autêntica integração de esforços no plano internacional.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 19 de Maio de 1990

Representantes da OTAN reuniram-se esta semana para a aprovação preliminar das cotas de redução de equipamento convencional (artilharia, carros de combate, veículos blindados e helicópteros) para cada país, depois das limitações impostas pelo tratado CFE. Os detalhes das atribuições têm sido estudados durante os últimos meses pelo grupo HLTFR (High Level Task Force Reinforced), constituído por representantes dos 16 países membros da OTAN.

Depois do projecto das reduções circular duas vezes pelas capitais dos países da OTAN para comentários, verifica-se que haverá uma redução média de 10 a 15 por cento no equipamento de cada país. Individualmente, os países procurarão obter equipamento mais moderno dos EUA, ou mesmo novos tipos de equipamento, em particular aviões e helicópteros, em substituição de material mais antigo.

Provavelmente, as atribuições de cotas imporão cortes desproporcionados de forças, sendo maiores para os EUA do que para os outros aliados. O equipamento em excesso poderá ser armazenado, destruído ou transferido para outros países membros da OTAN, no chamado processo de cascata, actuando o SHAPE como intermediário.

A OTAN poderá proporcionar fundos para aqueles países que não possam pagar aos EUA as armas transferidas. Por sua vez, os EUA pode-

rão creditar essas verbas na sua contribuição anual para a Aliança. Poderão ainda ocorrer negociações bilaterais entre os vários países.

«COMUNICADO FINAL DA REUNIÃO DO COMITÉ DOS PLANOS DE DEFESA DA» (OTAN), em 23 de Maio de 1990 (extractos)

Graças às alterações políticas e ao sucesso das acções conduzidas pela Aliança, os riscos no domínio militar encontram-se muito atenuados.

Espera-se que as reduções unilaterais das forças da União Soviética e dos outros países do Pacto de Varsóvia tenham lugar conforme foi anunciado. A execução integral destas reduções contribuirá para corrigir o desequilíbrio entre as forças presentes na Europa. No entanto, o desequilíbrio actual, apenas deixará de existir com a entrada em vigor de um acordo satisfatório sobre as Forças Convencionais na Europa (CFE).

De acordo com uma primeira avaliação por parte das autoridades militares da OTAN, a aplicação de um tratado sobre as CFE, conjugado com novas medidas de confiança e de segurança, tornará virtualmente impossível o lançamento de um ataque de surpresa contra o conjunto da Aliança, conduzido por forças convencionais superiores. Em consequência, o tempo mínimo de alerta antes de qualquer operação ofensiva de grande envergadura será sensivelmente alargado. Globalmente, a entrada em vigor de um tal acordo traduzir-se-á por uma espectacular melhoria da segurança mútua.

Uma alteração tão profunda contém em si própria os germes da incerteza e da instabilidade.

Por outro lado, mesmo depois de se ter alcançado uma solução satisfatória para as actuais negociações de controlo de armamentos, a URSS manterá forças convencionais importantes, modernas e eficientes.

No que é essencial, a necessidade de preservar a segurança aliada mantém-se vital.

A determinação e a solidariedade, de que os Aliados fizeram prova durante muito tempo através de um dispositivo comum de defesa adequado e, principalmente, a presença na Europa de importantes forças convencionais e nucleares americanas, continuarão a ter um papel crucial na constituição de uma paz durável no Velho Continente.

Os membros da Aliança podem agora começar a colher os frutos de uma melhoria muito nitida das relações Leste-Oeste.

Em primeiro lugar está a conclusão de que o objectivo geral, adoptado em 1977, de aumentar em 3 por cento, em termos reais, os orçamentos de defesa já não se justifica, ficando entendido que as despesas com a defesa deverão continuar a exprimir as circunstâncias próprias de cada país.

A necessidade de conservar um dispositivo defensivo credível e eficaz continuará a ser o principal critério para determinar os recursos destinados à defesa colectiva.

Por outro lado também foi decidido tomar medidas para baixar o grau de preparação e de prontidão de algumas das forças permanentes aliadas. A envergadura e o número dos exercícios aliados foi já diminuído.

A longo prazo, os países aliados atribuem grande importância ao estudo confiado às autoridades militares da Aliança com a finalidade de determinar as possibilidades do recurso a forças multinacionais para a defesa comum.

«SCIENCE ET VIE» (FRANÇA), de Maio de 1990

O míssil francês APACHE será o primeiro míssil de cruzeiro táctico em todo o mundo que terá por objectivo destruir alvos fixos (bases aéreas, por exemplo) ou semi-móveis (viaturas, peças de artilharia, etc) a uma distância máxima de 150 Km. Voará a 30 metros do solo a uma velocidade que se presume que será de 600 a 800 Km/h, apresentando uma assinatura IR muito reduzida.

A originalidade do míssil reside no seu sistema de navegação e de correcção da trajectória em voo, bem como nos meios adoptados para a identificação do objectivo. Além de um sistema GPS NAVSTAR (precisão de

9 metros), disporá de um sistema alternativo de navegação por inércia (erro de 1.3 Km ao fim de 1 hora de voo). A cada instante, a imagem radar do solo é comparada com a imagem introduzida previamente na sua memória, o que permite corrigir constantemente a sua rota. A correção em altitude (30 metros) é feita por meio de um radar ou laser.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 19 de Maio de 1990

Os ministros da OTAN, reunidos no Canadá, enfrentaram a difícil situação resultante do cancelamento pelos EUA da modernização das armas nucleares táticas baseadas na Europa. O problema agora consiste nos tipos e números de mísseis táticos TASM (Tactical Air-to-Surface Missile) necessários para compensar aquela decisão.

Os EUA pretendem começar com as conversações relativas às forças nucleares de curto alcance (SNF) logo que seja assinado um acordo CFE. Pretendem que as conversações incluam apenas os sistemas baseados em terra, pelo que a USAF continua a aperfeiçoar os mísseis SRAM-T como armas TASM.

Há já alguns anos que a OTAN estuda esta questão, levantando-se dúvidas sérias sobre a vulnerabilidade e a sobrevivência das bases aéreas na Europa que receberão os aviões táticos, armados com mísseis TASM, bem como sobre a capacidade desses aviões lançarem armas que possam penetrar no espaço aéreo inimigo.

«DEFENSE ELECTRONICS» (EUA), de Maio de 1990

O Secretário de Estado da USAF estabeleceu as prioridades do seu Ramo para os anos 90, focando a necessidade de um equilíbrio que mantenha as superpotências nucleares tranquilas, enquanto se intensificam as escaramuças regionais com armas convencionais. Não podem ser abandonados os esforços em curso que visam satisfazer os objectivos nacionais da segurança para as próximas décadas: bombardeiros B-2, avião de transporte C-17 e o avião de combate ATF.

Algumas das suas preocupações incluem os problemas com sistemas aviónicos do B-1B (incluindo um novo RWR), decisão sobre a produção de mísseis AMRAAM e do sistema LANTIRN, novo avião táctico STOL (que substituirá o F-16), etc.

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 2 de Junho de 1990

As despesas militares mundiais em 1989 foram de 950 biliões de dólares, ou seja, menos 2 por cento do que em 1988, segundo o instituto SIPRI. As despesas militares diminuíram nos EUA, URSS e nos países do Terceiro Mundo, mantendo-se estáveis na Europa Ocidental e no Japão.

As despesas globais com as armas convencionais caíram de 33.6 biliões de dólares em 1988 para 31.8 biliões em 1989 (em dólares de 1985), continuando a verificar-se a tendência para a diminuição. A percentagem correspondente às vendas de armamento pelos países industriais cresceu de cerca de 42 por cento em 1988 para 50 por cento em 1989, continuando a Índia a ser o principal comprador, pelo quarto ano consecutivo, com 3,4 biliões de dólares de aquisições.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 1 a 7 de Junho de 1990

O Ministro de Defesa da França, Jean-Pierre Chevènement decidiu aplicar desde o dia 1 de Setembro à «5.ª Região Militar», cujo Quartel-General se encontra em Lião, o plano «Exército 2000, para a reestruturação da Força Terrestre».

Como consequências principais desta decisão, Grenoble deverá perder perto de metade da sua guarnição e Besançon a quase totalidade.

*
* *
*

O segundo porta-aviões nuclear francês deverá ser lançado à água em 2003.

O projecto do seu sistema de propulsão acaba de ser terminado nas fábricas de Indret.

Este navio que, segundo algumas opiniões se poderá chamar «François Mitterrand» deverá estar terminado cinco anos depois do porta-aviões «Charles De Gaulle».

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 7 de Junho de 1990

A Comissão do Controlo Multilateral das Exportações (COCOM), desde 1949 o «cão de guarda» da supremacia tecnológica ocidental, realizou em Paris uma importante reunião em que, muito provavelmente, se decidiu afrouxar as duras restrições comerciais que afectam os países do Leste da Europa mais avançados no processo de democratização: Polónia, Hungria e Checoslováquia, restando algumas dúvidas quanto à posição a adoptar com a União Soviética, que os Estados Unidos continuam a considerar como «inimigo», apesar da cordialidade da última cimeira de Washington.

Nesta reunião da COCOM — da qual fazem parte todos os países da OTAN, menos a Islandia, mas mais o Japão — os países membros exigiram uma drástica redução das 120 categorias de produtos não exportáveis para os países do Pacto de Varsóvia.

O argumento invocado foi o de que a «cortina de ferro» tinha deixado de existir e que os antigos inimigos tinham deixado de os ser. No entanto, os EUA mantêm várias reticências para baixar a guarda frente à URSS.

O Departamento do Comércio norte-americano parece disposto a rever a lista dos produtos proibidos devido ao défice comercial e à necessidade da conquista de novos mercados. Mas o Pentágono exige que persista o controlo apertado visto que «a guerra fria foi ganha graças à vantagem tecnológica americana preservada pela COCOM.»

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 7 de Junho de 1990

Notícia de Copenhaga informa que a Albânia deseja aderir à Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e adoptar todos os princípios dos Acordos de Helsínquia de 1975.

A Albânia pretende, para já, participar no processo mas sem tomar a posição de membro formal e está a utilizar o estatuto de observador na actual reunião da CSCE.

O objectivo, segundo o observador albanês, é «adoptar todas as regras da Conferência e aceitar o que já foi apoiado pelos outros países participantes».

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

